



PATRÍCIA ROCHA LEMOS

**ENTRE O MERCADO E A SOCIEDADE:
O SINDICALISMO DA UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES
(UGT)**

CAMPINAS

2014



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PATRÍCIA ROCHA LEMOS

**ENTRE O MERCADO E A SOCIEDADE:
O SINDICALISMO DA UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES
(UGT)**

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ANDRÉIA GALVÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas para
obtenção do título de mestre em Ciência
Política

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA PATRÍCIA ROCHA
LEMONS E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. ANDRÉIA GALVÃO E
APROVADA NO DIA 24/03/2014.

CAMPINAS

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

L544e Lemos, Patrícia Rocha, 1985-
Entre o mercado e a sociedade : o sindicalismo da União Geral dos
Trabalhadores (UGT) / Patrícia Rocha Lemos. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Andréia Galvão.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Centrais Sindicais. 2. União Geral dos Trabalhadores (Brasil). 3.
Sindicalismo - Brasil . I. Galvão, Andréia, 1971-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Between market and society : the unionism of União Geral dos
Trabalhadores (UGT)

Palavras-chave em inglês:

Central Union
General Unions of Workers (Brasil)
Unionism - Brazil

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestra em Ciência Política

Banca examinadora:

Andréia Galvão [Orientador]
Patrícia Vieira Trópia
Angela Maria Carneiro Araújo

Data de defesa: 24-03-2014

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 24 de março de 2014, considerou a candidata PATRICIA ROCHA LEMOS aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Andréia Galvão

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "A. Galvão", is written over a horizontal line.

Profa. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Angela Maria Carneiro Araújo", is written over a horizontal line.

Profa. Dra. Patricia Vieira Trópia

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Patricia Vieira Trópia", is written over a horizontal line.

*À Vó Nilda,
pela infinita vontade de viver
e por todas as marcas que deixou em nós.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, Marcos e Tereza, e a minha irmã, Paula, pelo grande amor e pelas incontáveis formas de apoio; à toda a minha família, pelo carinho e incentivo;

À Andréia Galvão, minha orientadora, pela contribuição e apoio nos momentos decisivos dessa trajetória que já dura há alguns anos;

À Patrícia Trópia e à professora Angela Araújo, que aceitaram participar de mais essa banca de defesa, depois da grande contribuição na monografia.

A todos os colegas trabalhadores do IFCH. De maneira especial, agradeço àqueles que muitas vezes fizeram o meu trabalho para que eu pudesse realizar a pesquisa: Marli, Devison, Joelson, Alexandre, Patrícia Avanci, Eduardo e Vivi. Agradeço também aos demais professores e funcionários que aprovaram o meu afastamento nos últimos três meses, e à Priscila, secretária do Programa. Agradeço ainda ao professor Fernando Teixeira da Silva, do Departamento de História.

Aos colegas do Grupo de Estudos do Neoliberalismo (GENEO) e colegas do grupo de estudos de Movimentos Sociais (MOB), pelas ótimas discussões, e a todos que participaram no projeto das bases sindicais das Centrais, principalmente à Roselene e os bolsistas do CESOP.

Ao projeto temático da FAPESP, que ampliou nossa interlocução acadêmica nos debates e viabilizou a discussão da pesquisa em congressos acadêmicos.

Aos professores que participaram do exame de qualificação: Armando Boito Junior, que desde a graduação tem sido uma importante referência, e à Paula Marcelino, pelas contribuições desde a monografia.

Aos dirigentes sindicais da UGT, Canindé Pegado e Laerte Teixeira que me receberam prontamente; a todos os sindicalistas que tornaram possível a pesquisa das bases sindicais, aos funcionários da UGT e dos sindicatos que possibilitaram as entrevistas e forneceram material essencial para a pesquisa.

Aos companheiros de militância, especialmente aqueles com quem dividi a experiência no movimento sindical da Unicamp, pelo exemplo de luta e de firmeza frente às pressões de um sindicalismo que resiste a romper com as velhas estruturas.

Ao Biroasca, colega de trabalho, sindicato, amigo e parte da família.

Aos amigos de todas as horas que encontrei na universidade e que, longe ou perto, deixaram sua marca nesse caminho: Ellen Gallerani, Raphael Machado, Maíra Bichir, Mariana Pereira, Lívia Moraes, Vitor Sandes, Sabrina Areco, Humberto, João Campinho, Tatiana Gonçalves, Fernando Bizarro e Angélica, além de tantos outros colegas com quem pude aprender demais nesses anos, especialmente da turma de mestrado de 2011.

Ao Digão, companheiro de quase uma década, por tudo que é e pelo que me ensina a ser. Pelo amor que torna meus dias melhores e pelo testemunho de quem se dedica a “arrancar alegria ao futuro”.

RESUMO

Nossa pesquisa teve como objetivo compreender a estratégia sindical empreendida pela União Geral dos Trabalhadores (UGT). Criada em 2007, no contexto de reorganização sindical que marcou o governo Lula, a partir de uma fusão entre a CGT, a CAT e a SDS, a UGT articula elementos do sindicalismo do qual se origina (como conciliação de interesses, prioridade à negociação, defesa da estrutura sindical) com uma nova tendência que busca, através da participação nos espaços institucionais, oferecer respostas aos desafios do sindicalismo. Valendo-nos da teoria de Hyman (2001), consideramos que tal modelo de ação sindical se situa entre o mercado e a sociedade, ao mesclar elementos do sindicalismo de mercado e do sindicalismo de integração social promovido pela tradição do sindicalismo cristão e da social- democracia. Ao assumir um discurso de neutralidade e, ao mesmo tempo, não rejeitar a atuação político-partidária, a UGT defende uma perspectiva pluralista, permitindo a convivência de uma diversidade de frações de classe e acomodando diferentes preferências partidárias em seu interior. Por fim, a UGT se associa a uma perspectiva de construção do diálogo social comprometida com a competitividade das empresas, o que possibilita a aceitação da “flexibilização” de direitos, embora sustente um discurso contrário ao neoliberalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo; Centrais Sindicais; União Geral dos Trabalhadores.

ABSTRACT

Our research aimed to understand the union strategy undertaken by the General Union of Workers (UGT). Founded in 2007 in the context of the unionist reorganization that marked Lula's government, from the merge of the CGT, CAT and SDS, the UGT blends elements of the unionism from which it originates (as interests conciliation, priority to negotiation, advocacy of the union structure) with a new trend that seeks, through participation in institutional spaces, to provide answers to the challenges of unionism. Drawing on the theory of Hyman (2001), we consider that such a model of union action lies between the market and society, by mixing elements of market unionism and unionism of social integration promoted by the Christian unionism and social democratic traditions. By taking a discourse of neutrality and, while not rejecting the partisan political activities, the UGT advocates a pluralist perspective, allowing the coexistence of a variety of class fractions and accommodating different party preferences inside. Finally, UGT is associated with a perspective of building social dialogue committed with business' competitiveness, allowing for the acceptance of the "flexibility" of rights, despite presenting a speech contrary to neoliberalism.

KEYWORDS: Unionism, Central Union, General Union of Workers.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	xvii
LISTA DE TABELAS	xxi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - UGT: Origens E Formação	13
1.1) Origens da UGT	13
1.2) Constituição da União Geral dos Trabalhadores.....	20
1.3) Reorganização sindical e lei de reconhecimento das centrais.....	26
CAPÍTULO 2 – A base social da UGT	41
2.1) Perfil sócio-econômico	42
2.2) Principais categorias e sindicatos.....	50
2.2.1 - O setor de comércio	54
2.2.2 - O setor de serviços	57
2.3) Classe Média ou fração da classe trabalhadora?	62
CAPÍTULO 3 - O perfil político-ideológico do Sindicalismo “Ugetista”	69
3.1) Neoliberalismo, Estado e sociedade civil	70
3.2) Defesa da estrutura Sindical.....	78
3.3) Participação institucional	87
3.4) Relação com os governos e partidos políticos	91
3.5) Relação com as demais centrais sindicais.....	108
3.6) Plataforma de reivindicações e direitos trabalhistas	110
3.7)Estratégia e atuação Sindical	118
CONCLUSÃO	127
BIBLIOGRAFIA.....	129

LISTA DE SIGLAS

AFL	American Federation of Labour
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAT	Central Autônoma dos Trabalhadores
CCSCS	Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CIOSL	Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres
CLAT	Central Latino americana de Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMT	Confederação Mundial do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRT	Conselho Nacional de Relações de Trabalho
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONCUT	Congresso da CUT
CONTEC	Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito
CSA	Confederação Sindical das Américas
CSC	Corrente Sindical Classista
CSE	Comitê Sindical de Empresa
CSI	Confederação Sindical Internacional
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEMACO	Federação dos Trabalhadores em Serviço, Asseio e Conservação Ambiental, Urbana e de Áreas Verdes no Estado de São Paulo

FGTS	Fundo de Garantia do Fundo de Serviço
FNT	Fórum Nacional do Trabalho
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
FS	Força Sindical
FSM	Federação Sindical Mundial
FST	Fórum Sindical dos Trabalhadores
MR8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimento dos trabalhadores Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e do Emprego
NCST	Nova Central Sindical dos Trabalhadores
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ORIT	Organização Regional Interamericana do Trabalho
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEA	População Economicamente Ativa
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PIB	Produto Interno Bruto
PLS	Projeto de Lei do Senado
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade

PT	Partido dos Trabalhadores
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PTS	Partido da Transformação Social
PV	Partido Verde
SDS	Social Democracia Sindical
SECSP	Sindicato dos Comerciários de São Paulo
SINDEEPRES	Sindicato dos empregados em empresas de prestação de serviços a terceiros, colocação e administração de mão de obra, trabalho temporário, leitura de medidores e entrega de avisos do Estado de São Paulo
SMSP	Sindicato dos Metaúrgicos de São Paulo
UGT	União Geral dos Trabalhadores

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Entidades que já foram filiadas a outras centrais	25
TABELA 2	Sindicatos de trabalhadores, por filiação à Central Sindical (1988 - 2001)	31
TABELA 3	Distribuição de Sindicatos de trabalhadores, por filiação/ não filiação à Central Sindical	32
TABELA 4	Evolução do índice de representatividade por Central Sindical	33
TABELA 5	Sindicatos filiados, trabalhadores na Base e imposto sindical por central sindical	34
TABELA 6	Distribuição dos delegados, por faixa etária	42
TABELA 7	Distribuição dos delegados, por cor	43
TABELA 8	Distribuição dos delegados, por nível de escolaridade	44
TABELA 9	Distribuição de delegados, por situação ocupacional	45
TABELA 10	Distribuição de delegados, por setor econômico	45
TABELA 11	Distribuição de delegados, por faixa de renda	47
TABELA 12	Distribuição dos delegados, por histórico de contrato terceirizado	47
TABELA 13	Distribuição de delegados, por profissão	48
TABELA 14	Distribuição de Delegados, por nível de escolaridade (%)	49
TABELA 15	Distribuição dos delegados por faixa de renda (%)	50
TABELA 16	Sindicatos por Estado da Federação (n°)	51
TABELA 17	Distribuição de sindicatos por setor econômico (%)	52
TABELA 18	Distribuição dos sindicatos por setores econômicos (n°)	52
TABELA 19	Sindicatos por tipo de indústria	53
TABELA 20	Sindicatos rurais por nomenclatura	54

TABELA 21	Distribuição dos comerciários do município de São Paulo, por faixa de renda	55
TABELA 22	Sindicatos de serviços por categoria/ profissão (profissionais liberais e outros)	57
TABELA 23	Sindicatos de serviços por categoria de trabalhadores majoritariamente terceirizados	58
TABELA 24	Opinião sobre a necessidade de mudança na CLT (%)	79
TABELA 25	Posição em relação à sustentação dos sindicatos no Brasil através da Contribuição Sindical e confederativa e taxa assistencial (%)	79
TABELA 26	Opinião sobre a manutenção ou extinção das contribuições sindicais (%)	80
TABELA 27	Opinião sobre a unicidade (%)	80
TABELA 28	Informações sindicais e partidárias dos vice-presidentes da UGT	96
TABELA 29	Distribuição de delegados, por filiação a partidos políticos	100
TABELA 30	Distribuição dos delegados filiados a partidos políticos que participaram da pesquisa, segundo partido político ao qual são filiados – 2009	101
TABELA 31	Distribuição dos delegados filiados a partidos políticos que participaram da pesquisa, segundo partido político ao qual são filiados – 2011	102
TABELA 32	Candidato em quem votou nas eleições de 2006 (no. de delegado)	103
TABELA 33	Marchas e atividades unificadas das Centrais Sindicais	109
TABELA 34	Posição dos delegados em relação ao instrumento greve	121

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surgiu da necessidade de compreender as transformações no movimento sindical a partir do governo Lula, em especial o processo de reorganização da cúpula com a aprovação da lei de reconhecimento das centrais. De início, nosso projeto buscava entender a atualidade da estrutura sindical e por que as centrais recém-criadas, UGT e CTB, mantinham a defesa da estrutura sindical ao mesmo tempo em que colocavam em prática a pluralidade na cúpula. No entanto, tal projeto mostrou-se muito ambicioso, já que estávamos lidando com setores pouco ou nada estudados. No Brasil, muito se produziu sobre a CUT e seus sindicatos filiados. Hoje já se tem bastante material também sobre a Força Sindical, mas o restante do sindicalismo era considerado de forma geral como “peso morto”, colocado muitas vezes no mesmo bojo do “sindicalismo pelego”, remetendo à ideia de um sindicalismo burocrático, de acomodação e inatividade.

Dentre as várias mudanças que verificamos ao longo desta pesquisa que desenvolvemos desde o início em 2011, quando ingressamos no Programa de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, chamou nossa atenção o rápido crescimento da UGT- União Geral dos Trabalhadores, organização criada em 2007. Com presença em setores de pouca ou nenhuma tradição sindical, sua postura ativa nos fóruns e na organização de atividades unificadas com as demais centrais, destoava dos demais setores que criaram novas centrais na década de 2000 e que mantiveram a maioria das práticas e políticas que caracterizavam o sindicalismo no período imediatamente anterior à sua criação. Por mais que unificasse setores já atuantes no cenário sindical brasileiro, a UGT foi ganhando relevância e forjando um novo tipo de sindicalismo.

Essa central nos pareceu, portanto, um grande desafio. Em parte porque não havia quase nada sistematizado sobre sua criação – tanto na bibliografia, quanto entre os próprios sindicalistas, que não mantiveram os registros das centrais que lhe deram origem, como a CAT e a SDS. Mas o maior deles diz respeito ao tipo de análise que orienta os estudos de sindicatos que não correspondem a uma tradição de esquerda ou socialista, isso quando

esses sindicatos são tomados como objeto de estudo. A UGT, porém, parecia contrariar essa tendência. Mesmo com a existência de outra central - a FS – potencialmente capaz de canalizar o descontentamento/ oposição à CUT, ainda assim houve espaço para que em pouquíssimos anos a UGT se consolidasse como a terceira maior central sindical do Brasil.

Foi a partir dessa inquietação que começamos a nos perguntar: o que ela tem de diferente em relação às demais centrais? Qual o tipo de estratégia que ela desenvolve? Qual a relação entre a base que ela representa e a política que a central defende? Este trabalho procura responder a essas questões.

Antes de passarmos à apresentação dos objetivos, convém esclarecer que a pesquisa que desenvolvemos esteve inserida no projeto temático da FAPESP nº 08/57112-7, intitulado “Política e Classes sociais no Capitalismo Contemporâneo” e no projeto aprovado no Edital MCT/CNPq 14/2010¹, intitulado “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo”. A participação nesses projetos contribuiu muito para essa pesquisa a partir do diálogo com outros pesquisadores e também a partir dos dados obtidos com a aplicação de *survey* do projeto CNPq.

Objetivos da Pesquisa

No intuito de compreender o tipo de sindicalismo praticado pela UGT, buscamos ao longo da pesquisa analisar os seguintes aspectos:

¹ Esse projeto, intitulado “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo”, foi coordenado por Andréia Galvão, professora do departamento de Ciência Política da Unicamp, Patrícia Trópia, professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Paula Marcelino, professora do departamento de sociologia da USP. Participei como pesquisadora na aplicação dos questionários e no tratamento dos dados com outros quinze pesquisadores: graduandos, mestrandos e doutorandos da Unicamp, UFU e Unesp Araraquara.

- 1) De onde vem e qual a relação da UGT com as tradições sindicais das quais se originou? O que delas permanece na UGT? Ela desenvolve algo de novo no sindicalismo brasileiro?
- 2) Quem constitui a UGT hoje? Quem são seus dirigentes, quais são seus sindicatos filiados? Em que setores estão? O que pensam?
- 3) Qual o perfil político-ideológico dessa central? Qual a plataforma que defende? Como se relaciona com os governos e os partidos políticos?
- 4) Qual a relação entre a base e os dirigentes da UGT?

Referencial teórico

Apresentaremos a seguir as categorias que inspiraram nossa análise da UGT.

No livro “Understanding European Trade Unionism”, Hyman (2001) sistematiza algumas de suas teses apresentadas em trabalhos anteriores, definindo alguns modelos de estratégias sindicais a partir de experiências históricas europeias. Estas teriam sido forjadas para responder aos desafios da ação sindical a partir da fusão ou articulação de três diferentes tradições, cada uma delas correspondendo a uma distinta orientação ideológica.

A primeira compreende os sindicatos como veículos de mobilização anticapitalista em diferentes fases: a social democracia radical e o comunismo. Caracteriza-se, apesar das diferenças e conflitos internos, pela prioridade dada à militância e à mobilização política e social, e estabelece como missão avançar no interesse de classe (HYMAN, 2001, p. 02).

Um segundo modelo surge, em parte, como rival do primeiro e, em parte, como uma mutação dele: é a proposta do sindicalismo como um veículo de integração social. Sua primeira articulação sistemática foi no final do século XIX, como expressão do catolicismo social, que combinou uma visão funcionalista e organicista da sociedade com a concepção socialista de antagonismo de classe. Ao mesmo tempo em que surgiu para combater os sindicatos de orientação socialista, essa concepção foi admitida por diversos sindicatos social-democratas no processo de transformação de uma perspectiva revolucionária para a via das reformas evolutivas. Essas duas tradições, da social democracia e da democracia

cristã, passaram a compartilhar, então, significativos elementos ideológicos: a prioridade à melhoria gradual no bem-estar e na coesão social e também sua autoimagem enquanto representantes dos interesses sociais² (HYMAN, 2001,p.02-03).

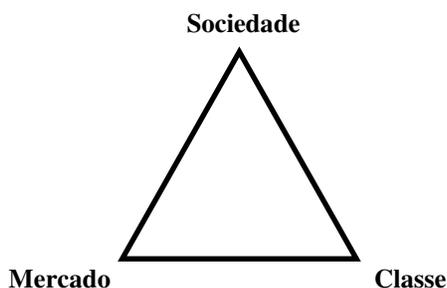
O terceiro modelo, que na prática muitas vezes se confunde com o segundo, devido às suas fundações ideológicas não serem muito explícitas, é o sindicalismo de negócios. Mais fortemente articulado nos Estados Unidos, mas também difundido na maioria dos países de língua inglesa, consiste numa busca consciente do economicismo, e na prioridade dada à negociação coletiva. Os sindicatos seriam primeiramente organizações de representação de interesses profissionais, função que é subvertida quando subordinada a projetos políticos sociais mais amplos. Por isso, evitam envolvimento político (Hyman, 2001, p.03).

Hyman explica que esses modelos e ideologias em combate devem ser vistos como variantes da tensão que está na raiz da identidade e da definição dos objetivos de todos os sindicatos. Essa tensão oscila entre três pontos, ou tipos ideais: Mercado, Classe e Sociedade. Isso porque como uma associação de empregados, eles possuem uma preocupação com a regulamentação da relação entre trabalho e salário, não podendo ignorar o mercado. Ao mesmo tempo, encarnam uma concepção de interesse e identidade coletiva que separa os trabalhadores dos patrões e, assim, não pode escapar do papel de organismo de classe. Por fim, funcionam no interior de uma estrutura social e precisam sobreviver diante de outras instituições e de uma constelação de interesses. Portanto, são parte da sociedade (Hyman, 2001,p.03).

Esses três pontos de tensão formariam um triângulo de forma que as estratégias sindicais se conformariam, em sua maioria, em um dos lados do triângulo, tendendo a combinar de forma às vezes contraditória, duas dentre as três concepções predominantes.

² No artigo “Possibilidades e limites do sindicalismo”, a partir de autores como Marx, Lenin e Gramsci, Perry Anderson aponta que os sindicatos são, dialeticamente, oposição ao capitalismo e parte dele. Isso porque, ao mesmo tempo em que resistem à distribuição de renda através das reivindicações salariais, encarnam a diferença entre capital e trabalho que define a sociedade capitalista. Isso ocorre porque a ação sindical não questiona o capitalismo como sistema social, já que os trabalhadores não possuem internalizado um horizonte socialista, de autoabolição. Os sindicatos são entendidos, então, como reflexo passivo das formas de organização capitalista da força de trabalho. (ANDERSON, 1980) Parte dessa discussão foi apresentada no artigo “Teoria da ação sindical: elementos para uma análise marxista”, apresentado no VII Colóquio Internacional Marx e Engels, escrito em co-autoria com João de A. R.Campinho.

Essas orientações refletiriam as circunstâncias materiais e as tradições ideológicas que podem sofrer reorientações nos momentos de mudança e de desafios do movimento sindical (Hyman, 2001, p.04).



Para a análise proposta da estratégia da UGT, interessa-nos aprofundar a concepção do sindicalismo como ator do mercado de trabalho e como veículo de integração social. Isso porque, como explicaremos no decorrer desta dissertação, a estratégia da UGT parece localizar-se entre o mercado e a sociedade.

Os sindicatos que estabelecem como sua principal função assegurar os benefícios econômicos para seus membros, através do avanço nos termos e condições de trabalho, veem objetivos políticos e sociais como, no máximo, auxiliares da luta econômica. Nessa perspectiva, a organização capitalista e o sistema assalariado tendem a ser aceitos como inevitáveis e até como justos. Contudo, sofrem de uma importante contradição ao tentar isolar a economia da política. Hyman demonstra que é enganoso abstrair o processo econômico do ambiente sócio político em que os sindicatos estão imersos porque, além de o trabalho não ser uma mercadoria como outra qualquer (sendo seu valor definido socialmente), o mercado não poder ser inteiramente livre. Além de fazer parte da vida econômica e do sistema social, o mercado depende do Estado para incentivar ou limitar suas operações, assim como salvaguardar condições mínimas que evitem rupturas sociais (HYMAN, 2001, p.06-13).

Esse modelo de sindicalismo, segundo Hyman, sofre com alguns dilemas importantes. O primeiro deles diz respeito à conjuntura econômica: a defesa do livre mercado e da atuação restrita à negociação coletiva perde sua efetividade em períodos de

recessão, com a tendência a deterioração das condições de trabalho e de negociação, o que obriga esses sindicatos a reconsiderar suas prioridades. O segundo diz respeito ao interesse do sindicato para além das relações de mercado, nos aspectos de disciplina e controle exercidos pelos patrões para assegurar o desempenho dos trabalhadores. Desse modo, mesmo as regras que limitam a liberdade de contratar e demitir dos patrões enquanto parte da negociação coletiva, consistem em processos de carácter mais político que econômico. Além disso, o mercado de trabalho envolve questões políticas na medida em que o Estado desempenha um papel importante na balança entre patrões e empregados. No mínimo, os sindicatos precisam influenciar no modo como o Estado formata as regras do jogo, além de garantias de saúde, seguridade e papel dos sindicatos, que são aspectos definidos no contrato de trabalho e na legislação (HYMAN, 2001, p.13 -16).

O sindicalismo de mercado é caracterizado pelo autor como uma prática de “economicismo político”, já que apesar de suas atividades estarem voltadas a conteúdos imediatos do contrato de trabalho, são obrigados a ampliar ou acompanhar a dinâmica social e política mais ampla que estrutura o mercado de trabalho.

A análise de Hattam sobre o sindicalismo de negócios ajuda a compreender seu desenvolvimento histórico e a relação mais concreta que se estabeleceu entre a política e a economia na experiência dos Estados Unidos.

Hattam (1993) defende que a estratégia da AFL – American Federation of Labour (onde o interesse econômico é privilegiado em relação à reforma política) – é resultado da combinação da estrutura institucional do Estado americano aliada a uma concepção particular de “interesse dos trabalhadores”.

Analisando a luta dos trabalhadores contra a justiça durante o século XIX, a autora destaca que já antes da Guerra Civil, mas se estendendo também para depois, prevaleceu uma concepção de aliança de classes e de interesse na qual a principal divisão se dava entre as classes produtoras e as classes não produtoras, ao invés de uma divisão entre capital e trabalho. Essa concepção era somada ainda a diferentes visões de desenvolvimento econômico, que reforçavam essa perspectiva competitiva de classe difundida principalmente entre os trabalhadores mais qualificados.

No que diz respeito ao aspecto político, a autora destaca que mesmo na época áurea do sindicalismo de negócios, ou do chamado voluntarismo, o sindicalismo americano nunca se isolou inteiramente da política. A AFL sempre manteve contato com o partido democrata e participava da política eleitoral. No entanto, sua atividade era mais circunscrita do que os seus contemporâneos da Europa Ocidental, destacando-se três aspectos fundamentais: institucional, estratégico e programático.

A AFL possuía uma fragilidade institucional decorrente de sua política de independência política, caracterizada pela recusa em criar uma organização política permanente ou estabelecer acordos formais com partidos políticos. No âmbito estratégico, a AFL via a estratégia política como auxiliar, complementando a arena econômica e até sendo muitas vezes proibida. Outro limite da política da AFL estava no seu programa, que aceitou e promoveu a separação entre trabalho e política, de modo que o local de trabalho constituía o espaço da negociação coletiva e do conflito industrial, enquanto a política deveria ser deixada a cargo dos cidadãos. Nessa perspectiva, a AFL não endossou muitas das leis progressivas do trabalho, selecionando aquelas que não comprometiam seus princípios voluntaristas. Com isso, voltaram seu suporte apenas às leis voltadas para os segmentos mais vulneráveis da população (mulheres, crianças, membros de ocupações perigosas etc) (HATTAM, 1993, p. 04-05).

Portanto, de acordo com Hattam, a estratégia sindical americana foi marcada por essa combinação entre moderação política e militância industrial (HATTAM, 1993, p. 09).

Retomando a caracterização proposta por Hyman, esboçaremos a seguir as características que marcam o modelo de sindicalismo de integração social. Este reproduz uma ideia geral de que os sindicatos, enquanto “parceiros sociais” estão incorporados à sociedade e que possuem não só um status reconhecido dentro dela, como a capacidade de influenciar no seu desenvolvimento.

A origem dessa concepção remonta à oposição da Igreja católica ao movimento sindical nascente no século XIX, na Europa. Nesse momento, a Igreja nega o conflito entre patrões e empregados e defendia que, se necessário, fossem criadas associações conjuntas. Na década de 1880, surge a iniciativa da igreja de criar sindicatos antissocialistas

defendendo que as classes são complementares e que trabalhadores e patrões possuem obrigações recíprocas. No entanto, na virada do século, para desafiar os socialistas, os sindicatos cristãos precisavam demonstrar que não eram apenas instrumentos dos patrões e, para isso, acabaram adotando uma orientação mais ofensiva e mais autônoma em relação à igreja, admitindo a greve em determinadas circunstâncias e ampliando a composição de sua base.

No período do pós-guerra, inicia-se um processo de aproximação entre o sindicalismo cristão e a social-democracia. Esta tenta se distanciar dos comunistas e se une aos cristãos, consolidando a defesa da ordem através de abordagem patriota, orientada para o pacto de reconstrução nacional. Enquanto isso, os cristãos vão desenvolver formas de catolicismo social e até a noção do “socialismo cristão”, uma ideia rechaçada pela maioria dos sindicalistas católicos, que preferiam canalizar forças na reestruturação política e econômica. Nesse momento, consolida-se a ênfase comum dos líderes socialistas e cristãos no papel de suas organizações como veículo de integração social.

A noção de parceria social, que entrou em uso apenas a partir de 1945, representa não apenas a evolução dessa tradição do sindicalismo cristão, mas também uma visão difundida pelos segmentos anti-comunistas da organização de classe socialista. Na Alemanha, por exemplo, o termo surgiu a partir da democracia cristã e depois foi apropriado por setores mais à direita.

Apesar da ideia de parceria social ser bastante imprecisa, Hyman aponta a partir da experiência alemã dois de seus princípios fundamentais: a noção de que o Estado deve atribuir a resolução dos problemas relacionados ao trabalho aos parceiros sociais, aproximando-se de uma noção voluntarista, e a compreensão de que trabalhadores e empregados têm muitos interesses em comum e suas diferenças são passíveis de soluções pacíficas.

Segundo Hyman, a parceria social reafirma a doutrina católica tradicional da reciprocidade funcional entre trabalho e capital e a necessidade de uma regulação ordenada e harmoniosa dessa interdependência, além de uma visão explicitamente hierárquica na qual a paridade, e não a igualdade de status entre os parceiros, pressupõe que os patrões têm o direito de comando e os trabalhadores o dever de obedecer.

Nesse sentido, Hyman aproxima essa tradição de uma das vertentes do corporativismo, caracterizada por Therborn³ como a “institucionalização da parceria e do consenso.” Essa concepção se diferencia da institucionalização do conflito, que pressupõe o reconhecimento da existência de relações conflitivas entre partes que, fortemente organizadas, podem buscar acomodar seus diferentes interesses tendo em vista a sobrevivência mútua. Já a noção de parceria social implica uma ideologia do consenso, ou “cultura do compromisso”, que se mostra bastante frágil, pois é baseada na negação de determinados interesses conflitivos.

Essa concepção teria se desenvolvido a partir dos anos 60 e 70, com o chamado “neocorporativismo”. A melhoria nos direitos de organização sindical, associada em alguns casos à consulta formal na formulação e implementação de políticas públicas, teria influenciado a moderação dos objetivos e métodos sindicais. Os sindicatos teriam passado de uma atuação centrada na mobilização e pressão econômica, para uma ação predominantemente voltada à organização de influência política.

Com o neoliberalismo, são forjados novos pactos sociais, baseados na retomada da concertação que significou, diferentemente do período pós-guerra, a responsabilidade compartilhada no desmantelamento de diversos direitos sociais – de modo que patrões e empregados cumprem o papel de mediadores das pressões econômicas transnacionais.

Esses sindicatos reconhecem que as relações industriais não são um campo de ação autocontido. No entanto, na busca de um ambiente político favorável, com a legitimação da desregulamentação nas últimas décadas e a diminuição da capacidade regulatória do Estado no processo de parceria social, o sindicalismo encontraria no discurso da sociedade civil elementos de sua legitimação. Com a diminuição da capacidade de mobilização nas formas tradicionais de pressão econômica e política, os sindicatos desenvolvem como meio alternativo para exercer influência e mobilizar, se não a ação coletiva, ao menos a opinião coletiva – deslocando seu engajamento para a arena da chamada sociedade civil.

³ Therborn, G (1992). ‘Lesson from “corporatist” Theorization in: Pekkarinen, M. Pohjola and B. Rowthorn (eds), Social Corporatism: a superior economic system? Oxford: Clarendon Press, p. 24-43.

Na última metade do século XIX, o sindicalismo social democrata se torna a forma organizacional dominante na Europa e, em termos gerais, representa a síntese entre a negociação coletiva pragmática e uma política direcionada ao Estado - de reforma social e gestão econômica – o que Hyman denominou “economicismo político”.

A partir dessa referência é que definimos a estratégia sindical da UGT como situada entre o mercado e sociedade, devido à forte identificação de sua atuação com as duas tradições que conformam o economicismo político. Este modelo, desenvolvido hoje por setores significativos do sindicalismo social-democrata na Europa, parece agravado no Brasil tanto pelo apego à estrutura sindical, quanto pela ausência de tradição de organização nos locais de trabalho, algo que favorece o engajamento da cúpula em uma arena que extrapola a negociação coletiva e favorece pactos desvinculados das demandas dos membros dos sindicatos.

Ferramentas metodológicas

Nossa pesquisa tem caráter exploratório e se apoia tanto na análise documental – a partir das publicações da central, como na análise dos dados obtidos pelo banco de dados da Pesquisa do CNPQ, sobre a base das centrais sindicais. O *survey* que deu origem a essa base de dados foi aplicado na 1ª. Plenária nacional da UGT, ocorrida nos dias 28 e 29 de agosto de 2009, em Praia Grande - SP. Estiveram presentes 341 observadores e 468 delegados, representantes de 308 entidades de todas as regiões do país. A pesquisa de natureza censitária obteve a devolução de 347 questionários válidos, que serviram como base para as análises aqui realizadas. Esses dados foram complementados ainda com informações da pesquisa realizada pelo DIEESE, assim como dados disponibilizados pelo DIAP e pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Utilizamos também como fonte a bibliografia especializada no tema e algumas notícias de jornal e da própria UGT. Além disso, pudemos realizar entrevistas semiestruturadas com dois importantes dirigentes da central.

Com base nessas fontes, nossa pesquisa teve como foco a descrição dessas informações combinada com o esforço de analisá-las à luz do processo histórico em que a criação e consolidação da central se inserem. Pudemos sistematizar os principais elementos do discurso da central e evidenciar algumas das práticas que marcaram sua trajetória até o momento.

Partimos da ideia de que as decisões e posições da cúpula não estão descoladas de interesses de classe, ou seja, de que existe uma relação entre a política defendida pelas centrais e os interesses das classes e frações de classe, isto é, dos setores sociais, que representam. Esse aspecto nos parece ser importante de se considerar, para além das abordagens que se limitam a explicar as posições e estratégias sindicais pela burocratização e cooptação das direções sindicais. Apesar de reconhecermos que no Brasil não há uma relação orgânica generalizada entre as bases e seus sindicatos, os processos de institucionalização e a relativa autonomia das direções em relação aos trabalhadores associados aos sindicatos não é suficiente para explicar o perfil político e ideológico que essas centrais defendem e colocam em prática. Do mesmo modo, a relação dessas centrais com os partidos é parte importante, mas não é suficiente para entendermos as posições que adotam no cenário político brasileiro.

Embora os aspectos acima sejam relevantes e orientem nossa análise, optamos por apenas levantar elementos dessa discussão, sem fechar uma tese definitiva. Isso porque os dados disponíveis ainda são insuficientes e exigiriam uma análise mais detida, bem como o aprofundamento da pesquisa em pelo menos alguns dos sindicatos importantes dessa central. Por isso optamos por uma caracterização geral que buscasse mais abrir possibilidades do que fechar conclusões – até mesmo pela dificuldade com que nos deparamos ao analisar processos ainda em curso. Por isso, optamos por não tentar, nesse trabalho, responder à última questão levantada a respeito da relação entre a base e os dirigentes da UGT.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo apresentaremos as origens dos setores que conformam a UGT e o contexto do seu

surgimento a partir do processo de reorganização da cúpula do movimento sindical brasileiro, impulsionada, entre outros fatores, pela Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais.

No segundo capítulo apresentaremos o perfil socioeconômico da base social da UGT, as principais categorias e sindicatos onde a Central está inserida e esboçamos uma caracterização dessa base frente à bibliografia sobre a atual estrutura de classes no Brasil.

No terceiro capítulo desenvolveremos a análise sobre o perfil político-ideológico da UGT a partir da análise da atuação da central diante de diferentes aspectos: 1) sua concepção sobre o papel do Estado e da sociedade civil como parte de um determinado projeto; 2) a relação que estabelece com o Estado no que diz respeito à defesa da estrutura sindical; 3) a centralidade dada à participação institucional; 4) sua intervenção na disputa de poder: relação com os partidos políticos e com os governos; 5) a relação que trava com as demais centrais e 5) sua plataforma de reivindicações a respeito dos direitos trabalhistas. Por fim, buscaremos compreender a estratégia mais geral posta em prática pela UGT à luz das influências de sua origem e das respostas que forja diante dos desafios atuais do movimento sindical.

CAPÍTULO 1 - UGT: Origens e Formação

A União Geral dos Trabalhadores, objeto da nossa pesquisa, foi fundada em julho de 2007, em um Congresso na cidade de São Paulo que reuniu cerca de 3.400 delegados, representando 623 entidades sindicais. A criação dessa central se deu a partir da “fusão” de três centrais: a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a Social Democracia Sindical (SDS), a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) e alguns setores independentes.

Nesse capítulo apresentaremos as origens dos setores que conformam a UGT e o contexto do seu surgimento a partir do processo de reorganização da cúpula do movimento sindical brasileiro, impulsionada, entre outros fatores, pela Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais.

1.1) Origens da UGT

A UGT tem origem em um dos setores que em 1981 participaram do primeiro CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), com a finalidade de criar uma Central Sindical Unificada. Tais setores formavam, na época, a tendência política denominada “Unidade Sindical”. Dela participavam sindicalistas do PCB (Partido Comunista Brasileiro), PC do B (Partido Comunista do Brasil) e MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) em aliança com o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Essas correntes caracterizavam-se pela defesa da prudência nas mobilizações, rejeição à ideia de greve geral e pela oposição à Convenção 87 da OIT⁴ (RODRIGUES, 1991; COSTA, 1995).

⁴ De acordo com a consagrada Convenção nº 87 da OIT de 1948, que discorre sobre a liberdade sindical e a proteção ao direito de sindicalização, “as organizações de trabalhadores e de entidades patronais, sem distinção de qualquer espécie, têm o direito, sem autorização prévia, de constituírem organizações de sua escolha, assim como o de se filiarem nessas organizações”. Até o momento o Estado brasileiro não ratificou esta convenção.

Apesar de defender a criação de uma única central, esses setores não participaram do segundo CONCLAT que, em 1983, decidiu pela criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores). A Unidade Sindical caracterizava-se pela defesa de uma transição pacífica da ditadura e pela defesa da estrutura sindical⁵, o que a levou a fundar, em março de 1986, a CGT (Central Geral dos Trabalhadores).

De acordo com Silvo Costa, a Unidade Sindical

defendia uma unidade abstrata e levantava bandeiras políticas de democratização da sociedade, mas desenvolvia uma prática reformista, de conciliação de classes e submissão aos interesses da burguesia e de setores vinculados ao regime militar; pregava um sindicalismo politizado, mas, com receio da possibilidade de retrocesso, colocava-se contra as mobilizações e as greves (COSTA, 1995, p.60).

Segundo Rodrigues, essa corrente concebia o sindicato como instrumento basicamente de obtenção de melhorias para os trabalhadores a serem obtidas também através da aliança com outras forças políticas democráticas, para além da ação dos sindicatos. Reproduziriam, assim, a estratégia da revolução em duas etapas preconizada pelos comunistas, em que a primeira delas, que antecederia a revolução socialista, supunha a conformação da frente democrática por meio de uma aliança com a burguesia nacional. (RODRIGUES, 1991, p.28).

A CGT foi criada em março de 1986, em congresso do qual participaram 5.546 delegados de 1.341 entidades, que definiu como princípios orientadores: defender a reunificação do movimento sindical; a unicidade; a independência das entidades frente ao governo, partidos e organizações religiosas; promover a solidariedade internacional dos trabalhadores em sua luta contra a exploração e na busca da paz, do progresso, da democracia e da independência nacional; coordenar, encaminhar e participar das lutas dos trabalhadores em defesa de seus interesses gerais e dos supremos interesses nacionais

⁵ Desde sua implantação no governo Vargas, a estrutura sindical tem como pilares o registro obrigatório dos sindicatos perante o Estado, a unicidade sindical (princípio que determina o reconhecimento de um sindicato único por ramo ou categoria profissional numa determinada base territorial), os tributos obrigatórios a todos os trabalhadores da base do sindicato único e a intervenção da Justiça do Trabalho no conflito entre capital e trabalho. Sobre a longevidade da estrutura sindical, consultar: BOITO, 1991,2002; ANTUNES, 1991; POCHMANN 1998; GALVÃO, 2003.

(COSTA, 1995, p.192). Sua principal diferença em relação à CUT era o repúdio expresso à Convenção 87 da OIT e a ausência de qualquer menção à realização de uma greve geral (RODRIGUES, 1991, p.35).

Tal como a CUT, múltiplas tendências participaram da criação da CGT. Porém algumas cisões foram afetando a natureza dessa central, apoiada muito fortemente sobre a estrutura sindical oficial e contando com o apoio de importantes confederações, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de crédito etc. Quando de sua formação, a presença dos dois partidos comunistas, a rejeição da convenção 87 da OIT e da pluralidade sindical, a defesa das empresas estatais, a posição favorável ao restabelecimento do poder normativo da Justiça do Trabalho e outras reivindicações lembram – de modo muito mais moderado – o corporativismo antiliberal do antigo Comando Geral dos Trabalhadores (mas, agora com um coeficiente bem fraco de nacionalismo) (RODRIGUES & CARDOSO, 1993, 22 – nota 12).

Diferentes autores destacam a dificuldade de atuação unitária da CGT, que já nasce com fortes divergências internas. (RODRIGUES, 1991; COSTA, 1995). Para Rodrigues, faltava para a CGT um projeto e homogeneidade interna para atrair militantes e mobilizar forças, de modo que a sua formação teria sido, em grande medida, uma atitude de defesa diante da presença de uma entidade adversária. (RODRIGUES, 1991, p.37)

Desde sua fundação, essa central vai conformando dois grupos: um liderado por Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão), composto pelos setores influenciados pelos comunistas, e outro ligado ao chamado “sindicalismo de resultados”⁶, tendência mais próxima ideologicamente do sindicalismo norte-americano, patrocinada particularmente por Antônio Rogério Magri e por Luiz Antônio de Medeiros, representando a vertente do pensamento mais conservador do sindicalismo brasileiro (DELGADO, 1990; RODRIGUES & CARDOSO, 1993, p.22 – nota 12).

⁶ Trata-se do modo como se autodenominam os setores que defendem um sindicalismo “sem confronto, conciliador, de parceria entre o capital e o trabalho, francamente pró-capitalista e voltado tão somente para a conquista de melhorias econômicas” (Trópia, 2009, p.48). Adalberto Cardoso destaca o caráter anticomunista e pragmático, mas não apolítico, desse setor sindical (CARDOSO, 1991). Esse tipo de sindicalismo, enquanto uma variante do sindicalismo de negócios, tem o confronto como o último recurso e sua atuação pragmática está voltada para defesa de interesses econômicos imediatos, combinando o conservadorismo político e apego à estrutura sindical oficial ao ativismo no plano reivindicativo (Rodrigues e Cardoso, 1993; Trópia, 2009).

Em 1989, no segundo Congresso da CGT, esses dois grupos se dividem quando Magri vence Joaquinção nas eleições para a presidência da Central. A partir de então, os grupos ligados a Magri e Medeiros vão fazer parte da CGT (*Confederação* Geral dos Trabalhadores) e o grupo ligado a Joaquinção (PCB e MR8) permanece na CGT com o nome de *Central* Geral dos Trabalhadores.

Com a divisão em 1989, há uma nova alteração no perfil dessa central. Magri passa a presidir a CGT Confederação, assumindo o papel de interlocutor junto ao governo e ao empresariado e afirmando a necessidade do pacto social. Ele defende a candidatura de Fernando Collor de Melo e consegue que a executiva da CGT aprove o apoio a Collor no segundo turno das eleições presidenciais de 1989. Para Magri, Collor representava um governo de conciliação nacional e, por isso, comprometeu-se a suspender as greves por cinco meses caso Collor ganhasse as eleições. Com a vitória de Collor, Magri assume em 1990 o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

De acordo com Costa, a vitória de Collor apenas aprofundou o imobilismo e a desarticulação da CGT, que participou como membro secundário do Entendimento Nacional⁷ (COSTA, 1995).

Em 1991, sob a influência do “sindicalismo de resultados”, Medeiros rompe com a CGT (Confederação) para criar a Força Sindical, assumindo explicitamente a defesa da economia de mercado e rompendo definitivamente com a tradição nacionalista, socialista ou comunista predominante no sindicalismo brasileiro até então. Rodrigues e Cardoso destacam que não são muito claras as razões pelas quais muitos dos sindicalistas que foram para a Força Sindical não permaneceram na CGT, mas na visão da FS, a CGT seria mais burocrática e acomodada, enquanto que a CUT seria muito radical. Depois da Criação da FS, a CGT deixa de lado a ideia de um “sindicalismo de resultados” e fica bastante descaracterizada ideologicamente e com pouca pressão de mobilização, “podendo, quando muito, ter uma atuação em forma de lobby junto ao congresso e ao executivo” (RODRIGUES & CARDOSO, 1993, 171 – nota 12). Os setores ligados ao PC do B já

⁷ O chamado “Entendimento Nacional” faz referência às reuniões realizadas entre centrais sindicais, incluindo a CUT, empresariado e o Governo Collor, a partir de setembro de 1990. Esses encontros tripartites tinham como objetivo controlar a inflação e reduzir o número de greves, mas não conseguiram produzir acordos, especialmente devido a divergências no interior da CUT.

havia deixado a CGT (Central) em 1988 e criado a Corrente Sindical Classista (CSC), que aderiu à CUT em 1991.

Apesar da dificuldade em caracterizar ideologicamente a CGT, Rodrigues e Cardoso apontam que mesmo na década de 90, a CGT (Confederação) possuía alguma marca nacionalista, o que a diferenciava em parte do sindicalismo de resultados promovido pela Força Sindical:

A CGT defende, além de demandas pontuais, um sindicalismo sem subordinação partidária, a unidade de ação com outras centrais, o diálogo com o governo e empresários, o parlamentarismo, procurando principalmente pressionar o congresso através de uma atuação em forma de lobby, de propostas de anteprojetos de lei e de participação em comissões governamentais e legislativas. Em 1999, A CGT lançou a ideia dos Comitês de ação político-parlamentar (CAPP), a fim de apoiar candidatos ao legislativo (...). A Atuação política mais ampla da CGT, todavia, contém uma marca nacionalista, como demonstra a resistência aos processos de privatização de empresas (RODRIGUES & CARDOSO, 1993, 22 – nota 12).

Segundo Rodrigues, essa reorganização da década de 80 e início dos anos 90 teria sido impulsionada principalmente pela atuação dos partidos e organizações políticas do período:

A divisão ao nível das centrais, provavelmente, encontrava certo fundamento nas próprias características profissionais e segmentos sociais envolvidos na atividade sindical. Mas mesmo aceitando a existência de uma heterogeneidade “natural” no interior das classes assalariadas, é impossível deixar de mencionar o fator propriamente político da divisão do sindicalismo brasileiro. Ocorre que a reorganização do movimento sindical, notadamente os esforços em direção à formação das entidades nacionais, como as centrais, foram amplamente promovidas por correntes político partidárias. (...) A pluralidade sindical, no nível das cúpulas, em larga medida foi o resultado da atuação de grupos políticos. Em outras palavras: a reorganização do sindicalismo não saiu do interior do próprio sindicalismo (RODRIGUES, 1991, p.41)⁸

A CGT Central, reafirmando a defesa da unicidade e da contribuição sindical obrigatória, mantém-se até os dias atuais com o nome de CGTB – Central Geral dos

⁸ Como já destacamos no capítulo 1 e desenvolveremos melhor ao longo da dissertação, esse aspecto da reorganização da década de 80 parece bastante presente também na reorganização do movimento sindical nos anos 2000, sob o governo do PT, na medida em que, embora não constituam o único fator explicativo de tal reorganização, as organizações políticas tiveram um papel importante, impulsionando esses rearranjos.

Trabalhadores do Brasil, alterado em 2001. E a CGT (Confederação) cria com outros setores em 2007, a UGT.

Setores significativos que hoje estão na UGT são oriundos da Força Sindical e levaram consigo vários elementos da estratégia desenvolvida por esta central. Fundada em março de 1991, a FS se propunha a ser “uma central moderna, democrática, independente, apartidária e pluralista (RODRIGUES, 1991, p. 37-39). Defende em seu programa uma sociedade “moderna” nos marcos do capitalismo, baseada na competição, prosperidade, produtividade e participação. Seu principal mentor, Medeiros, enfatizava uma ação Sindical apolítica, que se daria no âmbito do conflito privado com os capitalistas, segundo as condições do mercado. Com isso, dois eixos marcavam a proposta da nova central: o sindicato como fator de mercado, com papel de intermediário na venda da força de trabalho, e a necessidade de “apartidarização” e “desideologização” do aparelho sindical. Esse apartidarismo, porém, não deve ser confundido com apoliticismo ou economicismo, como o próprio Medeiros enfatizava (CARDOSO, 1992; Rodrigues e Cardoso; 1993).

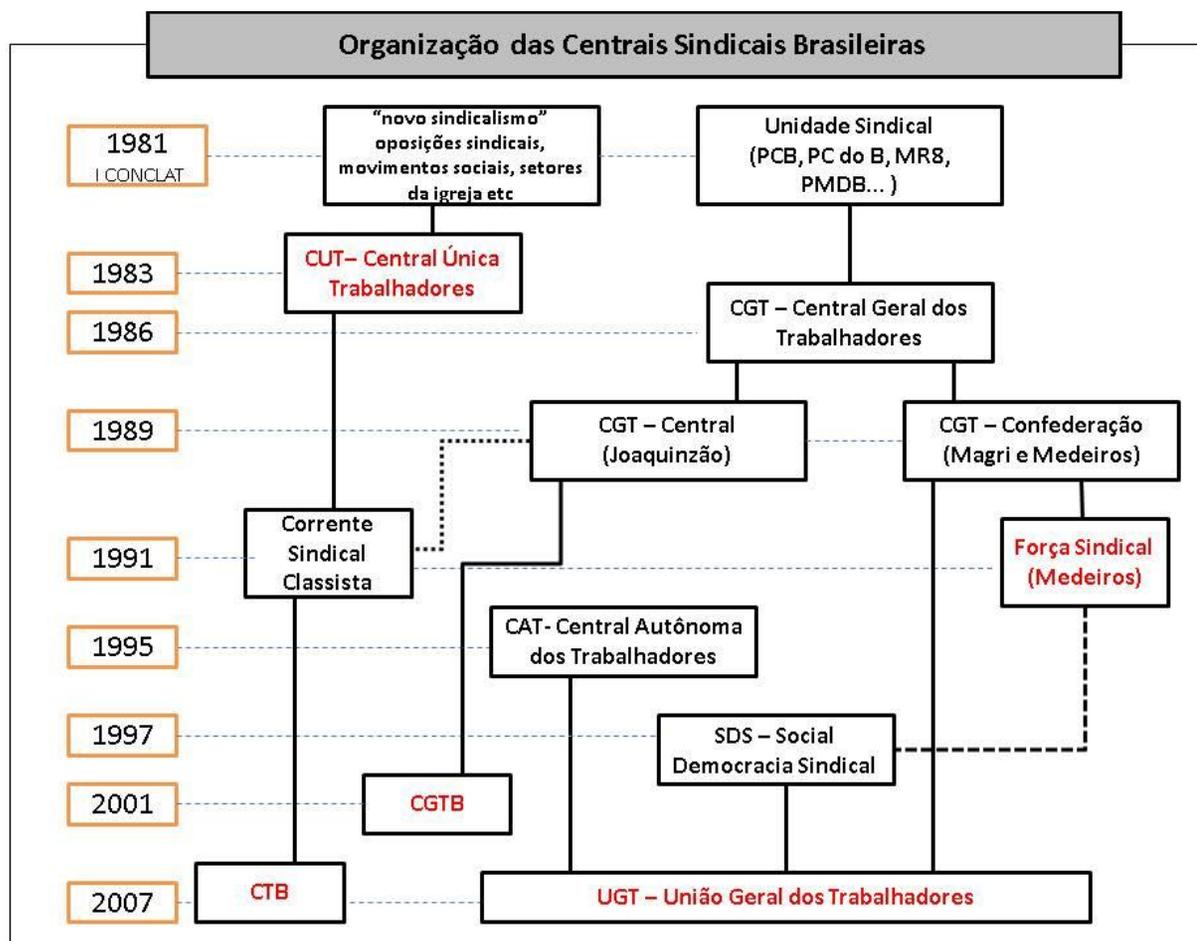
O discurso de “apartidarização” dos sindicatos e de “desideologização” da ação sindical cumpre para a FS o papel de demarcar a diferença entre sua concepção e a CUT. Ao negar a atuação política do sindicato e ao se recusar a considerá-lo como sujeito da disputa pelo poder, esse discurso reafirma um projeto sindical que entende a “representação dos trabalhadores em geral” afastada dos movimentos de esquerda e independente de partidos. Numa perspectiva pragmática que prioriza a necessidade de “trabalhar com todos os partidos”, a FS opta por se colocar como interlocutora privilegiada nos processos de negociação, assumindo uma perspectiva de conciliação entre capital e trabalho (CARDOSO, 1992).

Como aponta Trópia (2009, p. 48), apesar de diferenciar-se do peleguismo tradicional, ao aceitar a greve como um recurso na negociação salarial, a proposta de um “sindicalismo de resultados” difunde uma concepção sindical oriunda da tradição pelega ao pregar um sindicalismo sem confronto, conciliador e voltado apenas para a conquista de melhorias econômicas.

Contudo, esse pragmatismo da Força Sindical não representa apenas uma alternativa de combate à CUT, como defendem Rodrigues e Cardoso (1993). Para além da

disputa de poder entre as centrais, Trópia demonstra como a Força Sindical na década de 90 desenvolveu uma política sindical que convergia politicamente com o neoliberalismo. Tal convergência se expressou não só na defesa e justificação da implementação de determinadas políticas neoliberais, como também na difusão desse ideário entre sua principal base: os metalúrgicos da cidade de São Paulo. (TRÓPIA, 2009)

Alguns desses aspectos que caracterizam a CGT e a FS serão retomados no último capítulo para a compreensão da estratégia posta em prática pela UGT. Por fim, para melhor ilustrar as divisões e fusões que ocorreram no movimento sindical brasileiro, apresentamos a seguir um quadro simplificado com as principais mudanças na cúpula sindical da década de 80 aos dias atuais:



1.2) Constituição da União Geral dos Trabalhadores

A criação da UGT, como apontado inicialmente, deu-se a partir da união de três centrais pré-existentes: a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a Social Democracia Sindical (SDS), a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) e alguns setores independentes.

A Confederação Geral dos Trabalhadores é herdeira da Central Geral dos Trabalhadores, criada em 1986 e que, após a saída dos comunistas e da criação da Força Sindical, permaneceu com essa denominação até a criação da UGT.

Com a ida de Magri para o Ministério do Trabalho e Previdência Social em março de 1990, a presidência da CGT passa a ser de Francisco Canindé Pegado, do Sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Norte e Secretário Geral da UGT desde sua criação⁹.

No momento de criação da UGT, a CGT (Confederação) era presidida por Antônio Carlos Reis, o chamado Salim, que é hoje vice-presidente da UGT.

Já a CAT (Central Autônoma dos Trabalhadores) que também compõe a UGT, havia sido criada em 1995 enquanto organização sindical que representava os setores cristãos conservadores e seu presidente era Laerte Teixeira da Costa. Laerte também foi presidente municipal do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) em São José do Rio Preto, entre 1991 e 2000, e presidente municipal do PSC (Partido Social Cristão), entre 2000 e 2006. Torna-se vice-presidente da UGT desde a fundação desta e atualmente junto à CSA – Confederação Sindical das Américas. Além disso, Laerte é Presidente do Sindinorte (Sindicato dos Trabalhadores do Norte do Estado de São Paulo nas Indústrias do Vestuário) e membro da diretoria do Sindicont (Sindicato dos Contabilistas de São José do Rio Preto)¹⁰.

⁹ Magri é demitido do Ministério do Trabalho em 1992, devido às acusações de envolvimento nos esquemas de corrupção que atingiram o conjunto do governo Collor. Depois disso Magri afastou-se não só da militância política, como também da vida sindical.

¹⁰ Laerte iniciou sua vida sindical na década de 60, no sindicato dos comerciários de São José do Rio Preto. Depois de eleito a vereador em 1976, decidiu “promover a fundação de novos sindicatos e associações”. Segundo Laerte, para conseguir as cartas sindicais “fomos beneficiados pela presença de Almir Pazzianotto

Sobre a criação da CAT, em entrevista Laerte atribui suas origens à relação intrínseca com o sindicalismo internacional:

A CAT, na verdade, primeiro era uma coordenação de poucas entidades, criou como coordenação autônoma de trabalhadores e havia um líder bancário. Rui Brito de Oliveira Pedrosa, que trabalhava, tinha também outro bancário, o Elibelton Manoel Reino (que já faleceu, foi Presidente da Federação aqui em São Paulo). O Rui Brito foi presidente da CONTEC e eles tinham uma ligação muito íntima, antiga, com a CLAT - Central Latino Americana de Trabalhadores (que tinha sede na Venezuela), e com a CMT que era a Confederação Mundial do Trabalho (com sede em Bruxelas, na Bélgica). A CMT e a CLAT eram uma das vertentes do sindicalismo internacional. O sindicalismo internacional tinha três vertentes principais: a mais velha, que era a CMT/CLAT, que começou como cristão e depois se tornou pluralista, a FSM, que era comunista, começou como comunista, e também acabou se tornando pluralista (COSTA, 2013)¹¹.

Segundo o dirigente, a disputa internacional na década de 80 se dava entre, de um lado, o braço ocidental, da CIOSL - Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres - cujo braço interamericano era a ORIT, Organização Regional Interamericana do Trabalho, e de outro, a CLAT latino-americana:

havia uma disputa, uma rivalidade muito grande entre CLAT e ORIT no passado. As duas tinham mais ou menos meio século e a principal divergência era que a CLAT era latinoamericana, e a ORIT era interamericana, incluía Estados Unidos e Canadá. No tempo da guerra fria, essas coisas tinham sua importância. Então, esses dois companheiros nossos, e outros, de menor expressão, juntaram-se e criaram a CAT, Coordenação Autônoma de Trabalhadores (COSTA, 2013).

De acordo com Laerte, a ideia de criação da CAT foi impulsionada pela demanda da CLAT de ter uma central sindical, no cenário de disputa com a ORIT.

Eu era o mais novo dos dois e a CLAT apostou muito em mim, pessoalmente: “olha, nós precisamos criar uma central no Brasil, a CLAT não tem nenhuma central, a ORIT tem a dela.” E então, havia uma, vamos dizer assim, uma disputa ideológica e (...) mandamos muita gente pra Venezuela pra fazer curso, quase toda liderança sindical brasileira passou por lá, e com esse trabalho de

Pinto no Ministério do trabalho.” É possível Acessar o livro de memórias de Laerte no site: <http://www.teixeiradacosta.com.br/index.php/pequenas-memorias-pessoais/>

¹¹ Em entrevista para esta pesquisa, o dirigente fala de três vertentes do sindicalismo internacional: a primeira é composta pela CMT e CLAT - do sindicalismo cristão; a segunda é a FSM, de tradição comunista; e a terceira é formada pela ORIT, que compõe a CIOSL e da qual faz parte também a AFL-CIO norte-americana.

aproximação com outras entidades, nós fundamos a Central Autônoma de Trabalhadores. Então passou de coordenação a Central Autônoma de Trabalhadores. Fundamos em Brasília, em dezembro de 1995 (COSTA, 2013).

Nesse momento da criação da CAT, então, já existia um movimento de pluralismo na cúpula do movimento sindical brasileiro, com a divisão da CGT e a criação da Força Sindical. O dirigente destaca nessa trajetória a posterior reorganização internacional que origina a Central Sindical das Américas (CSA), entidade à qual a UGT é filiada:

Então, a CAT, tem essa origem na CLAT- CMT e depois, é interessante isso, porque os movimentos de fusão aconteceram também a nível internacional: a CIOSL se fusionou com a CMT, criando a CSI (Confederação Sindical Internacional) e a ORIT se fusionou com a CLAT criando a CSA (COSTA, 2013).

Logo depois, em 1997, foi criada a SDS, a partir de uma divisão da Força Sindical, como tentativa de representar o setor sindical do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). A central foi articulada e dirigida por Enilson Simões de Moura, o Alemão¹², que também se tornou vice-presidente da UGT e seu congresso de criação contou com a presença de José Serra e Paulo Renato.

O Alemão, conhecido pelas greves históricas dos metalúrgicos do ABC paulista, criou a SDS por meio de lobby federal durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo principal de acessar recursos públicos em órgãos institucionais de representação sindical. Desde que foi criada, sua central teve garantida a participação na administração dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e no conselho gestor do FGTS¹³:

Com acesso ao FAT, a central dá verbas para cursos de reciclagem a associados discretos e milionários. Caso do Sindicato dos Empregados em Condomínios de

¹² “O Diabo Alemão: Sindicalista irrita CUT e Força com lobby federal”. *Carta Capital*. Edição 159, 08 set. 2000. Disponível em:

http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/15590_O+DIABO+ALEMAO. “Contra o MST, ligado à CUT e ao PT, a SDS tem o Mast (Movimento dos Agricultores Sem Terra). No Rio, base de Dornelles, toca o Centro de Apoio ao Trabalhador (CAT), espelho do que a Força gere em São Paulo, ambos de reemprego”.

¹³ Com recursos de R\$ 380 milhões em 2000 e R\$ 500 milhões para 2001, 20% do FAT é destinado às centrais sindicais. Em seus três primeiros anos de existência, a SDS acessou R\$ 20 milhões.

São Paulo, cujos 400 mil filiados recolhem uma fortuna em imposto sindical. O esquema se repete em setores marginalizados pelas outras centrais, como o de serviços. A luta dos frentistas de postos de gasolina contra as bombas automáticas foi organizada – e vencida – pela SDS, segundo o Alemão. “Não temos um sindicato âncora”, fala Alemão. “O FAT dinamiza nossa estrutura em todo o País.” Este ano, oficialmente a SDS patrocinou cursos para 77 mil trabalhadores. Quanto mais faz, mais recebe¹⁴.

Essas três centrais, junto com setores “independentes” em grande parte oriundos da FS, como o Sindicato dos Padeiros de São Paulo, fundem-se, portanto, em 2007, principalmente em função da nova legislação sindical de reconhecimento das centrais sindicais e também motivadas pelas disputas no interior do movimento sindical que se evidenciam no processo de reorganização ocorrido sob o governo Lula.

A lei 11.648 promulgada em março de 2008, que garante o reconhecimento formal das centrais sindicais mediante o cumprimento de critérios de representatividade,¹⁵ foi inclusive uma das estratégias voltadas à facilitação de consensos através do enxugamento da representação dos trabalhadores - o que também acabou motivando mudanças na configuração da cúpula sindical.

O secretário-geral da UGT, Francisco Canindé Pegado do Nascimento revelou em entrevista para esta pesquisa que a articulação desses setores se deu devido ao imperativo de atingir a representatividade exigida pela nova lei. Adquirir representatividade seria a única garantia da presença dessas centrais nos espaços de diálogo social:

Eu vou partir do ponto da discussão que levou a UGT a ser criada a partir da fusão, que a gente às vezes nem usa bem esse termo fusão, usa incorporação (...). Pelo cadastro de entidades sindicais do Ministério do Trabalho, nós tínhamos dezoito centrais sindicais no ano de 2007. Essas dezoito centrais sindicais acontecia que, algumas mais representativas, outras bem menos representativas (...). E aí teve o fato que no governo Lula, o Lula abriu esse espaço pra que as

¹⁴ *Idem.*

¹⁵ São critérios para a obtenção da representatividade das centrais:

I – filiação de, no mínimo, cem sindicatos distribuídos nas cinco regiões do País;

II – filiação em pelo menos três regiões do País de, no mínimo, vinte sindicatos em cada uma;

III – filiação de sindicatos em, no mínimo, cinco setores de atividade econômica; e

IV – filiação de trabalhadores aos sindicatos integrantes de sua estrutura organizativa de, no mínimo, 7% do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional.

centrais sindicais pudessem participar do diálogo nacional, ou seja, um governo mais participativo. E o Lula dizia: “Olha vocês vão ficar sem tempo, sem espaço e vão ter que arranjar muito tempo mesmo pra participar das reuniões e do diálogo com o governo. Aliás, não podia chamar só uma parte das centrais sindicais, por mais representativas que algumas fossem, as outras iriam evidentemente buscar também a discussão. (...) ocorria que nem sempre dava consenso, (...) Aí surgiu realmente a ideia, dentro do governo, e especialmente dentro do Ministério do Trabalho, de se criar uma nova regra que as centrais sindicais para serem representativas elas deveriam atingir certos critérios, passar por certos critérios. Então a UGT, a CGT na verdade, né, que era a Confederação Geral dos Trabalhadores, a CAT que era a Central Autônoma de Trabalhadores e a SDS que era a Associação Nacional dos Sindicatos Socialdemocratas, (...) a CGT era um pouco maior que a SDS e a CAT era uma central bem menor, bem menor. Então eu, nós aqui na antiga CGT, chegamos a conversar com essas três centrais sindicais, claramente, dizendo o seguinte, que vai sair uma legislação que vai colocar critérios de representatividade e nós não vamos passar por esses critérios, que vai ter que ter um número de sindicatos, vai ter que ter distribuição de sindicatos pelas regiões do país, vai ter que ter um percentual de trabalhadores sindicalizados, e nós não vamos atingir, só quem vai atingir é a CUT, nem a Força Sindical conseguiria atingir pelos primeiros critérios que foram apresentados. Então assim os presidentes dessas centrais aí, CGT, SDS e CAT se reuniram, chegaram a uma conclusão de que realmente tínhamos que fazer uma incorporação dessas centrais sindicais (NASCIMENTO, 2013).

A partir desse acordo inicial, a UGT foi incorporando outros setores independentes ou que vieram de outras centrais como a Força Sindical, e nesse processo de “reengenharia sindical”, esses dirigentes foram buscar um nome para a presidência que fosse externo às três centrais unificadas:

a procura de um presidente que contemplasse todos os interesses dessas três centrais sindicais, aí foi uma busca realmente política bastante engenhosa. E encontramos então o Ricardo Patah, que na época era tesoureiro nacional da Força Sindical, encontramos o Chiquinho Pereira, que é o presidente do Sindicato dos Padeiros, que já tinha sido inclusive presidente da Força Sindical do estado de São Paulo. Quer dizer, pra dar um exemplo de quadros que vieram de outras centrais sindicais, e vários sindicatos independentes, muitos sindicatos independentes que entenderam essa proposta. (NASCIMENTO, 2013)

e nós falamos: olha, nós precisamos de um líder jovem, de um grande sindicato, pra presidir uma nova central, não pode mais ser nós, não pode ser o ex-presidente da CAT ou ex-presidente da CGT ou ex-presidente da SDS. E aí buscamos o Patah. (...) O Patah era presidente do sindicato dos comerciários, um dos maiores sindicatos da América Latina, (...), e aí fundamos a UGT, que cresceu bem, tendo em vista aí as circunstâncias, depois que já tinha um monte de gente já na Força, um monte de gente na CUT, um monte de gente do velho sindicalismo das confederações, que acabaram fundando a nova central sindical, e crescer nesse ambiente, não foi muito fácil não, mas a UGT cresceu e se consolidou, então foi importante (COSTA, 2013).

Apresentamos abaixo os dados das principais trajetórias dos sindicatos ligados à UGT. Eles resultam de questionários respondidos pelos delegados dessas entidades em Plenária Nacional da UGT e identificam as entidades sindicais da filiação anterior à criação desta central.

Tabela 1 - Entidades que já foram filiadas a outras centrais

FILIAÇÃO	Nº	%(*)
Não eram filiadas a central	138	39,8
Força Sindical	48	13,8
CGT	41	11,8
SDS	39	11,2
CAT	15	4,3
CUT	14	4
NCST	13	3,7
Força Sindical / SDS	8	2,3
UGT	6	1,7
CGTB	1	0,3
SDS / CUT	1	0,3
CGT / CAT	1	0,3
Força Sindical / CGT	1	0,3
Força Sindical / NSCT	1	0,3
SDS / Nova Central	1	0,3
CGT / Força Sindical / UGT	1	0,3
CGTB / CGT / UGT	1	0,3
CUT / Força Sindical	1	0,3
CUT / CGT	1	0,3
Não respondeu	15	4,3

Fonte: Base de Dados da Pesquisa “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo - Quem é a UGT?” - 1ª. Plenária Nacional da UGT, 2009.

(*) número de respostas válidas: 347

Podemos perceber que a maioria das entidades que já foram filiadas a outra central veio da Força Sindical (ao menos 13% do total de participantes da plenária), seguido da CGT com 11, 8% e a SDS, com 11,2 %. Destaca-se também um número expressivo de delegados que representam entidades que não eram filiadas a nenhuma outra central: quase 40% do total de respostas.

A pesquisa realizada no 2º congresso da UGT pelo Dieese, em 2011, confirma essa tendência: 55,4% dos delegados presentes eram vinculados a entidades que já foram filiadas a outras centrais anteriormente. Entre elas, 26,7% oriundas da Força Sindical; 21,5% da SDS, 18,3% da CUT; 17,7 da CGT e 10,6% da CAT.

Esse processo de fusão e de aproximação de diferentes setores sindicais para a criação da UGT deve ser entendido no contexto de reorganização do movimento sindical que ocorre no governo Lula, conforme desenvolveremos a seguir.

1.3) Reorganização sindical e lei de reconhecimento das centrais

Para Galvão (2009), as últimas duas décadas foram marcadas pelas mudanças nas formas de atuação, na composição, no posicionamento e na capacidade de mobilização do movimento sindical. Essas mudanças foram fruto do contexto de implementação das reformas neoliberais e da reestruturação produtiva, agravado pelo impacto do governo Lula e sua proximidade com um setor significativo do movimento sindical. Soma-se a isso o impacto mesmo da ideologia neoliberal entre os trabalhadores e suas entidades de representação, assim como a mudança de estratégia da cúpula desse movimento. Entre as principais transformações, está a acomodação da CUT e a aproximação entre CUT e FS e, ainda, a reorganização da cúpula, com a criação de novas centrais, divisão e fusão de outras.

A primeira cisão ocorre no interior da CUT, quando setores descontentes com a política do governo e a postura de colaboração desta Central decidem pela criação da

Conlutas, em 2004, e da Intersindical, em 2006. Já as demais mudanças seriam impulsionadas pela discussão em torno da Reforma Sindical ocorridas durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva à frente da presidência da República, que culminou na aprovação da lei de reconhecimento das centrais.

Esse debate teve início com a criação do Fórum Nacional do Trabalho, em 2003, e foi uma das principais estratégias desse governo para a reformulação das relações de trabalho. O FNT consistia num organismo tripartite, ligado à Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, e tinha o objetivo de formular uma proposta de reforma sindical e trabalhista a ser aprovada no Congresso Nacional.

Elaborado a partir de experiências anteriores, como as Câmaras Setoriais, e inspirado nas diretrizes da OIT, o FNT constitui um projeto articulado do Partido dos Trabalhadores e do Governo de Lula. Esse projeto se insere num contexto de difusão de experiências de diálogo social pelo mundo e de forte expectativa em relação à ampliação da participação social no Brasil. Esse aspecto é importante porque evidencia uma mudança de qualidade na discussão do tripartismo no governo petista.

Isso acontece, em primeiro lugar, porque, pela trajetória do Partido dos Trabalhadores e a sua relação íntima com os movimentos sociais, havia uma expectativa geral de que esse governo possibilitaria uma maior participação e intervenção da chamada “sociedade civil” na formulação e implementação de políticas públicas, possibilitando maior peso popular na tomada de decisões governamentais. Em segundo lugar, apesar de essa expectativa não ter se concretizado por completo, o Governo de Lula realmente ampliou e difundiu a participação através de vários fóruns e conselhos, em proporções e campos nunca antes permeados pela participação no Brasil¹⁶.

Um dos exemplos mais importantes é a criação do CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, também em 2003, para discutir temas como a

¹⁶ Dentre eles destacam-se o CDES, o FNT e a Mesa de Negociação Nacional Permanente do funcionalismo público. Esse processo se assemelha ao que ocorreu no governo de Tony Blair. Como aponta Terry (2003), apesar das iniciativas de “parceria social” serem uma prática anterior às eleições de 1997, elas ganham impulso político importante com esse governo trabalhista através, por exemplo, da criação do Fundo do Trabalho e do Instituto de Parceria.

Reforma da Previdência, Reforma política, Reforma Tributária e outros aspectos relacionados às estratégias de desenvolvimento. Em virtude de sua grande proporção, o CDES foi criticado pela oposição ao governo por ser supostamente um organismo paralelo ao Congresso. No entanto, o CDES, assim como o FNT, era um órgão consultivo que tinha apenas o objetivo de assessorar o governo na definição das políticas e na tentativa de construir consensos através do diálogo entre empresários, trabalhadores e outras entidades de diferentes matizes.

O terceiro elemento que marcou a mudança de qualidade do diálogo social no governo Lula tem a ver com a função, composição e lógica que informam esses espaços, aspectos que revelam bastante similaridade com as experiências de parceria e diálogo social que tem se reproduzido em outros países.

Ao refletir sobre a experiência francesa e da União Europeia, Anne Dufresne e Nicole Maggi Germain (2001) analisam como a cultura do diálogo social ganha estatura global no contexto de implementação de políticas neoliberais e desregulamentação dos direitos do trabalho.

Segundo as autoras, o procedimento de consulta aos “parceiros” sociais pode apresentar como elementos positivos a associação dos interlocutores sociais à tomada das decisões, a possibilidade de compartilhar o poder de legislar com os parceiros sociais e com isso, atribuir simbolicamente o papel político de autoridades públicas a esses interlocutores. Entretanto, essas práticas correm o risco de assumir um caráter apenas simbólico ou restrito a alguns aspectos das políticas sociais caso permaneçam inscritos numa cultura global que atribui a esses parceiros o objetivo primeiro do consenso; consenso esse que, por sua vez, é submetido à lógica de competitividade das empresas.

As experiências europeias analisadas pelas autoras indicam a predominância do diálogo social como método de adaptação não conflitivo dos atores. Estes, no intuito de preservar seu reconhecimento enquanto atores legítimos, passaram a encarar como central a promoção do consenso, de modo que esse objetivo acabou prevalecendo sobre o conteúdo dos acordos.

Assim como na Europa, o diálogo social no Brasil também parece ter sido guiado prioritariamente pela busca do consenso. E essa tendência foi percebida pela cúpula do movimento sindical como uma forma de obter legitimidade e de ingressar no processo político, permitindo-lhe fazer frente às dificuldades sofridas com a “crise do sindicalismo” que havia caracterizado as últimas décadas do século XX¹⁷.

Nesse sentido é que Anne Dufresne e Nicole Maggi Germain (2001) diferenciam o dialogo social dos mecanismos tripartites de negociação. Estes se baseiam no reconhecimento de diferentes interesses e no princípio de representatividade dos atores que os compõem, pressupondo a regulamentação como finalidade. Já a lógica do diálogo social, suaviza ou coloca em último plano o conflito e a diferença de interesses, ao mesmo tempo em que reconhece como participantes uma rede de atores que extrapolam as instituições e poderes públicos e estão desvinculadas de qualquer noção de representatividade¹⁸.

Cardoso (2007, p. 103), ao discutir a representação de interesses e a ação política do capital e do trabalho no Brasil, destaca a importância do diálogo social, trazido para o centro da arena política no Governo Lula no sentido crítico apontado pela bibliografia. O autor destaca que, a exemplo do CDES, o fato de a elaboração final das políticas depender do Congresso fez com que, “apesar da grande atividade e presença midiática dos conselhos, a iniciativa de formulação substantiva de reformas permaneceu nas mãos do executivo, e a consulta social teve papel eminentemente simbólico”.

O processo de discussão sobre a reforma sindical e trabalhista no governo Lula se inscreve nessa estratégia do governo de formulação de consenso. Contudo, na impossibilidade de se chegar ao consenso entre empregadores e trabalhadores, e mesmo

¹⁷Sobre o debate em torno da crise do sindicalismo, presente em diversos países, no Brasil essa posição foi defendida principalmente pelos seguintes estudiosos: RODRIGUES, 1999; LARANGEIRAS, 1998; CARDOSO, 2003. Não pretendemos aqui discutir a pertinência do termo e suas implicações, mas apenas apontar uma determinada leitura que guiou em grande parte as análises do próprio movimento sindical sobre os desafios postos em sua ação.

¹⁸Esse tema será retomado de modo mais aprofundado no último capítulo, ao analisarmos a participação da UGT nesses espaços. Por ora podemos dizer que a composição do CDES é bastante ilustrativa dessa representação difusa. Os membros desse conselho são nomeados pelo Presidente da República e compostos por membros da sociedade civil, desde os representantes de classe – centrais sindicais e confederações de empresários, como também empresários de grandes empresas, membros de ONGS, advogados, jornalistas, artistas, etc.

pelas amplas divergências no interior dos próprios representantes dos trabalhadores, o governo optou por implementar algumas medidas paulatinamente, ao invés de fazê-lo em um único pacote de reforma, a exemplo da Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais.¹⁹

Aprovada essa Lei, passaram a ser atribuições e prerrogativas das Centrais Sindicais: “I–exercer a representação dos trabalhadores, por meio das organizações sindicais a ela filiadas; e II – participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores”²⁰. A condição para esse reconhecimento, no entanto, depende do cumprimento dos critérios de representatividade mencionados anteriormente.

Atingidos os critérios, a lei garante às centrais não apenas direito da representação formal e participação nos fóruns tripartites, como também 10% do imposto sindical recolhido da base dos sindicatos. Como o recebimento da contribuição sindical depende de código fornecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, resulta que, necessariamente, a central sindical deverá submeter ao Ministério do Trabalho seu pedido de registro ou reconhecimento.

Impulsionadas pela perspectiva de aprovação dessa lei, em 2007 a CSC (Corrente Sindical Classista) saiu da CUT e criou a CTB, no mesmo período em que outras correntes se unificavam para criar a UGT. Apenas a CGTB permaneceria na sua antiga configuração (GALVÃO, 2009; 2010). Já a NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores), havia sido criada em 2005, por discordar das propostas de alteração da legislação sindical e da exclusão das confederações no processo de discussão da Reforma Sindical.

Essa reorganização da cúpula do movimento sindical teve impacto não apenas no que diz respeito à distribuição das centrais, como ao crescimento do número de sindicatos filiados a alguma central sindical.

¹⁹ Para um balanço das medidas trabalhistas implementadas no governo Lula, consultar KREIN,J.D; SANTOS, A.;NUNES,B.; 2012.

²⁰ Lei Nº 11.648, de 31 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm

Apesar dos problemas que as centrais apontam na atualização do Cadastro de Entidades Nacionais, o que gera questionamentos sobre o número real de sindicatos a elas filiados, o cadastro nos permite observar o crescimento do número de sindicatos filiados a centrais sindicais e a distribuição da representatividade entre elas - e, apesar da lacuna a respeito da quantidade de entidades não filiadas a nenhuma central, é possível perceber, a partir dos dados da tabela 2, que durante o período de 1988 a 2001 foi crescente a filiação às centrais. A CGT manteve-se mais ou menos estável durante o período, com algumas perdas a partir da criação da Força Sindical em 1991. Já em 2001, destacaram-se a consolidação da FS como segunda maior central sindical, atrás apenas da CUT. Além disso, foi significativo o número de sindicatos filiados a centrais, que chegou a 4.304 em 2001. No entanto, ainda foi grande a quantidade de sindicatos não filiados a nenhuma central sindical, que representava 7.050 no ano de 2001. Já a tabela 3 nos mostra que em 2012, do total de 9.936 sindicatos, 7.353 foram filiados a alguma central, enquanto 2583 não possuíam filiação à central sindical. Ao que parece, esse crescimento tem se dado não só pela filiação de antigos sindicatos, mas também por meio da criação de novas entidades sindicais.

Tabela 2 - Sindicatos de trabalhadores, por filiação à Central Sindical (1988 - 2001)

Anos	CAT	CGT	CUT	FS	SDS	Outra central sindical	TOTAL de filiados a central	Não-filiados a central sindical
1988	-	327	730	-	-	60	1117	-
1989	-	307	965	-	-	58	1330	-
1990	-	330	1.260	-	-	45	1635	-
1991	-	250	1.526	212	-	24	2012	-
1992	-	265	1.668	294	-	35	2262	-
2001	86	238	2.834	839	289	18	4304	7.050

Fonte: DIEESE - IBGE – Indicadores Sindicais

Tabela 3A – Distribuição de Sindicatos de trabalhadores, por filiação/ não filiação à Central Sindical (2012)

	n°	%
Filiados	7353	74
Não Filiados	2583	26
Total	9936	100

Fonte: Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT)

Filiação à Central Sindical: Sindicatos de Trabalhadores com Cadastro Ativo no CNES - Atualizações Validadas até 02/09/2012; elaboração própria.

Tabela 3B – Distribuição de Sindicatos de trabalhadores, por filiação à Central Sindical (2012)

CENTRAL	n°	%
Conlutas	85	1,15
CGTB	256	3,49
CTB	601	8,19
CUT	2205	30,03
FS	1724	23,48
NCST	998	13,59
UGT	1042	14,2
Outras	431	5,87
TOTAL	7342	100

Fonte: Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), elaboração própria. dados do Cadastro Nacional de entidades Sindicais do MTE, atualizados até 08/08/2012.²¹

Os dados parecem indicar, portanto, que essa nova legislação não apenas impulsionou a criação de novas centrais como acirrou a disputa entre as centrais sindicais pela filiação de sindicatos. A seguir, estão os dados de evolução do índice de representatividade das centrais sindicais, a partir da implementação do reconhecimento oficial:

²¹Devido à diferença na data de atualização, o total de sindicatos cadastrados é diferente quando analisados os filiados frente aos não filiados (7.353, cf. tabela 3A) e quando se toma o total de sindicatos filiados distribuídos por central (7.342), cf. a tabela 3B. Nosso interesse nesta última tabela é o de dimensionar a proporção entre filiados e não filiados a partir de uma base que mostre também a distribuição entre as centrais.

Tabela 4 – Evolução do índice de representatividade por Central Sindical

Central	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CUT	35,84	36,79	38,23	38,32	36,7	35,6
FS	12,33	13,1	13,71	14,12	13,7	13,8
UGT	6,29	7,19	7,19	7,89	11,3	11,2
NCST	6,27	5,57	6,69	7,04	8,1	8,1
CTB	5,09	6,12	7,55	7,77	9,2	9,2
CGTB	5,02	5,02	5,04	7,02	-	-

Fonte: dados extraídos das publicações do MTE no Diário Oficial – elaboração própria

Obs: Não há dados da CGTB para o ano de 2012 e 2013 porque a central a central não conseguiu atingir a representatividade mínima de 7%.

Além da garantia de participação institucional, o repasse do imposto sindical para as Centrais Sindicais também serviu como importante elemento dessa reconfiguração. O recolhimento compulsório da contribuição sindical gerou um repasse de R\$ 370 milhões às seis maiores centrais do país nos últimos quatro anos, de acordo com o Ministério do Trabalho. Somente em 2011 foram repassados em torno de 100 milhões de reais. Além disso, não há exigência de prestação de contas pelas centrais pelo uso desses recursos: a lei citada acrescenta apenas um parágrafo no artigo 593 da CLT, que diz que os recursos atribuídos as centrais “deverão ser utilizados no custeio das atividades de representação geral dos trabalhadores decorrentes de suas atribuições legais”.²² Com a nova legislação, o imposto sindical passou a ser dividido da seguinte forma: 60% para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para as confederações, 10% para as centrais e 10% para fundo do governo.

²² “Entidades defendem a manutenção da verba” 19 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.gestaosindical.com.br/entidades-defendem-manutencao-verba.aspx>

TABELA 5 – Sindicatos filiados, trabalhadores na Base e imposto sindical por central sindical

Central	Sindicatos Filiados	Trabalhadores na base *	Imposto Sindical**
CUT	1985	22	26,8
FS	1506	16	22,7
UGT	886	6	13,6
NCSC	836	5	9,5
CTB	486	6	4,7
CGTB	369	3	3,6

Fonte: Imagem publicada na revista “Isto é”, dados de 2011²³

(*) em milhões de pessoas

(**) em milhões de reais

Apesar de não haver dados disponíveis sobre o tipo de sindicato que tem se filiado às centrais sindicais (se sindicatos recém-criados, se sindicatos antigos com ou sem tradição de filiação à central, ou se sindicato resultante de desmembramento etc) para que possamos empreender uma caracterização mais precisa desse processo, nossa hipótese é de que as centrais têm buscado aumentar sua representatividade a partir da filiação de novos sindicatos, principalmente das categorias mais recentes, como o setor de serviços – que tem crescido nos últimos anos – mas também pela filiação de antigos sindicatos – vide o aumento do total de sindicatos filiados a alguma central atualmente. Pela quantidade ainda razoável de sindicatos não filiados a nenhuma central sindical, é possível manter essa política de ampliação sem necessariamente uma central intervir na base de outra, mas esse método pode se esgotar nos próximos anos.

As exigências para a obtenção da representatividade demandou das centrais um esforço para ampliar o número de trabalhadores sindicalizados em seus sindicatos²⁴. Isso

²³Nº Edição: 2153, de 11 de fevereiro de 2011, disponível em:

http://www.istoe.com.br/reportagens/123979_CHANTAGEM+SINDICAL

²⁴ Esse aspecto parece bastante importante para entender a atuação das centrais após o reconhecimento. Nos próximos capítulos tentaremos analisar a política de crescimento e de filiação dessas centrais, já que essa política agressiva de filiação de trabalhadores deve estar vinculada a algum tipo de vantagem oferecida por elas.

porque de acordo com o artigo 6º da lei de reconhecimento, o índice de representatividade é calculado a partir da seguinte fórmula: $IR = TFS / TSN * 100$, onde:

IR = índice de representatividade;

TFS = total de trabalhadores filiados aos sindicatos integrantes da estrutura organizativa da central sindical, comprovado nos termos do art. 5º;

TSN = total de trabalhadores sindicalizados em âmbito nacional, comprovado nos termos do art. 5º (RAIS e CNES).

De acordo com os dados apresentados na tabela 4, CUT e Força Sindical cresceram de 2008 a 2011, mas sofreram uma diminuição de representatividade na apuração de 2012, rompendo a trajetória de crescimento que vinham tendo desde a aferição de 2008. No entanto, essa diminuição se dá em números relativamente pequenos, que não levaram à perda da hegemonia dessas centrais. Observando os dados de 2001, da tabela 1, a CUT apresentava no período 2.834 sindicatos filiados, enquanto que em 2012, esse número foi reduzido a 2.205 entidades, conforme tabela 3. Já o ano de 2013, parece mostrar uma certa estabilidade na representação das centrais.

A divulgação dos dados pelo MTE que constam na tabela 4 indica o índice, mas não os dados que foram usados no cálculo. Não é possível saber como a quantidade de trabalhadores sindicalizados é verificada, se há por parte das centrais alguns mecanismos de manipulação dessas informações e números. Essa falta de transparência foi evidenciada numa carta publicada e assinada pelo presidente da CGTB acerca da aferição do índice de representatividade das Centrais de 2012. Nessa carta, Ubiraci Dantas,²⁵ ao constatar a perda da representatividade de sua central, apontou alguns dos problemas observados nesse cálculo. Segundo ele, no cálculo da UGT houve três grandes discrepâncias:

- a) *Sindicato dos Comerciários de Recife*: passou de 1.108 sócios em 2010 para 100.800 em 2011, um acréscimo de 99.502 associados em apenas um ano.
- b) *Sindicato dos Comerciários de São Paulo*: passou de 15.348 sócios para 47.260, acréscimo de 31.912 associados.

²⁵ Carta publicada no site da central: www.cgtb.org.br, em 25 de maio de 2012.

- c) *Sindicato* dos Trabalhadores em Asseio e Conservação de São Paulo: de 5.143 sócios para 16.471, acréscimo de 11.328 associados.

Desse modo, em 2011, os sindicatos filiados à UGT tinham 490.153 associados, passando para 816.396 em 2012. Seu índice de representatividade subiu de 7,89% para 11,25%.

Em relação à CTB, ele destaca dois sindicatos:

- a) Sindicato dos Professores da Bahia: de 31.420 sócios subiu para 96.005, um acréscimo de 64.585 associados.
- b) Sindicato dos Professores do Maranhão: de 389 sócios passou para 22.508, em apenas um ano, um acréscimo de 22.119 associados.

Do total de 483.010 associados, a CTB passou para 663.470. Sua representatividade passou de 7,77% para 9,15%.

Apesar dessas imprecisões, isso não parece invalidar o processo de crescimento dessas centrais, inclusive com o aumento de filiados na base. Mas, para além dos dados quantitativos que demonstram esse crescimento, é possível afirmar que o reconhecimento das centrais sindicais representou também um impacto importante no papel político que estas passaram a cumprir.

A reivindicação de reconhecimento das Centrais tinha também o objetivo de garantir a representação sindical em espaços institucionais. Antes da aprovação dessa Lei as Centrais Sindicais já possuíam legitimidade perante o Estado e a sociedade de forma geral, o que era evidente no reconhecimento público de sua existência e importância, e também nos organismos tripartites de âmbito nacional já abertos à participação das centrais. No entanto, com essa lei, as Centrais passaram a compor a hierarquia da estrutura sindical e adquiriram o direito de representar os interesses dos trabalhadores. Já na discussão da reforma sindical, elas passam a protagonizar as negociações no espaço que poderia ser garantido às confederações – o que acabou gerando polêmicas entre os diferentes setores do sindicalismo. Portanto, essa legalização representou não só a defesa e a reivindicação do

reconhecimento oficial, como abriu espaço para o aumento do poder político das centrais reconhecidas frente a Governo e aos empresários.

Esse provável fortalecimento da cúpula já havia sido apontado como uma das críticas à proposta de Reforma Sindical. O próprio representante da CUT na Comissão de Sistematização do Fórum Nacional do Trabalho, Pascoal Carneiro²⁶, reconheceu o problema da centralização do poder de negociação nas centrais sindicais:

Caso a mudança vingue, as centrais poderão negociar o valor do salário mínimo, a redução da jornada, aspectos da política macroeconômica do governo, etc. Junto com este reconhecimento, porém, o FNT deu poderes excessivos às centrais – com o de negociar acordos e mesmo o de criar entidades derivadas – o que coloca em risco a autonomia dos sindicatos de base. O avanço ficou mesclado com o perigo (CARNEIRO, 2004, p.33-34).

Apesar de a proposta aprovada no FNT não ter possibilitado que as centrais atuassem indicando na negociação as cláusulas que não poderiam ser modificadas pelos níveis inferiores de representação, o reconhecimento legal foi considerado como uma conquista para as centrais mais representativas.

João Guilherme Vargas Netto, consultor sindical, destaca o maior peso obtido pelas centrais no cenário nacional: “O reconhecimento das centrais permitirá a horizontalização das lutas sindicais, uma maior presença dos trabalhadores no cenário político nacional, uma maior capacidade de intervir nos rumos do país” (VARGAS NETTO, 2004, p.41). Para Patah, presidente da UGT, o reconhecimento das centrais “vai permitir que qualifiquemos melhor as nossas lideranças e permitirá uma maior dinamização de todo o movimento sindical”²⁷. Para ele, o reconhecimento das Centrais Sindicais é

o reconhecimento da luta do trabalhador brasileiro para ter uma representação plural com legitimidade para representar o trabalhador em qualquer instância. O

²⁶ Pascoal Carneiro é metalúrgico da Bahia e foi liderança importante da Corrente Sindical Classista, tendência da CUT ligada ao PC do B. Já na criação da CTB assumiu a secretaria geral da central e atualmente ocupa o cargo de secretário de previdência, aposentados e pensionistas.

²⁷ Notícia do jornal Hora do Povo, 08 a 12 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.horadopovo.com.br/2008/agosto/2691-08-08-08/P5/pag5a.htm>

que aconteceu, na verdade, foi a vitória de uma luta que é enfrentada pela classe trabalhadora há mais de 50 anos. E não poderia ser diferente num governo cujo presidente construiu sua base no movimento sindical²⁸.

Essa defesa do reconhecimento e da integração à estrutura sindical oficial favorece uma concepção sindical que tem se consolidado no discurso de algumas centrais: a do “sindicato cidadão”. Esta se caracteriza pela valorização da participação em espaços tripartites, de negociação na perspectiva de conciliação de interesses e da construção de consensos, e assume, a partir da ideia da cidadania, um discurso que pretende ser mais amplo do que a base de trabalhadores que representa. Nesse sentido, esta ideia de cidadania pressupõe a aceitação de uma série de desigualdades no interior da classe trabalhadora e coloca os sindicatos e centrais como formuladores de políticas públicas e prestadores de serviços a partir do acesso a diversos fundos públicos²⁹.

Essa visão parece se conformar no sentido contrário da construção da cidadania na sua visão clássica. Isto porque, ao invés de buscar a garantia de direitos universais, adota uma política que reforça os interesses de frações de classe, baseada na ideia de que para os setores “considerados” de segunda classe, promover seus interesses pode consistir em lutar por direitos que melhorem a situação desse fragmento mesmo que em desigualdade de condições em relação a outros setores da classe trabalhadora. Esse é o caso quando, por exemplo, a central defende uma proposta de regulamentação da terceirização que permite sua ampliação, mesmo que sob patamares incertos de garantia de direitos trabalhistas. Assim, desvia-se de uma atuação unificada por direitos universais e admite-se como inevitável a desigualdade de status e condições de trabalho entre os trabalhadores. Na contramão disso, atua-se em alguns aspectos exigindo-se índices de produtividade em

²⁸ Entrevistas com Presidentes das Centrais Sindicais. Boletim do SINTESP. Disponível em: http://www.sintesp.org.br/index.php?sub_corpo=noticias&id_coluna=1&id_materia=513

²⁹ Retomaremos essa discussão no terceiro capítulo. No entanto, apesar de entendermos que a expressão “sindicato/ sindicalismo cidadão” explica pouco a concepção de cidadania colocada em prática, entendemos que ela representa um discurso comum, que está relacionado também a uma prática comum das centrais que envolve o privilégio à negociação, o estímulo e reivindicação de participação em espaços institucionais tripartites de formulação e fiscalização de políticas públicas e a disputa de recursos públicos destinados à implementação de políticas, principalmente de qualificação profissional. De qualquer maneira, ao que parece, apenas a CUT e a UGT usam esse termo – apesar da discussão da cidadania estar presente em praticamente todas as centrais para explicar esse tipo de atuação.

detrimento das condições de vida do trabalhador. Essa posição é explicitada quando, ao invés de defender uma previdência pública de qualidade, a UGT propõe o sistema de gestão por fundos baseado na produtividade máxima:

fazer com que o sistema previdenciário efetive a volta ao mercado de trabalho dos afastados por acidentes ou invalidez, através de cursos de capacitação. (...) Com ações direcionadas de retorno ao mercado de trabalho, apoiadas pelo Instituto, melhora a autoestima do trabalhador. Ao efetivá-lo no mercado, o sistema transforma-o em contribuinte (UGT, 2011).

Apesar das diferenças entre as Centrais, a partir do seu reconhecimento, elas passam a se organizar em diferentes espaços institucionais e políticos para promover ações e pautas conjuntas. Esse movimento de unificação em uma frente de ação – já que não se fundem numa única organização – ganha forma em várias atividades, como as marchas da Classe Trabalhadora à Brasília e campanhas contra o fator previdenciário, pela redução da jornada pra 40 horas etc, como veremos ao analisar a atuação da UGT, no último capítulo.

Nesse sentido, entendemos que na investigação sobre os motivos que levaram as centrais sindicais a se reorganizarem – em particular na investigação sobre a criação da UGT – devemos levar em conta o interesse no recebimento do imposto sindical³⁰, mas também na legitimidade que esse reconhecimento garante, possibilitando inclusive o acesso a outros recursos, a exemplo da verba do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos fundos de pensão³¹. A própria proposta de reforma sindical, caso tivesse sido aprovada, teria deixado às centrais o gerenciamento dos recursos do CNRT – (Conselho Nacional de Relações de Trabalho).

Com o reconhecimento, aumenta a disputa entre as centrais para ampliar suas bases e a necessidade, para isso, de delimitarem suas diferenças no intuito de angariar

³⁰ Segundo o jornal Valor econômico, em 2011, R\$ 2,2 bilhões foram recolhidos em forma de contribuição sindical, segundo o MTE, 54% a mais que em 2008. (20 de Junho de 2012 23:23 – “Cut perde espaço no repasse de imposto sindical”) Esses dados apresentam inconsistência se comparados com os números da tabela 5, assim como dados encontrados em outras fontes, apesar de todos afirmarem que a informação é oriunda do Ministério do Trabalho. Para o ano de 2011, por exemplo, o valor total recebido pelas centrais varia entre 80 e 220 milhões.

³¹“UGT e CSA firmam acordo bilateral e têm nos fundos de pensão ponto principal de avanço”. Notícia publicada em: <http://www.mundosindical.com.br/sindicalismo/noticias/noticia.asp?id=9659>

novos filiados. No caso da UGT, houve um processo bastante organizado e sistemático de corrida para o crescimento, o que lhe garantiu o maior crescimento percentual no último período, em relação às outras centrais.

O que pretendemos mostrar nos capítulos seguintes é justamente o que existe de novo e velho no sindicalismo que se unifica e se fortalece através da UGT a partir desse processo de reorganização: quem é e que tipo de sindicalismo propõe a UGT.

CAPÍTULO 2 – A base social da UGT

Apresentaremos nesse capítulo as principais características da base da UGT – o perfil socioeconômico dos dirigentes de entidades filiadas, e destacaremos suas principais categorias e sindicatos. A partir disso, esboçaremos uma discussão sobre essa base em relação ao seu pertencimento de classe e frente à bibliografia recente sobre o tema no Brasil.

A UGT possui 1517 entidades filiadas, sendo 1340 sindicatos validados no MTE, 120 sindicatos em processo de validação, 55 federações e 02 confederações nacionais. Representa cerca de 4,5 milhões de trabalhadores na base dos sindicatos, dos quais 20%, ou seja, cerca de 900 mil, são sindicalizados³². Consolidada como a terceira maior central sindical do Brasil, segundo despacho do MTE de 24 de maio de 2012, a UGT possuía no período o índice de representatividade de 11,3% - 3,41% maior do que em 2011. O principal sindicato filiado à UGT é o dos Comerciários do Estado de São Paulo³³, de onde se origina seu presidente, Ricardo Patah, que foi anteriormente fundador da Força Sindical.

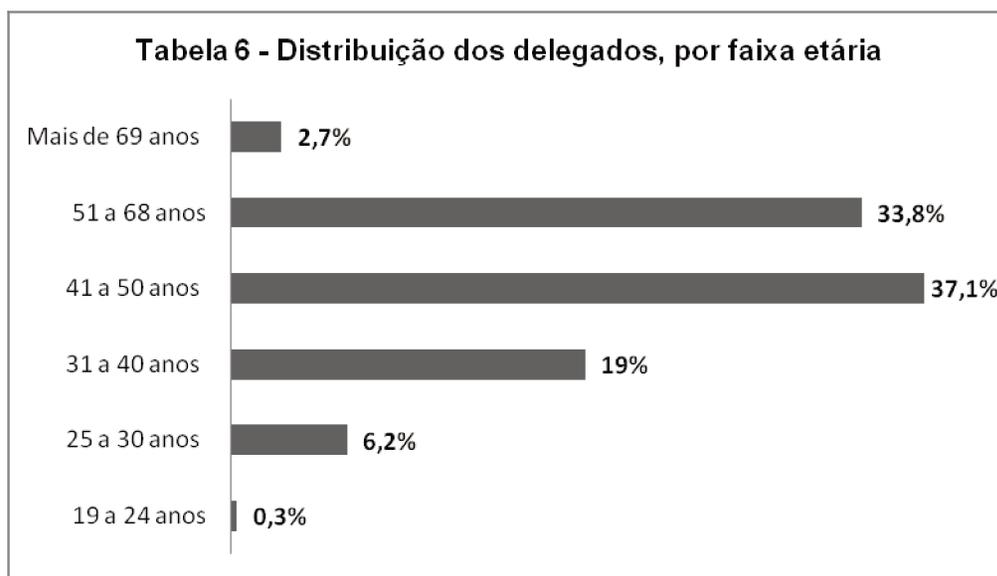
De acordo com informações da própria central, a UGT está presente em todos os estados da federação e nas seguintes categorias: comércio, comunicação e publicidade, tecnologia da informação, televisão por assinatura, energia, telecomunicações, transporte, construção pesada, construção civil e mobiliário, madeira e móveis, saúde, têxtil e vestuário. Seus sindicatos filiados concentram-se majoritariamente no setor de comércio e serviços, como veremos a seguir.

³² Esses dados foram informados pela própria central, mas conferem com os dados publicados no Sistema Integrado de relações de Trabalho do MTE, da aferição de representatividade de 2013, consultado pela última vez em 03 de fevereiro de 2013, disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/relacoes-de-trabalho/consulta-afericao-de-central-sindical/> (<http://www2.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoFiliadosCentralSindical.asp>)

³³ O Sindicato dos Comerciários de São Paulo, também presidido por Ricardo Patah, representa 470 mil trabalhadores do estado de SP e possui em torno de 50 mil associados, o que corresponde a 12% da categoria.

2.1) Perfil sócio-econômico

De acordo com a pesquisa realizada³⁴ em agosto de 2009, em plenária nacional da UGT, pudemos observar entre os delegados a presença majoritária de homens (78,7%) na base da central, e de delegados na faixa etária de 41 a 68 anos (70,9%), conforme tabela 6:



Fonte: Base de Dados da Pesquisa “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo - Quem é a UGT?” - 1ª. Plenária Nacional da UGT, 2009.
(*) número de respostas válidas: 347

A mediana dos delegados da UGT é de 48 anos, bastante alta se compararmos com outras centrais. Conforme pesquisa realizada por Carvalho (2009), a mediana da idade dos delegados presente no X CONCUT é de 43,8 anos. Já as pesquisas realizadas no âmbito do projeto do CNPq sobre as bases das centrais sindicais indicam a mediana de 36,9 anos para os delegados da Conlutas.

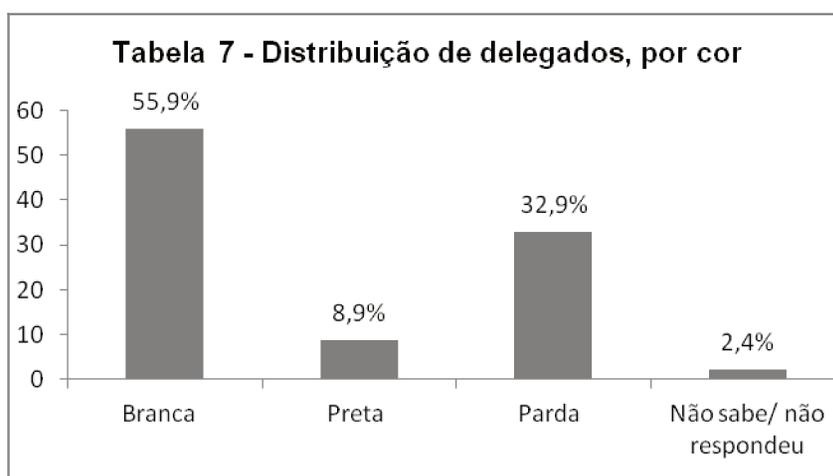
A idade também é relativamente elevada se compararmos com os setores que se destacam na UGT: dados de 2005 sobre os comerciários de São Paulo indicam a

³⁴ Esse banco de dados é resultado de *survey* aplicado em congressos sindicais, como parte do projeto já citado “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo”, conforme indicado na introdução.

predominância de jovens no setor: 37% tem de 17 a 24 anos e cerca de 19% entre 25 e 29 anos. A idade também é elevada se comparamos os dados da pesquisa com a PEA (população economicamente ativa), que se concentra na faixa etária de 30 a 49 anos, segundo dados de 2009³⁵.

A idade média apresentada por Rodrigues no III Congresso da CUT (1988) é de 33,1 anos, e a mediana no congresso de criação da Força Sindical, em 1991, é de 38 anos, o que reforça a probabilidade de que um número significativo dos delegados da UGT sejam lideranças sindicais antigas, formadas anteriormente.

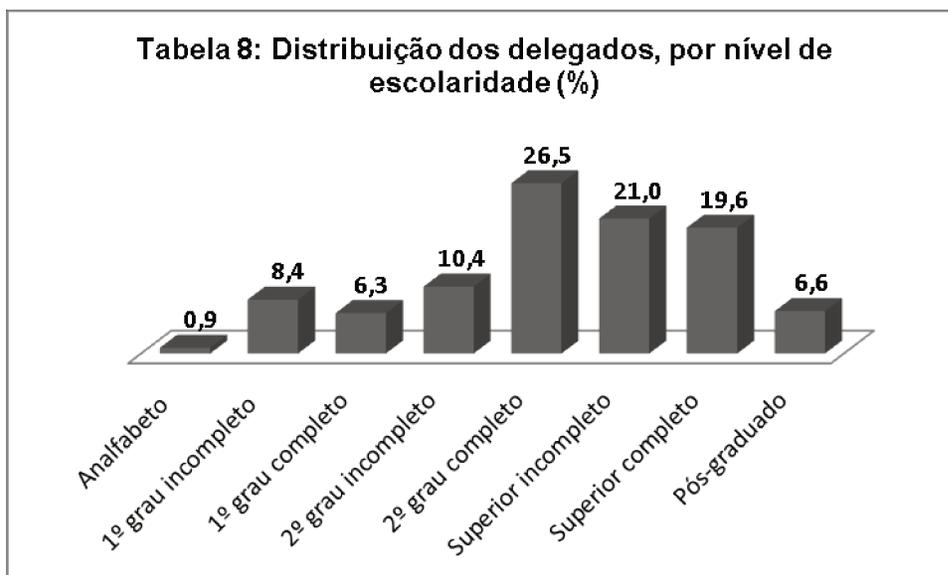
Predominam na UGT os delegados de cor branca (aproximadamente 56%) e de alta escolaridade: 47,6 % dos delegados têm segundo grau completo ou superior incompleto, conforme podemos observar nas tabelas 7 e 8, respectivamente. Ao mesmo tempo há 14,7 % de delegados com baixa escolaridade.



Fonte: Base de Dados da Pesquisa “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo - Quem é a UGT?” - 1ª. Plenária Nacional da UGT, 2009.

(*) número de respostas válidas: 347

³⁵ Dados extraídos do Anuário do Sistema público de emprego, trabalho e renda – 2010-2011: Mercado de trabalho. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A333FE61F013341780DBB382F/mercado.pdf>



Fonte: Base de Dados da Pesquisa “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo - Quem é a UGT?” - 1ª. Plenária Nacional da UGT, 2009.
 (*) número de respostas válidas: 347

A respeito da inserção no mercado de trabalho, 88,5% encontravam-se inseridos no mercado de trabalho, ainda que estivessem afastados para o exercício sindical; 8,9% eram aposentados e 2,6% não responderam. Predominam entre os delegados os trabalhadores urbanos (62,5%), e os setores de serviços e comércio, seguidos de indústria e transporte.

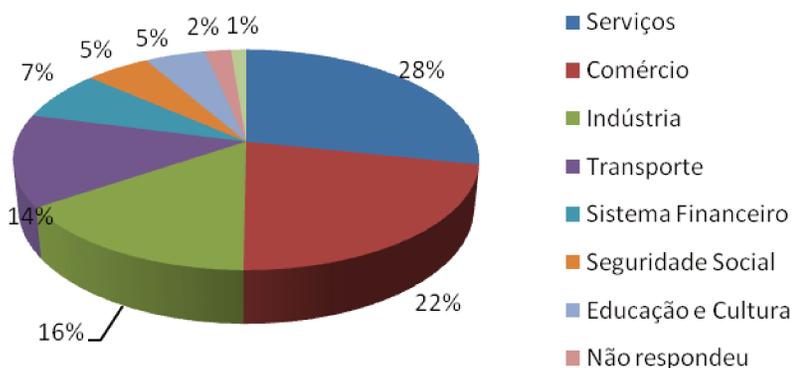
Tabela 9 - Distribuição de Delegados, por situação ocupacional (%)



Fonte: Base de Dados da Pesquisa “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo - Quem é a UGT?” - 1ª. Plenária Nacional da UGT, 2009.

(*) número de respostas válidas: 347

Tabela 10 - Distribuição de delegados, por setor econômico



Fonte: Base de Dados da Pesquisa “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo - Quem é a UGT?” - 1ª. Plenária Nacional da UGT, 2009.

(*) número de respostas válidas: 325

Segundo Patah, a Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais e os sindicatos da indústria têxtil em Santa Catarina são os principais setores industriais ligados à central.

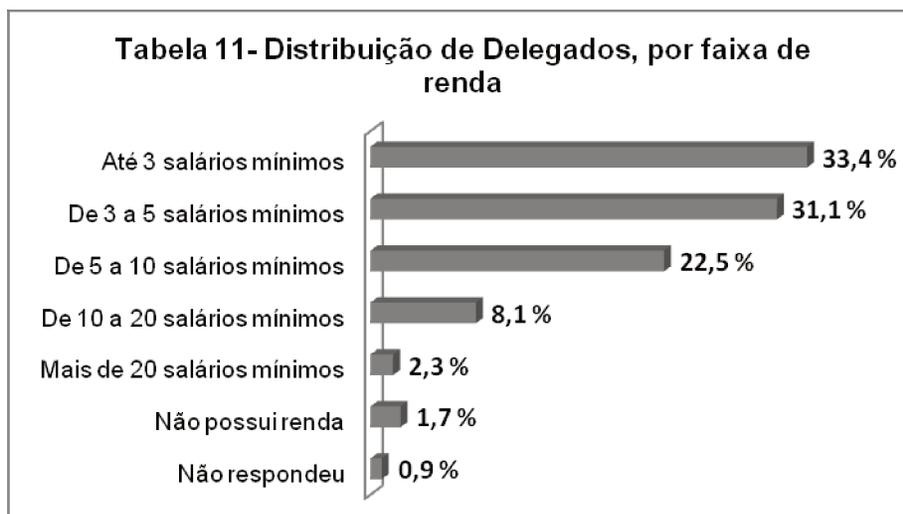
O restante, localiza-se principalmente no comércio (Sindicato dos Comerciários de SP, RJ, PR e BA), bancários, terceirizados, asseio e conservação, trabalhadores em joias etc. Segundo ele, a UGT está presente nas atividades que há pouco tempo eram consideradas de “segunda categoria” pelas demais centrais sindicais³⁶.

As demais entrevistas realizadas também corroboram essa distribuição por setor econômico, com ênfase nessas categorias não organizadas por outras centrais, como confirma Canindé Pegado:

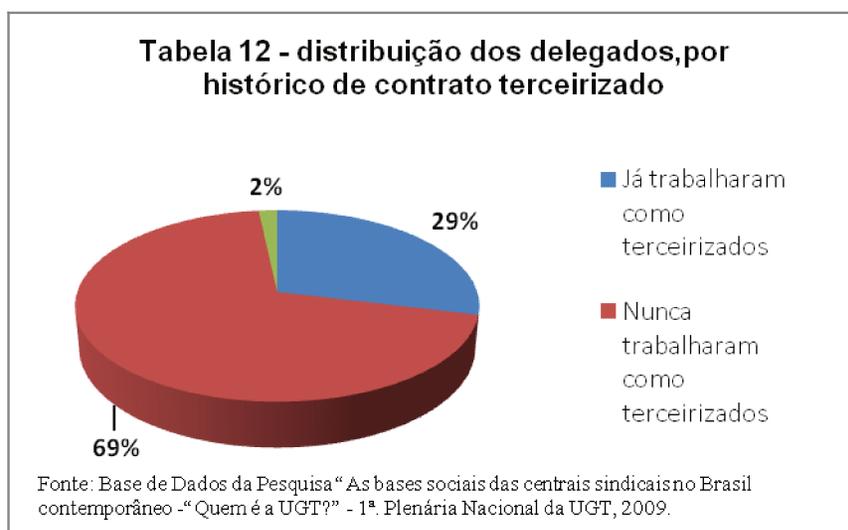
A UGT já passou a ser uma central sindical (...) com bastante representatividade porque os grandes sindicatos do Brasil, em termos de base sindical, como é o sindicato dos comerciários de São Paulo, sindicato dos comerciários do Rio de Janeiro, sindicato dos trabalhadores de empresas terceirizadas, sindicato de asseio e conservação, sindicato de panificação, sindicato de TV a cabo e vários outros sindicatos, são os maiores sindicatos de base do Brasil. E esses sindicatos estão na UGT, nasceram na UGT, está certo. Então em quatro, cinco sindicatos desses aí a UGT já atingia um milhão, mais de um milhão de trabalhadores na base... Isso não existe em nenhuma central sindical, está certo, quatro sindicatos terem essa quantidade de trabalhadores. Não existe, só na UGT você tem esses sindicatos, com essa performance (NASCIMENTO, 2013).

Entre os delegados entrevistados, 84% afirmavam ter carteira assinada, 81% possuíam contrato por tempo indeterminado e 47,2% estavam há mais de 13 anos no emprego, predominando, portanto, condições estáveis de trabalho. No entanto, quase 65% situavam-se na faixa de renda de 0 a 5 salários mínimos. Além disso, apesar de apenas 9% dos delegados serem trabalhadores terceirizados e destes, 62,5% estarem no setor de serviços, quase 30% afirmaram já ter trabalhado como terceirizados alguma vez.

³⁶ Entrevista concedida à Rádio Bandeirantes, dia 21 de maio de 2011, programa Jornal Bandeirantes Gente. Ano 34, edição nº30.



Fonte: Base de Dados da Pesquisa “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo - Quem é a UGT?” - 1ª. Plenária Nacional da UGT, 2009.



Fonte: Base de Dados da Pesquisa “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo - “Quem é a UGT?” - 1ª. Plenária Nacional da UGT, 2009.

A partir das tabelas 10 e 13, podemos verificar também a predominância de trabalhadores do comércio ou serviços e do setor de transporte, perfazendo 62,8% do total e nas profissões de nível médio e superior.

Tabela 13 – Distribuição de delegados, por profissão

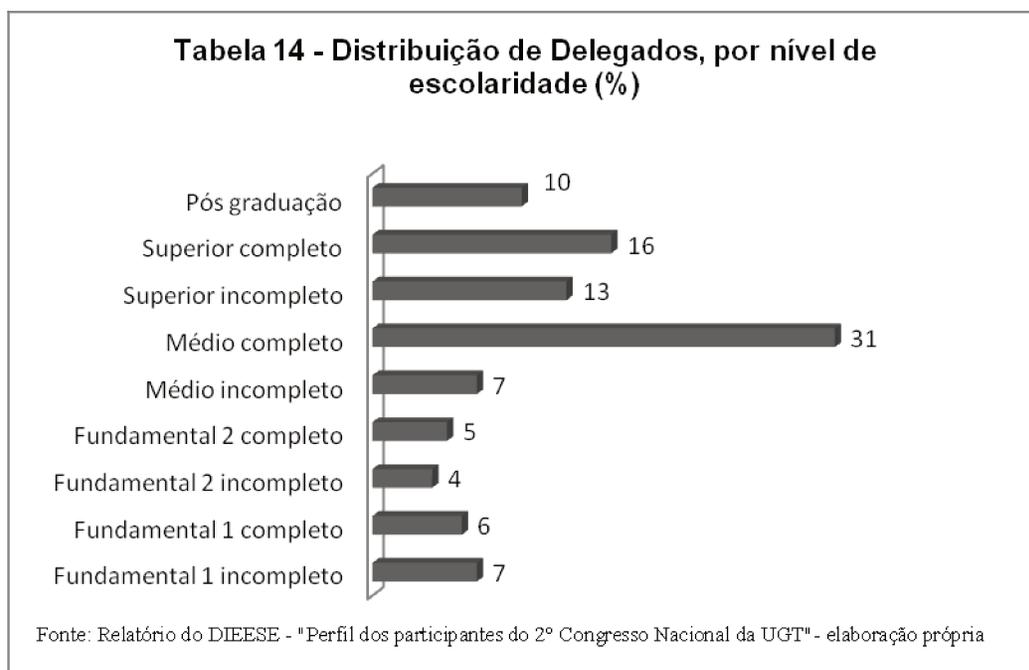
Profissão	N	%
Profissionais de nível médio	85	24,5
Trabalhadores do comércio ou serviços (escolaridade média)	67	19,3
Profissionais de nível superior	35	10,1
Trabalhadores do setor de transporte	31	8,9
Trabalhadores industriais qualificados e semiquilificados	26	7,5
Profissão não identificável (serviço público/ funcionário público)	21	6,1
Trabalhadores em segurança (PM, bombeiro, vigilante)	18	5,2
Professor/ Pesquisador/ Estudante	11	3,2
Trabalhadores manuais especializados/artesões	8	2,3
Trabalhadores da construção civil	2	0,6
Trabalhadores rurais	1	0,3
Outros	12	3,5
Não respondeu	30	8,6
Total	347	100

Fonte: Base de Dados da Pesquisa “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo - Quem é a UGT?” - 1ª. Plenária Nacional da UGT, 2009.

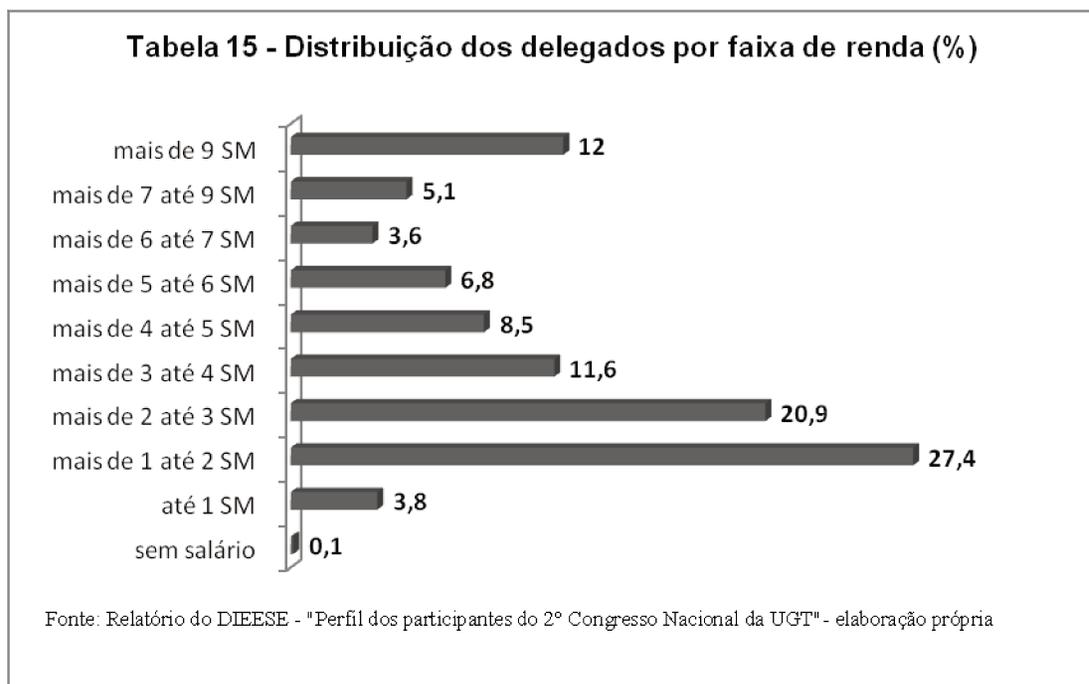
Esses dados encontrados em 2009, a partir da Plenária Nacional da UGT, serão comparados em seguida com os dados obtidos na pesquisa realizada pelo DIEESE, em 2011, que teve como base o questionário da pesquisa apresentada anteriormente, mas aplicada a um universo maior de participantes. De acordo com o cadastro de inscrições do 2º Congresso Nacional Ordinário da UGT, elaborado pela própria Central, o evento contou com a presença de 2853 congressistas, sendo 2726 delegados (as) – 96% do total – e 113 observadores(as). Desses, 932 – ou 33% dos inscritos – responderam à pesquisa que ora se apresenta, sendo que o número de delegados participantes foi de 847.

O relatório do DIEESE confirma o perfil majoritário de homens (77%), brancos (50%) e 80 % com idade maior que 40 anos (sendo 66% concentrado na faixa entre 40 e 60 anos). Já em relação à escolaridade, a maior parte dos delegados - 60% - afirmou não ter ultrapassado o ensino médio. Desses, 31% o concluíram e cerca de 17% não completaram o ensino fundamental 2 (antigo ginásio). Contrastando com o perfil percebido na pesquisa de 2009, a pesquisa do DIEESE evidencia que a maior média de escolaridade é observada num universo mais restrito de lideranças sindicais e, provavelmente, não deve ser uma

tendência encontrada no conjunto da base sindical da UGT. Essa diferença pode estar relacionada também à maior participação de jovens lideranças nesse congresso, se comparado à Plenária de 2009, relacionada, provavelmente, ao caráter distinto e mais amplo do Congresso se comparado com a Plenária, que centralizada os dirigentes com mais experiência frente às entidades.



Em relação à situação de emprego, a pesquisa do Dieese confirma a predominância de trabalhadores com carteira assinada (65,9%), mas evidencia um peso sensivelmente maior de autônomos, por conta própria ou profissional liberal (9,1%), valor próximo da quantidade de estatutários (10,3%) e de aposentados (10,8%). A pesquisa do Dieese ainda reforça a evidência da concentração da renda dos delegados, na faixa de 1 a 3 salários mínimos.



A distribuição de setores econômicos parece confirmar nas pesquisas aquilo que já era o discurso da central. Já o aumento do setor de serviços, mesmo em comparação com o comércio conforme aparece na pesquisa do DIEESE, provavelmente está relacionado aos serviços terceirizados de limpeza e vigilância – que conta com um número grande de sindicatos filiados à UGT.

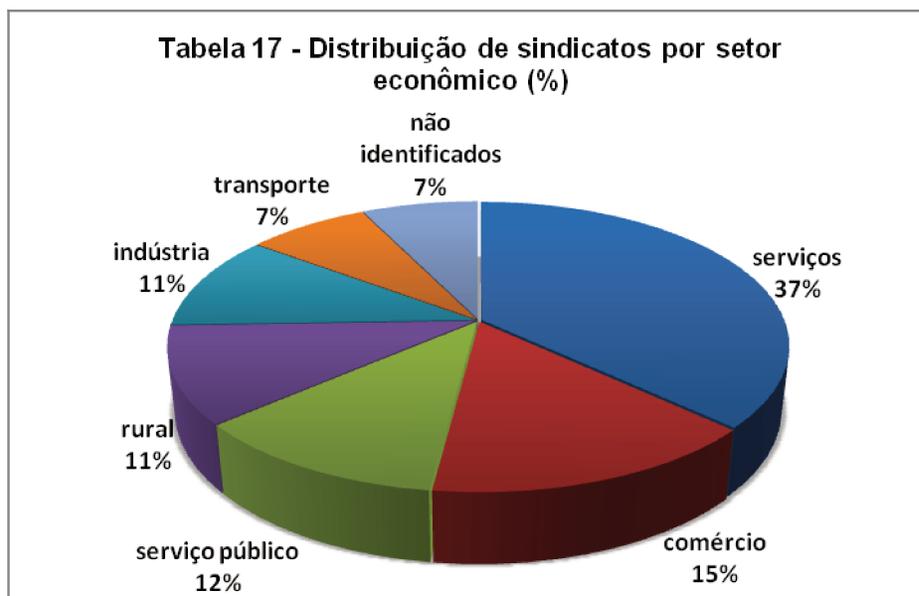
2.2) Principais categorias e sindicatos

Na tentativa de dar maior precisão aos dados encontrados nas pesquisas anteriores, utilizaremos para uma análise mais detalhada sobre as principais categorias e sindicatos da UGT, os dados do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, referentes à aferição das centrais sindicais do ano de 2013. Com base nesses dados, a UGT possuía 1045 sindicatos registrados no total, distribuídos por todo o país, conforme tabela 16; e em todos os setores econômicos, como mostra a tabela 17:

Tabela 16 - Sindicatos por Estado da Federação (nº)

Estado	N
AC	2
MT	4
AP	5
RR	5
AL	6
PI	6
SE	8
TO	9
DF	11
RN	11
ES	15
MA	17
RO	17
AM	18
CE	21
PB	21
MS	27
PE	30
GO	37
PA	44
RS	47
BA	50
RJ	78
SC	109
MG	116
PR	136
SP	194
TOTAL	1044

Fonte: Informações do site do MTE – aferição 2013; elaboração própria.



Fonte: Informações do site do MTE – aferição 2013; elaboração própria.

Tabela 18- Distribuição dos sindicatos por setores econômicos (n°)

<u>Setor econômico</u>	<u>N</u>
serviços	386
comércio	158
serviço público	121
rural	113
indústria	112
transporte	79
não identificados	76

Fonte: Informações do site do MTE – aferição 2013; elaboração própria.

Apesar de não termos identificado as categorias correspondentes de 76 sindicatos, acreditamos que os dados acima nos ajudam a ter um panorama geral do perfil da UGT. Esses dados, além de reafirmar a predominância do setor de serviços e comércio, permitem analisar um pouco melhor a distribuição no interior de cada um desses setores e aprofundar as características da base da UGT, para além dos representantes sindicais que participam dos eventos da central. Com isso é possível perceber, inclusive, a diversidade de condições sócio-econômicas que convivem na base dos sindicatos filiados à UGT.

Aprofundando os dados de cada setor econômico, percebemos que nos transportes, entre o total de 79 sindicatos predomina o transporte rodoviário (25 sindicatos),

mas com participação também importante de trabalhadores portuários (15 sindicatos) e alguma participação de ferroviários (5 sindicatos).

Conforme a tabela 19, podemos observar que predominam as indústrias de baixa tecnologia e de baixa remuneração, como vestuário, couro e calçado, construção civil, alimentação. Contudo, há um número expressivo de sindicatos da indústria mecânica e metalúrgica, provavelmente oriundos da FS, central que tem nesse setor sua maior base.

Tabela 19 – Sindicatos por tipo de indústria

INDÚSTRIA	N
Vestuário, couro e calçado	19
Construção e mobiliário, construção civil e construção pesada	17
Mecânica, metalúrgica e siderúrgica	13
Panificação	12
Alimentação	10
Gráfica	6
Fiação e tecelagem	6
Papel e celulose	5
Atividade extrativista e madeireira	5
Energia	2
Pesca	6
Plástica e química	5
Outros	6
Total	112

Fonte: Informações do site do MTE – aferição 2013; elaboração própria.

Os sindicatos rurais compõem 11 % da base da UGT, distribuídos conforme a tabela 20. Destacam-se os sindicatos de trabalhadores rurais compostos tanto por trabalhadores que têm alguma relação de posse (arrendatários, posseiros, meeiros, parceiros, assentados) ou propriedade (pequenos proprietários) da terra e por assalariados rurais. Infelizmente não é possível através desses dados saber se há um setor predominante entre os trabalhadores rurais.

Tabela 20 – Sindicatos rurais por nomenclatura

RURAL	N
Trabalhadores rurais	97
Empregados rurais	19
Trabalhadores de cooperativas agrícolas/agropecuárias	3
Trabalhadores e empregados rurais	2
TOTAL	121

Fonte: Informações do site do MTE – aferição 2013; elaboração própria

Entre os sindicatos do setor público, 83% são sindicatos de servidores municipais, enquanto 8% são de sindicatos da polícia civil e guarda municipal e os demais se dividem entre sindicatos de agentes ou auditores fiscais, servidores do poder judiciário, assembleia legislativa e departamentos de transporte.

A seguir, apresentaremos os dados e algumas características dos setores mais importantes da UGT: comércio e serviços.

2.2.1 - O setor de comércio

Do total de 158 sindicatos do setor de comércio da UGT, 103 representam a categoria de empregados do comércio de modo geral. Dos demais sindicatos, voltados para atividades mais específicas, destacam-se os sindicatos de trabalhadores de hotéis, bares e restaurantes e trabalhadores de postos de combustíveis e comércio de derivados de petróleo.

É desses setores que se origina um dos principais sindicatos da UGT, o Sindicato dos Comerciários de São Paulo (SECSP). Esse sindicato tem na sua base cerca de 500 mil trabalhadores, sendo um dos maiores sindicatos da América Latina. Em 2005, o sindicato realizou uma pesquisa sobre o perfil dos comerciários trabalhadores e residentes no município de São Paulo, evidenciando as principais características de sua base e os principais problemas vivenciados pela categoria.

A pesquisa destaca a condição de desvantagem dos trabalhadores do comércio em relação aos ocupados no setor de serviços e da indústria. Apesar de ser o setor que mais oferece oportunidades de trabalho, reunindo mais da metade dos ocupados no município, os trabalhadores sem carteira assinada representam quase 30% do setor. Além de sofrerem com os problemas da grande informalidade, ainda possuem o menor rendimento e as maiores jornadas em comparação com os demais setores (SECSP, 2007).

Enquanto o segmento do varejo ocupa quase 71% do total da categoria, o atacado congrega 15,8%. No primeiro, o subsetor de tecido e vestuário, assim como o de super e hipermercados respondem por cerca de 14% dos trabalhadores cada um. Há também uma parcela de 7,4% que trabalha no comércio varejista de alimentos, bebidas e fumos e outra de cerca de 7% em lojas de material de construção.

O resultado dessa pesquisa mostra a predominância de mulheres, brancos, jovens e solteiros no setor e de 51% de trabalhadores que concluíram o ensino médio. E Apesar de mais de 60% morarem em casa própria e a quase totalidade ter acesso à infraestrutura urbana, quase 22 % dos comerciários não possuem nenhuma cobertura previdenciária. Além disso, a renda familiar da maior parte é bastante baixa:

Tabela 21 – Distribuição dos comerciários do município de São Paulo, por faixa de renda familiar

Faixa de renda	%
até R\$500,00	9,2
entre R\$500 e R\$1.000	36,2
entre R\$1.000 e R\$2.000	31,1
entre R\$2.000 e R\$3.000	20,4
acima de 3.000	8,5

Fonte: Perfil dos Comerciários – Dieese – elaboração própria

Predominam no setor as lojas de rua (71%) os estabelecimentos com até 10 funcionários (60,7%) e as categorias de vendedor e balconista (44,7%).

Como aponta o boletim Trabalho no Comércio (DIEESE, 2009), a informalidade no setor ainda é um problema. Mesmo com o processo de recuperação do

emprego urbano, com a formalização dos vínculos ocupacionais que geraram 14.949.931 empregos formais no Comércio brasileiro no período de 1998 e 2008, o total dos trabalhadores sem carteira assinada, em números absolutos, aumentou. Além disso, o rebaixamento dos salários recebidos por hora ocorreu ao mesmo tempo em que se registraram mudanças institucionais importantes que viabilizaram a generalização da remuneração variável e a abertura do comércio aos domingos.

Sobre a remuneração variável, a pesquisa publicada pelo SECSP destaca, a partir dos depoimentos de grupos focais, o problema gerado por esse tipo de remuneração. Uma das denúncias é feita por uma vendedora que, apesar de ter registrado um salário fixo, recebe como pagamento o valor correspondente a sua comissão. Se a comissão acaba sendo inferior ao fixo, o trabalhador recebe apenas esse valor menor, mesmo assinando no holerite o valor do salário fixo.

Outra característica do setor, a alta taxa de rotatividade, tem sido também importante veículo de achatamento dos salários. Em 2012, o salário médio dos admitidos no comércio cresceu nominalmente 10,6%, passando de R\$797,89 em 2011 para R\$ 882,43. Esse aumento pouco significativo é fruto, entre outros mecanismos, do fato de que os admitidos têm recebido em média 93,9% do salário dos desligados (R\$939,42) (DIEESE, 2013).

O comércio ainda conta com a maior jornada semanal de trabalho entre os setores de atividade. Em 2012, a menor jornada média semanal foi de 43 horas em Belo Horizonte e a maior foi encontrada no Recife, que registrou jornada média de 49 horas semanais (DIEESE, 2013).

O comércio costuma ainda ser uma das principais alternativas para o primeiro emprego ou uma saída para o desemprego. Sua expansão crescente foi impulsionada também por algumas políticas do governo que estimularam o consumo, como a desoneração de produtos da cesta básica, anunciada no início de 2013, a redução do IPI de automóveis, móveis e eletrodomésticos de linha branca; o uso do FGTS para compra de material de construção e o aumento do salário mínimo - além dos investimentos realizados por grandes redes varejistas e pelo segmento supermercadista.

2.2.2 - O setor de serviços

A partir dos dados da aferição das Centrais Sindicais de 2013, do MTE, os serviços concentram a maioria dos sindicatos filiados à UGT: cerca de 386 sindicatos (37%). Além disso, é o setor de mais difícil análise por sua diversidade.

Do total de sindicatos filiados à UGT, aproximadamente 100 são sindicatos de profissionais liberais, com destaque para os corretores de imóveis e contabilistas, somados a outras atividades de alta qualificação, aos sindicatos de artistas e atletas, conforme tabela abaixo:

**Tabela 22 – Sindicatos de serviços por categoria/ profissão
(profissionais liberais e outros)**

Serviços	n°
nutricionistas	6
odontologistas	8
médicos e biomédico	3
fonoaudiólogos	1
cirurgião dentista	2
farmacêuticos	4
fisioterapeutas	5
profissionais de educação física	1
administradores	3
contabilistas	11
corretores de imóveis	15
técnicos de segurança do trabalho	8
técnico industrial	7
despachantes	2
economistas	2
publicitários	2
engenheiros, arquitetos, geólogos	1
assistente social	1
sindicato de atletas	7
treinadores e árbitros	2
músicos e artistas	8

Fonte: Informações do site do MTE – aferição 2013; elaboração própria.

A UGT também possui um número significativo de sindicatos de trabalhadores em estabelecimentos bancários (67 sindicatos), de trabalhadores no setor de turismo (22 sindicatos) e de trabalhadores em serviço de saúde (22 sindicatos). No segmento de educação, entre professores, trabalhadores da educação e auxiliares da administração escolar, somam-se 18 sindicatos.

Ainda nos segmentos tradicionalmente mais próximos das condições de trabalho de classe média, a UGT possui 8 sindicatos de trabalhadores em contabilidade, cartório e administradora e 11 sindicatos de secretárias ou profissionais de secretariado.

Destaca-se, por fim, a forte presença da UGT nos segmentos de mais baixa remuneração, nos quais predomina o serviço precário e terceirizado, como o de asseio e conservação, segurança e vigilância privada e mesmo sindicato de trabalhadores em empresas de intermediação de mão de obra:

Tabela 23 – Sindicatos de serviços por categoria de trabalhadores majoritariamente terceirizados

Categoria	n°
asseio e conservação, limpeza pública e trabalhadores em condomínios e edifícios	42
trabalhadores em empresas de telecomunicações e telemarketing	5
empregados domésticos	4
segurança e vigilância privada	27
motociclistas e mensageiros	5
trabalhadores em empresas prestadoras de serviços a terceiros / intermediação de mão de obra	11

Fonte: Informações do site do MTE – aferição 2013; elaboração própria.

Não é possível medir a extensão dessa representação em segmentos de terceirizados. Por isso, estamos trabalhando apenas com aqueles em que esse tipo de contratação é evidente e atinge quase a totalidade da categoria.

Nesse último segmento, destaca-se na UGT a filiação do Sinddeepres – Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de obra, Trabalho temporário, Leitura de medidores e Entrega de avisos do Estado de São Paulo. Fundado em 1992, esse sindicato foi destacado como o maior sindicato de empregados terceirizados filiado à UGT e representa os seguintes segmentos de trabalhadores:

- Empregados em Empresas Prestadoras de Serviços a Terceiros;
- Trabalho Temporário;
- Leitura e medição de consumo de luz, água, esgoto e gás encanado;
- Entrega de aviso de consumo de luz, água, esgoto e gás encanado;
- Fiscais de piso, fiscais de tráfego;
- Arrecadores, auxiliares de pista, supervisores, encarregados em praças de pedágio privatizadas ou terceirizadas;
- Porteiros das empresas de prestação de serviços em edifícios e condomínios;
- Serviços de operações de carga e descarga de materiais.

O Sinddeepres possui 160 mil filiados e representa mais de 500 mil trabalhadores temporários e terceirizados do estado de São Paulo. Nesse estado, segundo informações divulgadas pelo Sinddeepres, a quantidade de empregados terceirizados aumentou significativamente a partir de 1995, passando de 110 mil empregados, distribuídos por menos de 1,2 mil empresas, para 702 mil ocupados em mais de 5,4 mil empresas. De acordo com essa mesma pesquisa, entre 2003 e 2010, a quantidade média anual de empregos terceirizados abertos no estado de São Paulo foi de 354 mil novas vagas, enquanto na década de 1990 era de 231 mil ocupações. Com o objetivo de redução de custos na contratação, entre 1996 e 2010, a expansão média do emprego formal terceirizado cresceu em torno dos 11,1% ao ano.

Em pesquisa encomendada pelo Sinddeepres ao IPEA, organizada pelo Prof. Marcio Pochmann e publicada em 2012, é elaborado um perfil do trabalhador terceirizado do estado de São Paulo. Em relação à década de 80, diminuiu a participação feminina no

total de empregados em estabelecimentos de terceirização, assim como também diminuiu a participação de pessoas brancas na década de 2000, mesmo que ainda representem quase 2/3 do total das ocupações.

Em termos de escolaridade, no ano de 2010, 32% dos ocupados terceirizados no Estado de São Paulo tinham até o ensino fundamental completo; em 1985 essa faixa representava mais de 92% do total. Em contraposição, a participação de empregados com ensino médio aumentou de 5% para 59%, e dos trabalhadores de nível superior, de 2% para 9% no mesmo período de tempo. Quanto ao critério de idade, cerca de 25% dos ocupados no segmento concentram-se na faixa de até 24 anos e 65% na faixa de 25 a 49 anos. Em comparação com a Plenária de 2009, a média de idade nesse setor é bastante baixa, com presença importante dos jovens.

Considerando a renda média dos trabalhadores terceirizados, apesar do aumento no período de 1985 a 1998, houve uma tendência à estabilidade desses valores entre 1999 e 2010. Neste último, a média salarial dos empregados em estabelecimentos de terceirização foi de R\$ 972,40. Conforme demonstrou a pesquisa do Sindeepres, essa tendência pode ser explicada pela diminuição da desigualdade salarial entre os diferentes níveis de escolaridade, devido, principalmente, ao aumento real do salário médio dos trabalhadores analfabetos entre 1985 e 2010.

Entendemos que esse perfil é importante para percebermos a heterogeneidade da base social da UGT. Tendo apresentado os principais dados disponíveis sobre essa base social, algumas considerações se impõem. Em primeiro lugar, foi possível confirmar que a partir da sua criação, a UGT implementou uma política de crescimento voltada principalmente para os setores econômicos que mais têm se expandido no momento atual da economia brasileira e no qual já tinha importante presença: o setor de serviços e comércio. Esse perfil demonstra uma diferença chave em relação às demais centrais, principalmente em relação à CUT, conhecida por sua importante base no sindicalismo do setor público e no sindicalismo rural, mas com importantes sindicatos vinculados à indústria – a exemplo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a categoria dos petroleiros. O mesmo contraste, mas

em menor grau, também se aplica em comparação com a Força Sindical, que tem como principal base a categoria metalúrgica, e, como principal sindicato, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, símbolo da tradição sindical conservadora³⁷.

Em relação ao perfil da base da UGT, a entrevista com os dirigentes confirmou os dados encontrados:

Inicialmente eu diria que pra organização mesmo da UGT evidentemente que nós tivemos uma grande representação de serviços e comércio, está certo. Que era tido realmente, em outras centrais sindicais, não era o caso da CGT, nem da SDS, nem da CAT, mas na Força Sindical, por exemplo, eram sindicatos que tinham uma grande base, mas que eram vistos como num segundo plano porque prevalecia (...) a importância dos sindicatos do setor da indústria. Então o comércio e serviços eram coadjuvantes ali e isso incomodava realmente. Então quando o Patah falou que nós precisamos valorizar também as entidades de comércio e serviço, trouxe também nessa esteira os sindicatos de trabalhadores rurais que também não tinham muita importância em outras centrais sindicais. Então essa posição de dizer que nós começamos realmente a partir ou com mais força de representação nesse segmento de comércio e serviço isso é verdade. O que já no ano seguinte foi mudando substancialmente. Então comércio e serviços continuam grandes dentro da UGT, mas não é majoritária, está certo, como tem aí em outras centrais, que é majoritariamente serviços público, é majoritariamente metalúrgico, essas coisas. Então dentro da UGT hoje essa diversidade, a diversificação da representação é bastante cristalina, isso porque a participação da UGT, em todos esses fóruns, em todos esses conselhos e tudo mais, não se limitou a defender pessoalmente uma categoria mais específica, mas o conjunto dos trabalhadores. Isso foi ganhando de fato apoio (NASCIMENTO, 2013).

Se você olhar, por exemplo, a Força Sindical, que tem muito químico, metalúrgico etc, e setores industrial; se você olhar a CUT hoje, a maior base dela é rural, a base da CUT é rural e de servidores públicos. E se olhar a UGT, você vai verificar que a maior base dela é serviços, bancários, (...) está representada em todas as categorias, mas a UGT, se você olhar, sem fazer uma análise pormenorizada, você vai verificar que os setores de serviço são maioria na UGT. Talvez pela presença do Patah, que é comerciário e levou muito comerciário pra dentro da UGT, talvez pelo David Zaia, que é bancário e levou muito bancário, ela é a segunda em termos de bancário, a primeira é a CUT, e aí outros setores né, terceirizados... (COSTA, 2013)

Não foi possível nessa pesquisa aprofundar a relação entre essa base sindical e a política e a estratégia postas em prática pela UGT, porque isso exigiria uma análise mais

³⁷ Sobre o SMSP, ver Trópia (2009, p.81-117).

detida sobre a atuação de seus sindicatos filiados e mesmo sobre a condição de classe de seus trabalhadores. No entanto, parece plausível, a partir dos dados do MTE e dos principais sindicatos da UGT, destacar dois perfis predominantes. De um lado, localiza-se um grupo significativo, mas minoritário, de sindicatos que representam categorias com características típicas de classe média, por exemplo, entidades de profissionais de nível superior e algumas categorias de autônomos, de alta qualificação e de renda reconhecidamente maior do que a massa dos trabalhadores de baixa qualificação (ex: médicos, contabilistas, corretores de imóveis etc). De outro lado, encontra-se uma provável maioria numérica de trabalhadores de setores mais precários, de baixo rendimento e baixa qualificação, alta rotatividade e composta tanto de trabalhadores manuais quanto não manuais, a exemplo dos trabalhadores em asseio e conservação, do setor hoteleiro e de turismo, segurança privada etc. Estes últimos têm crescido nos últimos anos e representam aqueles que parte da bibliografia e mesmo da propaganda do governo chamam de classe C ou “a nova classe média”³⁸.

A denominação desse grupo social como “nova classe média”, visa a colocar em evidência um processo de ascensão que teria sido, do ponto de vista dos seus defensores, a marca do avanço do governo Lula. Contudo, essa definição, que usa como critério principalmente o nível de rendimento e de consumo, acaba por simplificar um fenômeno que é bastante mais complexo. Diante disso, perguntamo-nos: esse grupo não poderia, alternativamente, ser identificado como uma fração da classe trabalhadora?

2.3) Classe Média ou fração da classe trabalhadora?

Vários autores têm tentado aprofundar a discussão em torno das mudanças na estrutura social e de classes no Brasil. Pochmann (2012) apresenta no livro “Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide brasileira” algumas das principais características que marcam o surgimento ou ampliação desse setor na sociedade brasileira. Segundo o

³⁸ Em maio de 2012, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República definiu que a nova classe média seria integrada pelos indivíduos que vivem em famílias com renda per capita entre R\$291,00 e R\$1019,00. “Governo define que classe média tem renda entre R\$291,00 e R\$1019,00”, notícia publicada no site do terra www.economia.terra.com.br, em 29 de maio de 2012. Consultado pela última vez em 25 de julho de 2013.

autor, a retomada do crescimento econômico e o fortalecimento do mercado de trabalho teria resultado fundamentalmente na “expansão do setor de serviços, o que significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal” (POCHMANN, 2012, p.10).

Essa expansão de empregos de baixa remuneração teria de fato absorvido uma massa de pessoas resgatadas da condição de pobreza. Porém, “seja pelo nível de rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população emergente não se encaixa nos critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média”. Ao contrário, como é comum às classes populares, a elevação dos rendimentos implica na ampliação do padrão de consumo. O autor destaca ainda que esse segmento das classes populares em emergência apresenta-se “despolitizado, individualista e aparentemente racional³⁹ à medida que busca estabelecer a sociabilidade capitalista” (POCHMANN, 2012, p.10).

Outras políticas de Governo que influenciaram o crescimento desse segmento social foram a valorização do salário mínimo e o crescimento do trabalho formal, além da ampliação do crédito e de isenção de impostos. Em relação ao crescimento do trabalho formal, das 2,1 milhões de vagas abertas anualmente, em média 2 milhões encontram-se na faixa de até 1,5 salário mínimo mensal. Entre estes, na década de 2000, destacam-se principalmente a expansão daquelas profissões que mais crescem em representação na UGT:

No caso dos trabalhadores com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal, registra-se que as profissões em maior expansão na década de 2000 foram as de serviços (6,1 milhão de novos postos de trabalho, que respondem por 31% da ocupação total). Na sequência, aparecem os trabalhadores do comércio (2,1 milhões), da construção civil (2 milhões), de escriturários (1,6 milhão), da indústria têxtil e de vestuário (1,3 milhão) e do atendimento público (1,3 milhão) (POCHMANN, 2012, p.32).

³⁹ Essa aparente racionalidade parece estar vinculada, para o autor, ao fato desse trabalhador não ter o hábito de poupar, gastando tudo o que ganha e contribuindo, assim, para o aumento do consumo, ao mesmo tempo em que se afasta dos movimentos sociais em geral (POCHMANN, 2012, p.10 - 11).

Dessas novas vagas criadas na década de 2000, 85% destinavam-se a trabalhadores com escolaridade equivalente ao ensino médio.

No que diz respeito ao trabalho no setor primário, no qual também predomina a baixa remuneração, 87% do total de ocupados recebiam em 2009 até 1,5 salário mínimo mensal. Em torno de 71% das atividades do setor primário são exercidas no meio rural. Sobre esse setor, destaca-se o aumento do envolvimento dos trabalhadores com a filiação sindical. De acordo com Pochmann (2012, p. 77), no ano de 2009, um em cada quatro trabalhadores do setor primário estava filiado a um sindicato, ao passo que em 1999, somente 16,4% desses trabalhadores eram sindicalizados.

Diante desse quadro, parece possível dizer que ao menos parte fundamental da base da UGT, localizada principalmente no setor de serviços, mas também diluída em outros setores, como os rurais, inserem-se nessa fração de classe diagnosticada por Pochmann. Apesar de não podermos quantificar o quanto esses trabalhadores correspondem ao público atingido pelas políticas sociais do governo, sua condição de trabalho é marcada pela baixa remuneração, e seu emprego, tanto formal como informal, é em grande parte temporário, precário, terceirizado, sujeito a altas taxas de rotatividade e instabilidade.

Para além de suas condições de trabalho, só uma pesquisa mais profunda poderia apontar suas características político- ideológicas, mas entendemos que há dados suficientes para afirmarmos que esse segmento social se diferencia radicalmente do que poderia ser entendido como classe média, ou mesmo, como uma nova classe média. O que sabemos apenas é que essa fração tem sido base de apoio dos governos do PT. No entanto, quanto às suas posições político ideológicas, os estudiosos têm apontado para diferentes interpretações.

De um lado encontra-se Singer (2012). Para este autor, essa fração de classe é formada por uma sobrepopulação trabalhadora superempobrecida, que originalmente corresponde ao conceito de subproletariado de Paul Singer e que, no Governo Lula, teria ascendido ao proletariado. A chamada classe C comportaria, dessa forma, setores social e economicamente bastante diferenciados e uma grande amplitude de renda. Segundo Singer,

não cabe caracterizar esse subproletariado em ascensão como classe média, entre outras razões, porque essa fração se vê majoritariamente como classe trabalhadora. (SINGER, 2012, p. 137)

Essa fração de classe, que constitui a base do lulismo, seria marcada por um “conservadorismo popular” e por não possuir um modelo próprio de sociedade:

O lulismo é, sobretudo, representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as próprias formas de organização. Por isso, só podia aparecer na política depois da chegada de Lula ao poder. A combinação de elementos que empolgam o subproletariado é a expectativa de um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade sem ameaça à ordem estabelecida (SINGER, 2012, p.52).

De outro lado, apresenta-se uma visão mais otimista do potencial político dessa classe, não obstante o fato dela constituir uma base importante do Lulismo. Ruy Braga considera que esse grupo social conforma não uma nova classe média, mas o que ele denomina precariado, que representa a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas. Para esse autor, analisando diferentes períodos históricos, é possível afirmar que, apesar das dificuldades impostas pelas condições sociais periféricas à sua auto-organização, a prática política dessa fração de classe, denominada de “classismo prático”, tem se transformado em um reformismo plebeu sindicalmente refratário à colaboração com as empresas e construído na luta pela efetivação e ampliação dos direitos trabalhistas (BRAGA, 2012).

Na análise de Pochmann, podemos observar que para além do critério exclusivo de renda, o autor considera o conjunto das condições de trabalho desse estrato social para caracterizá-lo como uma classe não emergente. Relaciona o processo de mobilidade com um determinado tipo de desenvolvimento identificando o grosso desse setor como incremento ao contingente da classe trabalhadora. Outros autores também convergem na análise de que esse grupo possui um limitado grau de ascensão, sendo parte do que consideram classe trabalhadora, embora utilizem termos e definam conceitos diferentes

para caracterizá-lo⁴⁰. André Singer, Ruy Braga e Jessé de Souza levam em conta outros critérios para descartar a tese da nova classe média, apesar de apontarem diferentes perspectivas político-ideológicas para essa fração de classe.

Entendemos que a definição de classe média é bastante polêmica e diversa. Desenvolvida primeiramente a partir da sociologia weberiana, os estudos de classe média publicados na década de 1950 e 1960 para criticar a noção marxista de classe social, enfatizavam a necessidade de considerar além da situação no processo de produção, a situação de status para explicar o comportamento dos “colarinhos brancos”. Para esses autores, a distribuição desigual de honra e prestígio era fundamental para compreender as posições distintas destes empregados de escritório, comércio e setor público, em contraste com o operariado⁴¹.

Esse conceito sofreu a partir daí inúmeros desenvolvimentos, inclusive numa perspectiva crítica do capitalismo. No campo do marxismo e da análise do movimento sindical brasileiro, o conceito de classe média tem sido utilizado principalmente a partir da elaboração de Décio Saes. Para esse autor, os trabalhadores da classe média se distinguiriam da classe operária e da pequena burguesia pela sua condição de trabalhadores assalariados não manuais articulada com o seu apego à ideologia meritocrática. Nessa perspectiva

A “classe média” se define como o conjunto de efeitos políticos e reais produzidos sob certos setores do trabalho assalariado pela ideologia dominante, que apresenta a hierarquia do trabalho como a expressão de uma pirâmide natural de dons e méritos. Compreende-se, assim, que a “classe média” é, antes de mais nada, uma noção “prática”. (...) é antes a análise das práticas políticas dos diferentes setores do trabalho assalariado improdutivo numa sociedade capitalista determinada que pode definir quais dentre eles se submetem à ideologia dominante da “hierarquização do trabalho” (SAES, 1976, p. 99-100)

⁴⁰ Jessé de Souza define essa classe como uma “nova classe trabalhadora”, denominada “batalhadores brasileiros” que se situa entre a “ralé” e as classes médias e altas. Representa um produto das transformações recentes do capitalismo mundial e é caracterizada antes de tudo por seu estilo de vida e visão de mundo “práticas”(SOUZA,2012, p. 26).

⁴¹ Para uma discussão sobre as origens e polêmicas desse conceito, ver Trópia (1994).Ver também Sávio Cavalcante (2012), sobre o conceito de “nova classe média”e sua discussão no interior da teoria marxista.

Essa concepção de classe média parece não se aplicar ao conjunto do que tem se chamado de “nova classe média”. No entanto, essa definição permite analisar algumas categorias de trabalhadores, como o funcionalismo público, os bancários e os trabalhadores do comércio.

A pesquisa realizada por Trópia (1994) sobre os comerciários de São Paulo na década de 90 é uma referência nessa discussão. De acordo com a autora, a situação de trabalho dominante no comércio – conformada pelas pequenas empresas, por vendedores comissionados, com autonomia no trabalho e pressionados pela relação de proximidade com o patrão e com o cliente contrasta com a situação de trabalho dos assalariados manuais, apesar da aproximação salarial entre eles. Essa situação dominante, marcada pela ilusão do trabalho autônomo e pelo isolamento característico das pequenas empresas e do comissionamento, leva ao apego à ideologia pequeno-burguesa e à meritocracia, inserindo os comerciários na classe média e ajudando a explicar o seu comportamento tipicamente antissindical.

As categorias consideradas como trabalhadores de classe média, especialmente no comércio, constituem uma base importante da UGT e, inclusive, possuem um peso significativo em sua direção. Porém, nossa pesquisa não nos permitiu aprofundar a questão do pertencimento de classe da base social da UGT. Isso se deve não apenas às dificuldades conceituais anteriormente apresentadas, mas, principalmente, à ausência de análise empírica aprofundada sobre os sindicatos e os trabalhadores que compõem a base da central. Nosso objetivo aqui foi apenas o de, a partir de alguns indicadores sobre o perfil de sua base social, traçar hipóteses sobre o que unifica esses trabalhadores em torno da política e da estratégia da UGT.

Não é nossa intenção fechar a discussão sobre o que permite a convivência dessa diversidade no interior da UGT, mas podemos dizer que algo leva essas diferentes frações de classe a se unificarem em torno de uma estratégia comum. De um lado, a base da pirâmide social, que corresponde ao que os autores apresentados anteriormente definem como trabalhadores precários, proletariado, precariado, batalhadores; de outro, setores

típicos de classe média. Um dos elementos possíveis pode ser a convergência em torno de determinadas políticas do governo que atendam aos interesses de ambas as frações da classe trabalhadora. Mas só isso não nos parece suficiente. Faltaria, ainda, uma pesquisa dos setores, por exemplo, dos bancários e comerciários que, além da diversidade no interior da categoria, têm sofrido diversas modificações nas suas condições de trabalho e que podem apresentar inclusive mudanças no seu comportamento político e ideológico nesse último período.

CAPÍTULO 3 - O perfil político-ideológico do Sindicalismo “Ugetista”

Os dirigentes da UGT destacam, entre as suas principais características, a defesa dos seguintes princípios: 1) a unidade (do sindicalismo), que teria sido o motivo de sua origem a partir das três centrais que se agregaram e que se manifesta na defesa da unicidade sindical, 2) o pluralismo político, que explica a convivência interna de diferentes partidos e uma determinada visão da atuação política e 3) a busca de alternativas de inclusão social e cidadania – principalmente através da participação na formulação e controle de políticas públicas. Em sua carta de princípios, pregam um "sindicalismo cidadão, ético e inovador". Esse tripé é explicado por Patah como sendo a UGT uma central cidadã, “onde ética não é apenas conceito, mas sim um exercício diário seja no relacionamento com os trabalhadores, empresários e governos. E inovadora porque atua em frentes até então ignoradas pelo sindicalismo, centrando ações na defesa dos excluídos e categorias que viviam a margem do mundo do trabalho”⁴².

Esse discurso apresenta a base das principais características da UGT. Nesse capítulo analisaremos o discurso e a atuação da central em diferentes aspectos: 1) na concepção sobre o papel do Estado e da sociedade civil como parte de um determinado projeto político; 2) na relação com o Estado no que diz respeito à defesa da estrutura sindical; 3) na valorização da participação institucional; 4) na sua intervenção política na disputa de poder, isto é, na relação com os partidos políticos e com os governos, 5) na relação com as demais centrais e 6) na sua plataforma de reivindicações a respeito dos direitos trabalhistas.

Por fim, discorreremos sobre a estratégia mais geral da UGT e articularemos sua organização interna com sua atuação na representação de interesses, com o objetivo de compreender as relações que a central estabelece e situá-las em um determinado campo do espectro político. Tais relações são resultado, principalmente, das influências de sua origem e das respostas que forja aos desafios atuais do movimento Sindical.

⁴² “Cinco anos de construção de um novo sindicalismo”, da redação da UGT, 13 de setembro de 2012.

Essa estratégia será analisada, então, à luz das tradições da ação sindical e da tensão triangular entre Mercado, Sociedade e Classe, conforme elaborada por Hyman (2001) e da própria herança conservadora e corporativista do sindicalismo brasileiro.

3.1) Neoliberalismo, Estado e sociedade civil

A partir da análise dos discursos e documentos da UGT, desde o período de sua criação, é possível perceber uma determinada concepção sobre o papel do Estado e o tipo de relação que a central estabelece com os governos e partidos políticos.

No segundo congresso realizado em 2011, a UGT anunciou a intenção de “formular uma agenda democrática de desenvolvimento nacional fundada em mudanças estruturais mais completas e mais profundas (...) que abra caminho para a construção de uma sociedade fundada nos princípios de justiça para todos e na solidariedade; capaz de distribuir melhor a riqueza e de elevar o nível social e cultural de todos os cidadãos brasileiros” (UGT, 2011a, p. 06).

As resoluções desse congresso representam o documento mais sistemático do que poderíamos identificar como um projeto da UGT. Nele, destacam-se a defesa da sociedade democrática e da inserção do sindicalismo no mundo globalizado através de uma “globalização desenvolvimentista sustentável”.

A crítica ao neoliberalismo apresentada por essa central diz respeito à falta de regras e instituições que possam conter as “orgias do financismo”. A defesa, portanto, de uma globalização que levasse em conta a “valorização do trabalho e da produção” implicaria num novo marco regulatório do sistema financeiro e no fortalecimento e democratização dos organismos multilaterais, como a ONU, BID, BIRD, OMC e OCDE, para que os diferentes países participassem em “condições de qualidade”. Essa concepção é o ponto de partida para entendermos como a UGT concebe o papel do próprio Estado.

Ao mesmo tempo em que reconhece uma crise da ideia do mercado autorregulado, defende uma resposta nos marcos do capitalismo que imponha limites ao capital financeiro, mas que não implique uma mudança estrutural da economia e do modelo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, apresenta os interesses da nação e da

“globalização” como sobrepostos ou pelo menos convergentes e propõe o fortalecimento de uma governança global combinada com um Estado Nacional de funções bastante limitadas, inclusive no que diz respeito à garantia de direitos.

Defender uma reformulação do modelo institucional de controle planetário, tendo a Organização das Nações Unidas (ONU) como o seu principal centro articulador, e o redimensionamento dos seus organismos multilaterais, a exemplo do Banco Mundial (Bird), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outros. Esse poder de regulação deve se desdobrar ainda por intermédio de Estados mais atuantes e associações regionais que funcionem como poderosas agências de desenvolvimento (UGT, 2011b, p.18).

O Estado brasileiro é reiteradamente caracterizado como ineficiente e centralizador e, por isso, a UGT defende a democratização e a descentralização do Estado. Esse é o sentido das mudanças e reformas consideradas estruturais para a central. Ao mesmo tempo em que afirma que o “Estado com sua estrutura centralista, ineficiente, tem se colocado ao longo dos tempos a serviço do interesse de grupos privados – nacionais e estrangeiros”, defende o incentivo às parcerias com o setor privado no desenvolvimento de ciência e tecnologia, nos programas de financiamento, infraestrutura, logística e educação, além da manutenção da Lei de Responsabilidade Fiscal⁴³. A alternativa proposta é o reforço da transparência, austeridade, a descentralização dos recursos para estados e municípios, aplicação do orçamento articulada com a discussão do Congresso Nacional e um “novo espírito empreendedor, que possa romper com velhos paradigmas do passado”. Ou seja, o fundamento das reformas tem como base uma reforma administrativa que descentraliza tanto o controle do orçamento e da gestão dos serviços públicos, como as próprias decisões – que devem ter como novo *locus* os espaços de participação da sociedade civil, na busca de uma maior eficiência (UGT, 2011b, p. 32 -68).

Ao apontar uma crise do neoliberalismo fundamentada exclusivamente na especulação ilimitada do capital financeiro, a concepção defendida pela UGT acaba

⁴³A chamada LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal refere-se à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio 2000, criada no governo de Fernando Henrique Cardoso, que estabelece em nível nacional parâmetros que condicionam os gastos públicos à capacidade de arrecadação e impõem aos entes federativos metas fiscais trienais.

restringindo o papel do Estado Nacional à criação de ambiente econômico favorável ao mercado e à regulamentação geral de prestação de serviços pela via privada:

Devemos, sim, querer um Estado Máximo, para a cidadania, nas esferas de poder local, este representando os municípios. O Estado da União pode e deve ser reduzido a uma dimensão necessária ao cumprimento de suas funções de manter a unidade nacional, garantir a defesa externa, zelar pela saúde da moeda e promover programas de combate às desigualdades regionais, compartilhar projetos de infraestrutura e investir em ciência e tecnologia. Responder pelas relações com outros povos, regular e estabelecer diretrizes para educação, saúde pública, e concessionárias prestadoras de serviços públicos (UGT, 2011b, p. 35).

A descentralização do Estado combinada com a ampliação da participação da “sociedade civil” retomam algumas polêmicas sobre a própria definição de sociedade civil e de cidadania. No Brasil e no mundo, essa discussão tomou novos contornos nas últimas décadas, em grande parte como resposta aos processos vividos com a mundialização do capital, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e, ao mesmo tempo, reforçada pelo enfraquecimento das ideias socialistas e pelas transformações sofridas por diversos partidos de esquerda. Nesse cenário, os fortes ataques aos direitos dos trabalhadores, somados às ideias do “fim do trabalho” e do “fim das ideologias”, levaram a um ambíguo fortalecimento de espaços democráticos e da chamada “sociedade civil”. Ao mesmo tempo em que esses espaços foram o resultado da luta e reivindicação dos trabalhadores e abriam um campo de possibilidades nesse momento defensivo da década de 90, acabaram sendo, em grande medida, apropriados e impulsionados pelos organismos internacionais como FMI e Banco Mundial. Estas organizações passaram, desde então, a propagar como parte de sua agenda a questão do diálogo social e da participação da sociedade civil como uma forma de legitimação das políticas neoliberais e na tentativa de tornar hegemônica a ideia de um possível e desejável consenso.

Em contraste com o conflito que marcou o sindicalismo brasileiro na década anterior, no Brasil, parte importante do movimento sindical passou a aderir a essas premissas, negando a perspectiva conflitiva – agora considerada uma estratégia violenta e

antidemocrática – ao mesmo tempo em que se difundiam os discursos da cidadania, do empreendedorismo e da teoria do capital humano⁴⁴.

É nesse cenário que emerge a formulação de um sindicalismo cidadão propagado pela CUT, mas também utilizado por outras centrais sindicais – entre elas a UGT - partindo de uma premissa também comum: a realidade do mundo do trabalho mudou nas últimas décadas, principalmente com o impacto das políticas neoliberais e a reestruturação produtiva, e, por isso, para sobreviver, o sindicalismo precisaria reformular-se, “modernizar-se”, desafiando-se a criar outros nichos de atuação, dialogando com outros públicos que não apenas os trabalhadores sindicalizados das categorias tradicionalmente mais organizadas e utilizando-se de novos métodos para além das greves e mobilizações de rua.

A partir dessa visão, que considera inevitáveis tais transformações, é que o próprio movimento sindical, mesmo seus setores mais combativos, vão ser caracterizados pela prioridade dada à negociação em oposição a uma postura conflitiva, buscando a apresentação de propostas “realistas” e “viáveis” frente ao governo e empresários.

Desse modo, essa nova linha política representará a “legitimação da ideologia e da política neoliberal pelo movimento sindical combativo – porque introjeta nesse movimento pontos fundamentais da política neoliberal, que passa a ser aceita como algo inexorável, e porque desvia o movimento sindical, de maneira bastante adequada ao neoliberalismo, da luta por direitos sociais” (BOITO, 1999, p. 168). É nesse cenário que o discurso da CUT vai se mostrar muito mais ofensivo do que sua prática, o que pode ser

⁴⁴ O conceito de capital humano tem como principal formulador Theodore W. Schultz, professor do departamento de economia da Universidade de Chicago. Através da disciplina de Economia da Educação, buscava explicar os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” na produção. “A conclusão de tais esforços redundou na concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital. (...) Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria ‘valorizando’ a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital. O capital humano, portanto, deslocou para o âmbito individual os problemas da inserção social, do emprego e do desempenho profissional e fez da educação um ‘valor econômico’, numa equação perversa que equipara capital e trabalho como se fossem ambos igualmente meros ‘fatores de produção’.” (Minto, Lalo Watanabe. Verbete “teoria do capital humano” In: Navegando na História da Educação Brasileira, disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario.html>)

percebido na sua posição frente à implementação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva. (GALVÃO, 2007a)

Esse fenômeno ocorrido no campo sindical, destacado nas análises da maior central sindical brasileira, a CUT, parece ter impactado o conjunto do sindicalismo, refletindo o que Dagnino denomina, no âmbito da sociedade civil brasileira, como uma confluência perversa (DAGNINO, 2004). Essa confluência teria se dado entre dois projetos políticos que apontam para direções opostas e até antagônicas, mas que possuem um denominador comum ao requererem para sua concretização uma sociedade civil ativa e propositiva: de um lado, o projeto neoliberal e, de outro, o projeto participativo e democratizante⁴⁵.

O processo participativo e democratizante que emergiu da luta contra a ditadura militar garantiu como conquista dos movimentos sociais o alargamento da democracia, expresso na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e tomada de decisão relacionados a questões públicas, o que foi formalizado na Constituição de 1988. No entanto, a aposta da sociedade civil na ação conjunta, ao invés da postura conflitiva anterior, tornou-se afim ao projeto neoliberal de encolhimento do Estado e de progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil (DAGNINO, 2004).

De acordo com Dagnino (2004), o projeto neoliberal promove uma resignificação de noções centrais para o projeto participativo e democratizante, tais como participação, sociedade civil e cidadania. Reforçada pelas agências internacionais, a noção de sociedade civil tem sido identificada com o chamado Terceiro Setor, em especial, com as ONGs que se colocam como parceiras do Estado e recebem a transferência da prestação de serviços sem assumir responsabilidades perante a sociedade da qual se intitula representante. Essa concepção rompe os vínculos orgânicos com os movimentos sociais e legitima a participação dessas organizações independente de vínculos de representação coletiva (DAGNINO, 2004, p. 101).

⁴⁵ CORREA, Ellen Gallerani e LEMOS, Patrícia Rocha. “Centrais Sindicais e concertação social no Brasil: dilemas da reforma sindical e trabalhista”. In: Anais do XIII Encontro Nacional da ABET, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.abet-trabalho.org.br/>. Acessado em: 19 de fev. de 2014.

Assim como a noção de representação também se modifica, a ideia de participação assume novos contornos – enfatizando o trabalho voluntário, a responsabilidade social e a individualização das questões antes entendidas como de caráter coletivo. A concepção neoliberal despolitiza a participação e restringe a atuação da sociedade civil à implementação e execução de políticas públicas. A ênfase gerencialista e empreendedora se soma ao entendimento da cidadania como a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor, e os discursos de reconhecimento de direitos passam a ser vistos como “atrasados” (DAGNINO, 2004).

No movimento sindical, essa ressignificação sofrida na década de 1990 ajuda a consolidar esse modelo de prática segundo a qual a participação ativa acontece por meio da formulação de propostas em fóruns tripartites e nas negociações descentralizadas e aparecerá muitas vezes combinada com a execução de políticas públicas. Esse modelo vai sendo aperfeiçoado e marcará também a tentativa de negociação da reforma da previdência no governo FHC, a tímida mobilização contra as privatizações e as propostas de adesão ao banco de horas. Destaca-se na nova atuação o privilégio da negociação em contraposição à postura combativa/conflitiva do período anterior; o incentivo à formulação de políticas públicas; a reivindicação e participação em espaços institucionais e tripartites; e culmina em muitos casos, na prestação de serviços: o próprio sindicato executa políticas, através de prestação de serviços que antes eram reivindicados do Estado como direitos.

De acordo com Oliveira (2002), na década de 90 diversos espaços institucionais foram criados e tiveram a participação das centrais sindicais. De modo geral, nesses espaços os “segmentos organizados da sociedade são chamados a assumirem responsabilidades na fiscalização e condução de determinadas políticas públicas, particularmente no campo social”. Para isso, configuram-se como comissões e conselhos de dois tipos: “aqueles constituídos para gerirem um fundo público ou programa social específico e aqueles com atribuições mais amplas de fiscalizarem e formularem diretrizes para políticas”. Destacam-se entre eles o Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CONDEFAT) e a atuação das centrais em políticas de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda.

Essa visão do sindicalismo brasileiro em relação à participação institucional é bastante polêmica e vem se modificando ao longo dos anos, muitas vezes baseada numa falsa dicotomia entre negociação e mobilização. Na tradição do sindicalismo classista, combativo ou de setores mais identificados com a esquerda, a negociação nunca deixou de ser um objetivo do movimento sindical, mas havia uma posição que foi forte durante a década de 70 e 80, de que caberia ao Estado e aos patrões atender as reivindicações dos trabalhadores e isso se daria por meio da pressão das mobilizações e não apenas através de acordos de conciliação a partir da cúpula. Partia-se do pressuposto de que existia um conflito de interesses entre os trabalhadores e patrões que não se dissolveria numa mesa de negociações, já que, sem risco de perder seus lucros, os patrões teriam maior poder de impor sua agenda e não cederiam por boa vontade. A UGT, no entanto, como apresentado no primeiro capítulo, diferente dessa tradição que se amalgamou na fundação da CUT, teve origem, em parte no sindicalismo pelego, que atuava com e por dentro do Estado em parceria com o empresariado e com o governo autoritário, e no chamado sindicalismo de resultados da Força Sindical. Este, junto ao governo Collor, propôs o “entendimento nacional” como uma política importante de conciliação de interesses entre trabalhadores e o empresariado, já inserida num programa neoliberal.

No momento de criação da UGT, em 2007, essa atuação institucional já estava consolidada e se reforçou com o reconhecimento das centrais sindicais no governo Lula. Como o próprio processo de “confluência perversa” evidenciou, a posição da central também reproduziu essas contradições. Ao mesmo tempo em que veem na defesa da sociedade civil o espaço para a legitimação do sindicalismo como importante ator social, reproduzem uma concepção de sociedade civil que pode endossar a subordinação da política à coerção econômica, compatível com o modelo neoliberal.

Hyman (2001, p. 57) identifica pelo menos três abordagens mais importantes na compreensão sindical sobre a sociedade civil. A primeira defende que não é necessária a separação entre Estado e sociedade civil. Esta, enquanto arena das relações sociais, poderia nutrir os cidadãos ativos na vida política assegurando que o governo refletiria a vontade popular. A segunda abordagem entende a sociedade civil como arena de conflito e competição, que poderia se mostrar destrutiva sem a existência de uma relativa autonomia

do Estado para impor a lei e a ordem. E, por fim, numa terceira perspectiva, o Estado, enquanto instrumento potencialmente repressivo, só poderia ser limitado pelo efeito contra-balanceador de uma vigorosa sociedade civil, entendida como uma rede de associações voluntárias. Esta última visão teria predominado na retomada do conceito de sociedade civil pelo sindicalismo das últimas décadas e surge principalmente a partir das críticas aos governos autoritários, na luta pela consolidação de uma nova ordem liberal-democrática.

Ao defender que o Estado deve estar subordinado a essa sociedade civil, formuladora e executora de políticas públicas, a UGT parece se aproximar dessa última perspectiva:

Nosso horizonte é a construção de uma sociedade profundamente democrática, onde o espaço público se afirme com uma crescente participação da população e dos trabalhadores nos assuntos públicos. Dessa forma, é a sociedade civil que deve democrática e socialmente controlar o Estado e não este àquela, isto é, o Estado não pode tutelar a sociedade civil (UGT, 2011b, p. 34).

Dissolvida na ideia de sociedade civil, a contradição clássica entre capital e trabalho, entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, defendida pelos movimentos sindicais mundiais inspirados pelas ideias socialistas de outrora, é substituída por uma nova contradição, inspirada no individualismo e no livre mercado, característicos da concepção neoliberal de sociedade⁴⁶:

Concluindo essas considerações sobre o tipo de Estado que aqui temos, é preciso destacar que há um crescente antagonismo entre esse modelo de Estado e a cidadania brasileira. Esse antagonismo se constitui na contradição principal existente no país e que precisa ser resolvida. É uma contradição que opõe a nação que quer e precisa acelerar seu crescimento econômico e as amarras de um Estado que freiam seu pleno desenvolvimento. É a contradição que precisa ser resolvida com maior urgência, para que as forças produtivas tenham livre curso. Para que as forças do progresso e da democracia enfrentem e superem outras contradições (UGT, 2011b, p.36).

⁴⁶ A doutrina neoliberal tem como pressuposto a livre iniciativa individual e a ideia de que o mercado é autorregulável. Defende um Estado que priorize uma política anti-inflacionária monetarista e realize reformas orientadas para o mercado no intuito de desmontar conquistas sociais que na sua visão, oneram e desequilibram a economia (MORAES, 2001). À primeira vista, essa doutrina é bastante hostil ao sindicalismo e parece contradizer a possibilidade de adesão de setores sindicais ao neoliberalismo. “Não obstante a crítica no plano doutrinário e o ataque no plano político, ao procedermos a análise da ideologia prática neoliberal, bem como das ações estatais que ela procura justificar, verificamos que o sindicalismo pode ser tolerado e até se tornar funcional aos governos neoliberais” (TRÓPIA, 2009, p. 17).

No intuito de superar essa contradição, a UGT propõe que esses espaços inovadores de participação tenham como um de seus objetivos a compreensão do duplo papel da cidadania: o cidadão como “contribuinte/ consumidor, envolvendo direitos e deveres claros e indiscutíveis” (UGT, 2011b, p. 38).

Essa ideia de sociedade civil e de cidadania considera como representantes da nação tanto os trabalhadores como os empresários e lhes atribui a tarefa de confinar o Estado às suas atribuições de manter a estabilidade econômica rumo ao “desenvolvimento”. Com isso, difunde a perspectiva da cidadania do consumo, destituída de um sentido coletivo de luta por direitos universais.

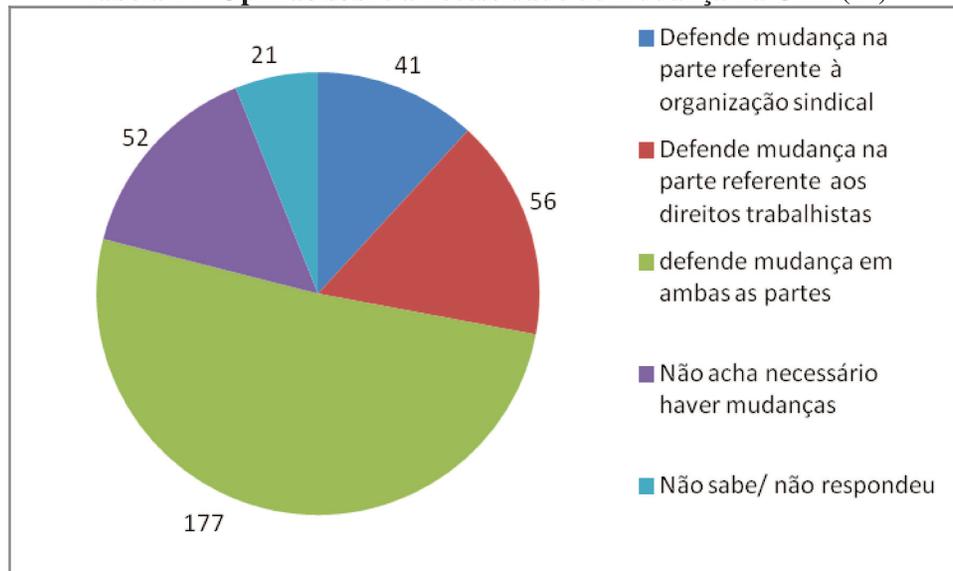
No entanto, essa defesa da sociedade civil contra o Estado, que leva à crítica da tutela estatal em todos os âmbitos, contradiz a defesa da estrutura sindical brasileira por parte da UGT, ao mesmo tempo em que legitima uma concepção sindical que separa a economia da política, e subordina esta à lógica daquela.

3.2) Defesa da estrutura Sindical

Em relação à Estrutura Sindical, a UGT afirma que a defesa da liberdade e autonomia sindicais são fundamentadas na norma interna (CLT), e sua posição frente à reforma sindical é de manutenção de um sistema sindical organizado segundo a Constituição Federal (UGT, p.6,15). Portanto, não defende nenhuma alteração de fundo na legislação sindical.

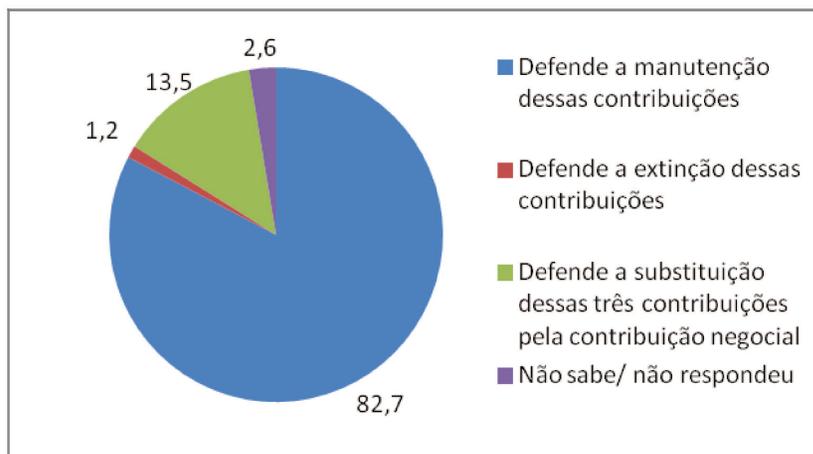
Na pesquisa realizada na primeira plenária nacional da UGT, em 2009, apesar da maioria dos delegados apontar a necessidade de mudanças na CLT (ver tabela 24), quando perguntados especificamente sobre o modelo sindical brasileiro, as posições se invertem e a maioria se opõe a mudanças: 82,7% dos delegados pesquisados afirmaram defender a manutenção das contribuições compulsórias, enquanto apenas 13,5% defendem a substituição das contribuições atualmente existentes pela contribuição negocial. Além disso, 95,7% dos delegados responderam que as contribuições sindicais são fundamentais para a sobrevivência dos sindicatos.

Tabela 24- Opinião sobre a necessidade de mudança na CLT (n°)



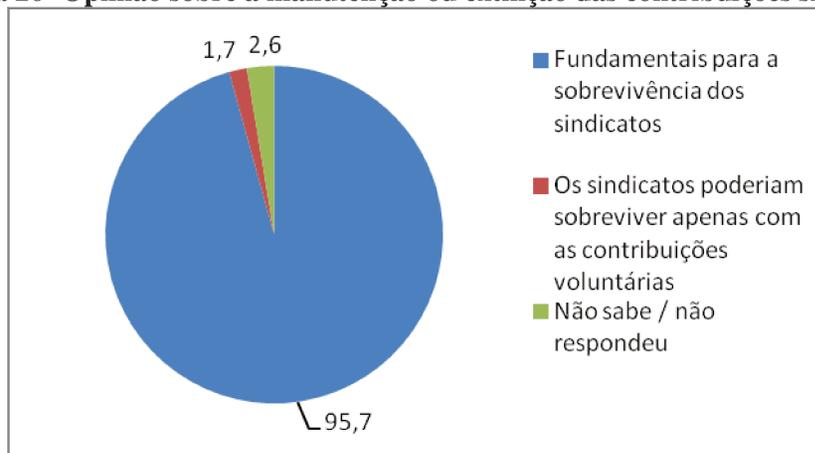
Fonte: Base de Dados da Pesquisa “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo - Quem é a UGT?” - 1ª. Plenária Nacional da UGT, 2009.

Tabela 25 – Posição em relação à sustentação dos sindicatos no Brasil através da Contribuição Sindical e confederativa e taxa assistencial (%)



Fonte: Base de Dados da Pesquisa “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo - Quem é a UGT?” - 1ª. Plenária Nacional da UGT, 2009.

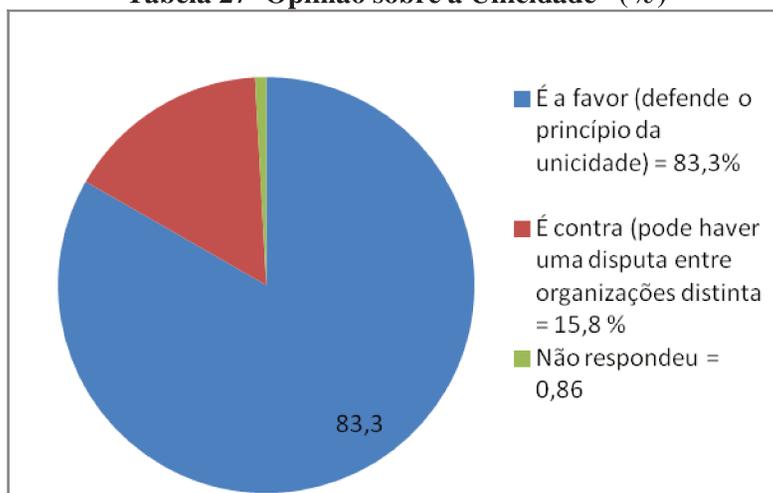
Tabela 26- Opinião sobre a manutenção ou extinção das contribuições sindicais (%)



Fonte: Base de Dados da Pesquisa "As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo - Quem é a UGT?" - 1ª. Plenária Nacional da UGT, 2009.

Sobre o princípio da unicidade sindical, 83,3% dos delegados afirmaram ser favoráveis à unicidade, enquanto 15,9% defenderam a possibilidade de ocorrer disputas entre as organizações sindicais distintas em uma mesma base territorial.

Tabela 27- Opinião sobre a Unicidade *(%)



Fonte: Base de Dados da Pesquisa "As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo - Quem é a UGT?" - 1ª. Plenária Nacional da UGT, 2009.

*Unicidade entendida como monopólio da representação sindical

Em seu segundo congresso, realizado em 2011, a UGT ratificou essas posições, agora em forma de resolução: defendem a manutenção da unicidade e da contribuição sindical e a inclusão das centrais sindicais na estrutura sindical prevista no artigo 8º da

Constituição Federal (UGT, 2011a). A pesquisa realizada pelo DIEESE nesse 2º Congresso⁴⁷ também corrobora os dados já apresentados: 95,3% dos 779 delegados que responderam o questionário são a favor da manutenção do imposto sindical e apenas 2,1% são contrários. A grande maioria, cerca de 85% dos delegados, afirmou ser favorável à unicidade sindical, enquanto 8% apoiaram a pluralidade sindical e 7% não possuíam opinião sobre o assunto.

Vicente da Silva, Secretário de tecnologia e inovação da UGT e representante da UGT em diversas comissões, apresentou a posição da central em audiência pública sobre a reforma sindical, afirmando que defendem o atual modelo sindical brasileiro porque:

a pluralidade sindical é altamente prejudicial ao movimento porque vai pulverizar. Se hoje se reconhece que há sindicatos em demasia, imagine se liberarmos a criação de sindicatos indistintamente. Isso enfraquece os sindicatos. A pluralidade foi debatida e muito na Constituição de 88, também nela havia os defensores da pluralidade, mas o movimento sindical e a sociedade questionaram e viram que a unicidade ainda é o melhor modelo de organização sindical que mantém as categorias profissionais. Porque se acabarmos com a unicidade sindical, teremos que acabar com as categorias profissionais e econômicas e isso é um conceito que nós temos desde o início do sindicalismo no Brasil (...). Por volta de 1934, por um lapso de tempo, ela (a pluralidade) vigorou no Brasil e o que aconteceu, criou-se o famoso sindicato amarelo, sindicato dominado por partidos políticos e o sindicato perdeu toda sua autenticidade e direito de defesa dos trabalhadores. Foi um fracasso total (SILVA, 2011).

Acerca do imposto sindical, Silva também reafirma a sua importância como um mecanismo de fortalecimento do movimento sindical e o destaca como um modelo avançado em relação a outros países por ser custeado pelos trabalhadores e garantir a todos assistência sindical:

A contribuição sindical é o que dá força ao movimento sindical, ela é custeada pelos trabalhadores. O movimento sindical brasileiro é um exemplo mundial, porque nós somos mantidos pelos trabalhadores, nós não temos colaboração do governo nem dos empresários, como a maioria dos outros países. (...). Se ela é compulsória, isso é uma questão de princípio. Todo imposto, toda contribuição ela se não for compulsória, não funciona, nós sabemos disso. (...) O sindicato é realmente o órgão de classe de sua categoria e ele tem que ter recursos para poder sobreviver e fazer um bom trabalho em prol da sua categoria (SILVA, 2011).

⁴⁷ Relatório Final – Perfil dos participantes do 2º. Congresso Ordinário da UGT, DIEESE, dezembro de 2011, p. 30.

Sobre a proposta do governo de criar a contribuição negocial⁴⁸, o representante da UGT afirma que

(...) O que vai acontecer se nós aprovarmos a negocial? Ela não vai nos dar segurança jurídica nenhuma. (...) Como o sindicato, sabendo que pra ele sobreviver ele precisa da contribuição negocial, qual é a condição dele de sentar na mesa com o empregador, sabendo que ele vai ter que aceitar qualquer proposta pelo empregador pra não ter que fechar o sindicato? Nos não podemos ficar nessa insegurança jurídica (SILVA, 2011).

Ressalta ainda que a estrutura sindical no Brasil é um dos melhores modelos do mundo, na opinião da UGT:

O sindicalismo brasileiro é um sindicalismo diferente dos demais países. Nos demais países só têm direito à assistência sindical os associados. No Brasil, todos têm direito à assistência sindical, têm direito aos reajustes de salário, independentemente de serem sócios ou não, têm direito a assistência jurídica, têm direito a assistência da rescisão de contrato trabalhista,⁴⁹ então, é um sindicalismo diferente, e é um modelo que nos estamos sentindo, que o mundo está querendo imitar o Brasil, porque é o melhor modelo sindical que nos temos em vigor por aí. (...) (SILVA, 2011)

Esses elementos indicam que a unicidade continua a fazer parte das concepções sindicais e tem sido alvo de importantes disputas entre as centrais sindicais brasileiras no último período. Essa disputa esteve presente na discussão de reforma sindical e trabalhista durante o governo Collor até os governos de Fernando Henrique Cardoso⁵⁰ e se intensificaram no governo Lula, com a discussão no FNT, que levou à criação do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) em defesa da estrutura sindical⁵¹. Em 2012, o debate foi

⁴⁸ Na proposta de reforma sindical encaminhada ao congresso sindical consta a extinção das contribuições confederativas e assistencial e a gradativa extinção da contribuição sindical e a sua substituição por uma contribuição de negociação coletiva, a ser cobrada também de todos os trabalhadores da base, no valor de até 1% da remuneração líquida do trabalhador no ano anterior.

⁴⁹ Apesar do reajuste salarial firmado em acordo pelo sindicato valer para toda a base da categoria representada, os serviços oferecidos de assistência jurídica e outros são usufruídos apenas pelos trabalhadores filiados ao sindicato, diferentemente do que parece dizer o depoimento do dirigente.

⁵⁰ Sobre isso, ver Galvão (2007).

⁵¹ “Criado no dia 30 de julho de 2003, por iniciativa de 288 Federações e 14 Confederações, representando cerca de 9.000 sindicatos, o Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST nasceu como resposta da Organização Sindical Brasileira às propostas do governo, no Fórum Nacional do Trabalho – FNT, contra a unicidade sindical, contra as conquistas e direitos dos trabalhadores. Uma resposta que ocorreu, essencialmente, devido ao alijamento das confederações, federações e sindicatos da participação no FNT.” Disponível em: <http://fst sindical.com.br/historia>, consultado em 09 de janeiro de 2014. Esse fórum é composto pelas seguintes

retomado devido à iniciativa da CUT de realizar um plebiscito pelo fim do imposto sindical e em prol da criação da contribuição negocial. O FST divulgou sua posição contrária a esse plebiscito:

O Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST, dentro da Campanha Nacional em Defesa da CLT (...) dará resposta a essa iniciativa isolada da CUT, que não representa a totalidade do movimento sindical brasileiro. Precisamos da ajuda e participação do movimento sindical brasileiro, contrários a essa irresponsabilidade, que ameaça o sistema Confederativo e principalmente os sindicatos, que são a base do sindicalismo nacional.

A realidade que vivemos no Brasil é outra, e não podemos admitir, portanto, sermos cobaias de modelos e teses importadas de países com realidade diferente da nossa, que passaram por essa experiência frustrante. Não podemos admitir que os sindicatos fiquem sem arrecadação que é garantida pela Lei e pela Constituição Federal; tornando-se refém do empresariado, que nega-a dentro da negociação, a data base, índices de reajustes de reposição de perdas salariais e da inflação⁵² (FST).

Somando-se a essa iniciativa, a UGT disponibilizou em seu site um documento que discute sua posição sobre o financiamento público dos sindicatos no Brasil⁵³. Nesse documento, a UGT ressalta como fundamental a “ação reguladora do Estado brasileiro para a construção da ação coletiva dos trabalhadores organizados em sindicatos.” Segundo o documento, eliminar ou diminuir o papel do Estado é diminuir a capacidade de ação dos sindicatos, minando a sua base de recursos essenciais. A pluralidade seria, portanto, um argumento neoliberal, daqueles que defendem o enxugamento do Estado⁵⁴:

A principal estratégia utilizada por governos e empresas identificados com o fundamentalismo de mercado na Europa e nos EUA foi a quebra da unidade de representação dos trabalhadores em processos de barganha coletiva, incentivando a fragmentação da estrutura de representação dos trabalhadores. Foi o neoliberalismo sindical, o mercado deveria pautar a ação sindical, paradoxalmente defendido por segmentos do sindicalismo autodenominados de esquerda. Na prática se consuma na proposta de eliminação da unicidade sindical (UGT, 2012).

centrais sindicais: Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, Central Sindical dos Profissionais – CSP e União Geral dos Trabalhadores – UGT.

⁵² <http://fstindical.com.br/sindicalismo-brasileiro-ameacado>

⁵³ Disponível em:

<http://www.ugt.org.br/images/noticiasimg/Documento%20para%20discuss%C3%A3o%20sobre%20a%20Contribui%C3%A7%C3%A3o%20Sindical.pdf>. Consultado pela última vez em 24 de agosto de 2012.

⁵⁴ Essa posição é defendida também por Altamiro Borges em BORGES (2004).

O mesmo argumento foi utilizado pelo Secretário Geral da UGT, Canindé Pegado, para explicar porque a UGT é contrária à convenção 87 da OIT:

nós temos a convicção de que a unicidade sindical fortalece mais a organização sindical (...). Então por isso que a gente é contra a convenção 87. Na verdade a convenção 87 da OIT é uma das convenções fundamentais da OIT, ela não foi ratificada pelo Brasil, assim como não foi ratificada entre os Estados Unidos, que defende a convenção 87. Então ela não é uma unanimidade. Então tem (...) até países de governos totalitários mesmo que celebraram a ratificação da convenção 87 justamente pra diminuir o poder de força do sindicato. E se você puxa pela história, essa convenção 87 da OIT surgiu justamente no período pós-guerra (...). Ela veio para poder diminuir a força dos trabalhadores em um momento em que eles estavam precisando ter mais organização. (...) E isso não impede hoje, pela legislação atual, de haver dissociação de representação de categoria, desmembramento de base, de município, territorial. Isso não impede. Hoje acontece isso, com convenção ou sem convenção 87 (NASCIMENTO, 2012).

Da mesma maneira, a UGT entende que as propostas de mudanças na estrutura sindical atendem a interesses corporativistas de um segmento específico. Essas mudanças reforçariam a dualidade entre trabalhadores do setor público e do setor privado, o que reduz a capacidade de ação das categorias de trabalhadores menos organizados (NASCIMENTO, 2012).

As críticas à quebra da unicidade sindical e à mudança no financiamento das organizações sindicais parece uma acusação direta à CUT, principal central a endossar a proposta do governo e que tem em sua base uma maioria de funcionalismo público, em contraste com a base das demais centrais⁵⁵. Além disso, essa posição da CUT seria reforçada por sua vinculação com o partido no governo: “Coincidentemente, a central sindical que hoje se mobiliza contra a contribuição sindical é também a central mais umbilicalmente vinculada ao governo” (NASCIMENTO, 2012).

O documento da UGT ainda aponta como crítica às propostas de mudança na estrutura sindical o atrelamento do movimento sindical a partidos políticos, “especialmente nas circunstâncias em que tais partidos logram conquistar governos”. É nesse sentido que a

⁵⁵ Embora o funcionalismo público não seja legalmente proibido de cobrar o imposto sindical, já que a justiça entende que a Constituição de 1988 pode ser aplicada a todas as categorias, devido à proibição da organização sindical desse setor no período que precede essa constituição, ainda hoje alguns sindicatos de funcionários públicos sobrevivem sem esse imposto.

posição da UGT em relação à estrutura sindical será usada para reforçar seu discurso de pluralismo político e autonomia em relação ao Estado:

O aumento da legitimidade da representação sindical possui duas premissas essenciais. A primeira é a possibilidade de diversidade na representação dos interesses com espaço para centrais que optam pela relativa autonomia do movimento sindical em relação a partidos e a governos. O movimento sindical brasileiro não deve ser prisioneiro de sectarismos políticos ideológicos, ele deve ser aberto, variado e capaz de representar diferentes segmentos da complexa e multifacetada sociedade brasileira. Neste sentido, foi positivo lograr que o Estado incorporasse a possibilidade de várias organizações centrais de trabalhadores (UGT, 2012).

Esse discurso de autonomia que parece contradizer a defesa da tutela do Estado na regulação dos direitos sindicais é explicado pela UGT como resultado de uma luta dos trabalhadores, na contramão do Estado Mínimo neoliberal:

O papel do Estado na regulação das atividades sindicais não traduz uma relação de subordinação dos sindicatos ao Estado. O Estado condensa uma relação de forças entre diferentes classes sociais, além de possuir autonomia relativa que o permite arbitrar relações entre capital e trabalho.⁵⁶ A legislação em prol do financiamento das organizações sindicais dos trabalhadores não é necessariamente uma subordinação aos interesses do governo. Ela pode refletir, como as políticas sociais em favor dos trabalhadores, uma expressão dos interesses desta classe. Em outros termos, há uma diferença marcante entre a presença no Estado como resultado das lutas sociais e a subordinação ao Estado (UGT, 2012).

Em entrevista concedida ao Jornal Valor econômico⁵⁷, o presidente da UGT, Ricardo Patah, explica que o recebimento do imposto sindical ajuda o movimento sindical a ir além dos benefícios em convenções coletivas na medida em que possibilita ampliar a atuação em políticas públicas e outras políticas que não estão estritamente ligadas à relação capital-trabalho. Ele explicou que 40% do montante do imposto sindical repassado à UGT

⁵⁶ A posição da UGT parece se inspirar na concepção de Estado defendida por Nicos Poulantzas, em “O Estado, o poder, o socialismo”: “O Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca mas, como aliás é o caso do ‘capital’, como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre as classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado” (POULANTZAS, 2000, p.130).

⁵⁷ “CUT perde espaço no repasse do imposto sindical”, Valor Econômico, 20 de junho de 2012, por Carlos Giffoni.

em 2011 (R\$ 21,6 milhões no total) se destinam às diretorias regionais, 20% a atividades de qualificação, 20% para quitar despesas administrativas, como o pagamento do aluguel da sede da central (R\$ 80 mil) e a folha de pagamentos (R\$ 157 mil), e outros 20% à promoção de eventos, como no dia da consciência negra.

Em outra entrevista⁵⁸, Patah também reafirmou a legitimidade da contribuição sindical para a realização de campanhas a favor do emprego e para acabar com a informalidade. Segundo ele “há um amadurecimento do movimento sindical brasileiro, que não é só de fazer greve, mas também de diálogo.” Ele acredita que a substituição do imposto sindical pela contribuição negocial (votada em assembleia a partir das conquistas de cada base durante a campanha salarial) deixaria muitos sindicatos vulneráveis à oposição das empresas. "O imposto sindical não sofre nenhuma pressão", argumenta Patah.

Reforçando o argumento já apresentado, o Secretário Geral da UGT afirma que os empresários prefeririam ter o sindicato ou a organização sindical sem poder financeiro para poder fazer o enfrentamento. Mas diz que apesar dessa ser uma formulação defendida pela central, há setores que participaram da criação da UGT que têm uma visão diferente em relação a esse tema. A entrevista com o vice-presidente Laerte Teixeira da Costa, ex-dirigente da CAT, explicita essa visão mais flexível em relação à estrutura sindical:

Eu acho que nós precisávamos evoluir nisso, entende? Eu acho que a unicidade deveria ser flexibilizada, já foi flexibilizada na cúpula, nas centrais, não existe só uma central. Já há alguma flexibilização por força de decisões do tribunal superior do trabalho em termos de Confederações, (...) Mas nós temos que ter outras mudanças... Hoje é muito difícil, por exemplo, tirar a contribuição sindical, não por causa da contribuição sindical em si, mas pelo costume, porque é um hábito de 70 anos (...). Então chega no mês de março, tira um dia de trabalho do trabalhador e ele já sabe(...). Agora, se você falar com ele, não vai tirar mais, mas você paga direto lá no sindicato, ele não paga mais porque nós não criamos essa tradição associativista no Brasil. Então fica muito difícil, se tirar, e hoje o imposto sindical, antigo imposto sindical, hoje contribuição sindical, ele é mais útil para os patrões do que para os trabalhadores.(...)” Como é possível manter um prédio daquele da FIESP, por exemplo, em plena avenida paulista, como é que mantêm um prédio daquele, a não ser através da contribuição sindical? (COSTA, 2012)

⁵⁸ “Entidades defendem a manutenção da verba” 19 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.gestaosindical.com.br/entidades-defendem-manutencao-verba.aspx>

A existência de divergências internas, apesar de bastante minoritárias, no caso da UGT - como pudemos observar através dos dados das pesquisas realizadas -, é comum a diferentes centrais. Nesse caso específico, uma posição como a de Laerte, apesar de destoar do discurso geral de defesa mais intransigente da unicidade e do imposto sindical, como direitos que fortalecem o sindicalismo, parece se basear na ideia de uma “evolução”, de uma “modernização” das relações de trabalho, conforme defendida pelos demais setores que compõem a central no que diz respeito às mudanças no âmbito da legislação trabalhista. Parece assim que a posição de Laerte não deixa de ser coerente com o que poderia ser identificado como um projeto mais geral da central e, ainda, representou uma concessão necessária para a manutenção da unidade de uma organização que, desde sua criação, combina unicidade sindical com pluralismo político.

3.3) Participação institucional

Retomando a discussão acerca dos espaços institucionais, esses espaços de participação e diálogo social, conforme já discutido no capítulo 1, ganharam nova dimensão, maior amplitude e importância no Governo Lula tanto do ponto de vista do governo como do próprio movimento sindical. No entanto, há diferentes entendimentos a respeito da potencialidade desses espaços.

A UGT, apesar de compartilhar com outras centrais a visão de representação dos cidadãos e não mais de uma classe, de concordar e incentivar a atuação dos sindicatos na prestação de serviços, investe menos nessa prática se comparada a outras centrais. Isso porque a CUT, além da política de qualificação, através de parcerias com o Banco do Brasil e Petrobrás com recursos do FAT, investe também nas políticas de geração de trabalho e renda através do fomento à economia solidária, ao empreendedorismo e à intermediação de mão de obra⁵⁹. Do mesmo modo, a Força Sindical tem como forte propaganda o Centro de

⁵⁹A CUT criou em 1999 a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) para promover políticas de economia solidária para a geração de trabalho e renda. Em 1997 fundou a UNISOLI, agência de viagens e turismo, que funciona como ente da CUT, e criou a escola de turismo e hotelaria Canto da Ilha. Além disso, houve a tentativa de consolidar centros de intermediação de mão de obra e a criação de cursos de qualificação profissional vinculados às escolas sindicais da central.

Solidariedade ao Trabalhador, para intermediação de mão de obra. Já a UGT, ao invés de uma política mais geral de oferta de serviço aos cidadãos, desenvolve atuação no campo da qualificação profissional, mas parece restringir a oferta de serviços aos seus sindicatos filiados. A central parece organizar-se mais para a atuação nos organismos tripartites e para a ampliação desses espaços do que na prestação de serviços, para influenciar e construir lobbies junto ao Congresso Nacional do que construir organismos próprios. Um exemplo é o próprio Instituto de Altos Estudos da UGT, deliberado no segundo congresso da central e já em atividade, que tem como principal foco o apoio técnico à formulação de estratégias e entendimentos sobre relações de emprego e trabalho, além de “contribuir com a formulação de políticas públicas e com projetos e estratégias de desenvolvimento do país, coerente com as características de uma organização identificada com a produção de conhecimento e reflexão que contribuam para a defesa dos interesses dos trabalhadores”⁶⁰. O instituto não está voltado, portanto, nem para a qualificação profissional, nem para a execução de políticas públicas, mas destina-se principalmente a consolidar uma espécie de consultoria, de apoio, à participação institucional.

Como destacou o Secretário Geral da UGT, Canindé Pegado, logo após o reconhecimento das centrais a UGT já assume a participação nos espaços tripartites e fóruns propostos pelo governo:

Então a UGT passou a compor de imediato os conselhos da nação, os grupos de trabalho, a participar em igualdade de condições com a CUT, com a Força Sindical, nas discussões com o governo, e isso facilitou então os entendimentos com o governo e com os outros poderes também. Então, ficaram somente, desse grupo de dezoito centrais sindicais, ficaram só seis, que passaram por esses critérios de representatividade da lei, então o entendimento ficou mais fácil de ser costurado com os poderes constituídos. (NASCIMENTO, 2013)

A UGT participou tanto do FNT por meio das centrais sindicais que a formaram como também desde o início, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Sobre a participação neste conselho, o vice-presidente Laerte, representante da UGT, faz um balanço positivo especialmente durante o governo Lula:

⁶⁰ Disponível em <http://www.ugt.org.br/upload/iae/img2-Instituto-de-Altos-Estudos-da-UGT---Objeto-6254.pdf>, consultado em 15 de janeiro de 2014

No tempo do Lula ele [CDES] foi importante, nós trabalhamos algumas leis, tivemos alguns progressos, previdência social melhorou... não sei se melhorou, mas pelo menos tiveram algumas modificações pontuais importantes. A lei de falências, a desburocratização, ainda não está boa, mas deu um avanço na desburocratização do financiamento de casas... O programa Nossa Casa é fruto dessa evolução (COSTA, 2013).

Além disso, a Central também participa do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Conselho Curador do FGTS, Conselho Nacional da Previdência Social, Conselho Nacional de Imigração, Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social, Conselho Nacional da Juventude e Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. A UGT reivindica ainda a autonomia do Banco central combinada com uma política de controle social a partir da democratização do Conselho Monetário Nacional, que deveria contar com “representantes sindicais e representantes dos setores produtivos”, além da participação desses mesmos setores no comitê de política Monetária (Copom) (UGT, 2011, p. 40).

A UGT possui também uma participação grande em órgãos internacionais, com representação no Conselho de Administração da OIT, na Confederação Sindical Internacional – CSI, Confederação Sindical das Américas – CSA, enquanto Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul–CCSCS, participando também do Fórum Consultivo Econômico Social do Mercosul, do Conselho dos Trabalhadores do Cone Sul, da Comissão Sócio-Laboral do Mercosul, da Comissão Nacional Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho e do Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul.

Como podemos perceber na fala dos dirigentes, e mesmo a partir das resoluções do congresso da Central, a participação nesses organismos, fóruns e conselhos é entendida como parte do papel cidadão do sindicalismo em construir junto ao governo e aos empresários o desenvolvimento. Nesse sentido, colocam-se lado a lado e no mesmo campo que os patrões, vistos como “produtores”.

A particularidade da atuação da UGT parece estar relacionada a diferentes aspectos. O primeiro e mais importante é o do momento de sua criação. Diferentemente das políticas assumidas pela CUT e FS a partir dos anos 1990, que respondiam a um momento de forte desemprego, a UGT foi criada em momento mais estável da economia e durante um governo mais favorável à ampliação da participação institucional. Nesse contexto,

enquanto as demais centrais tentavam através dessa política recuperar sua base sindical industrial e/ou do funcionalismo público, afetada pelas políticas neoliberais, a UGT procura atuar justamente nos setores econômicos que mais cresceram nas últimas décadas: serviços e comércio. Por fim, essa estratégia da participação e do diálogo social converge com as diretrizes dos organismos internacionais e com as relações políticas que a central estabelece – além de que algumas preocupações não econômicas, ou sociais, são incentivadas por meio da atuação em organizações não governamentais e “movimentos comunitários”.

Em relação a esse último aspecto, a UGT reconhece a existência da “organização de moradores de bairro e favelas do Brasil” e convidou diversas ONGs a participarem de seu segundo congresso. Estas organizações e movimentos teriam a tarefa de contribuir para a diminuição do cenário de injustiça social, ampliando as condições de geração de trabalho e renda, e, com isso, contribuir para a construção de seu projeto de sindicalismo cidadão, ético e inovador. Um setor importante também parece ser o de movimentos religiosos⁶¹. A UGT defende ainda o desenvolvimento do protagonismo desses movimentos através da inclusão social pela via do empreendedorismo (UGT, 2011b, p. 170-172). Ainda no âmbito dessas articulações, a UGT do Estado de São Paulo tem sido uma importante impulsionadora do “Movimento Nós Podemos”. Esse movimento é uma iniciativa “da sociedade civil, composta por empresas, governos e organizações”, que tem como objetivo promover ações para que o Brasil consiga atingir até 2015 os 08 objetivos do Milênio⁶²:

1. Acabar com a fome e a miséria;
2. Garantir educação básica de qualidade para todos;
3. Promover a igualdade entre os sexos e a valorização da mulher;
4. Reduzir a mortalidade infantil;

⁶¹ Com relação à participação em movimentos, no questionário aplicado pelo DIEESE, a maior parte dos respondentes – cerca de 40% – declarou participar de movimentos religiosos. Em seguida, citados por aproximadamente 30%, foram registrados os movimentos comunitários. Movimentos esportivos foram mencionados por 17%; e de idosos e/ou aposentados, por 12%.

⁶² “O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade é um movimento de voluntários APARTIDÁRIO, ECUMÊNICO e PLURAL da nação brasileira que visa ao alcance dos ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil. Foi criado em 2004 para conscientizar e mobilizar a sociedade civil e os governos para o alcance, até 2015, dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos em 2000 pela Organização das Nações Unidas (ONU) em conjunto com 191 países”. Disponível em: <http://www.nospodemos.org.br/o-movimento>, consultado em 15 de janeiro de 2014.

5. Melhorar a saúde das gestantes;
6. Combater a AIDS, a malária e outras doenças;
7. Promover a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente;
8. Ter todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

3.4) Relação com os governos e partidos políticos

O princípio de independência e a defesa do pluralismo são as principais marcas do discurso da UGT em relação aos governos e partidos políticos. A esse discurso que se pretende isento de ideologia, soma-se uma prática de constante parceria que abrange um espectro político razoavelmente amplo, como mostraremos em seguida. Desde sua criação, a UGT nunca se apresentou como oposição, nem teceu críticas profundas a nenhum governo.

No caso do governo federal, seus dirigentes reconhecem e ressaltam os avanços:

Nós tivemos a oportunidade, por exemplo, de celebrar aquele pacto, pacto não, o protocolo de intenções com o governo, de reajuste do salário mínimo e das aposentadorias dos aposentados e pensionistas, baseados também naquele critério do crescimento do PIB, mais a inflação(...) Nesse acordo (...) nós conseguimos trazer a correção das aposentadorias e pensões, que era no mês de maio, nós trouxemos de maio para abril, março, fevereiro, até chegar em janeiro, que já está acontecendo agora, o reajuste. Conseguimos fazer com que os aposentados e pensionistas recebessem o 13º salário, repartido 50% em cada semestre, e antes era uma vez só, então agora já ficou diferenciado. Quer dizer, isso porque as centrais, aí sim legítimas, com a quantidade de sindicatos muito expressivos, de filiados às centrais sindicais, tinham realmente muito mais força e condição pra dialogar (NASCIMENTO, 2013).

Além dos conselhos, a UGT teve participação ativa e foi uma importante articuladora das negociações do conjunto das centrais sindicais com o governo Lula. Uma das primeiras negociações importantes foi realizada na conjuntura de crise econômica, em que acordos foram firmados em alguns setores para a suspensão de alguns direitos com o

objetivo de manter a produtividade e a promessa de não haver demissões. (GALVÃO, 2010)⁶³.

Diante dessas experiências, a UGT expressa uma visão predominantemente positiva dos governos do PT, ressaltando especialmente a lei de reconhecimento das centrais, a política de aumento do salário mínimo e a postura de abertura para o diálogo nos governos de Lula.

Então, eu acho que o Lula teve essa capacidade por ser sindicalista e porque também fez um trabalho que foi importante na época, que foi, por exemplo, o resgate do salário mínimo, a política de salário mínimo do Lula foi feita junto com as centrais, trabalhada com as centrais, e, aí, o salário mínimo aumentava todo ano acima da inflação.(...) Era um ganho fantástico para as pessoas que estavam aposentadas, para os pobres que ganhavam um salário mínimo só, na previdência social. Esse trabalho do Lula foi um trabalho feito junto com as centrais e a fórmula do salário mínimo até hoje é a mesma fórmula (COSTA, 2013).

No entanto, ressaltam especialmente em relação a esse último item, a diferença de tratamento que o sindicalismo recebeu no Governo Dilma:

O Lula chegava e ele reunia sistematicamente as centrais sindicais, e chamava uns cinco seis ministros, (...) e o Lula era quem conduzia a reunião (NASCIMENTO, 2013).

Ela [Dilma] teve coisas que ela deu importância e outras que ela não deu. Por exemplo, ela não deu importância pro conselho do desenvolvimento econômico e social. O Lula deu muito, nós tivemos cinquenta e tantas reuniões do conselho e o Lula compareceu em 47. A Dilma só compareceu agora quando a coisa apertou, das manifestações. Deixava funcionar, que foi uma criação do Lula, ela não quis mexer (...). Então ela, eu acho que ela tem um vício de origem que é essa parte do diálogo, (...) a gente acha que ela quer acertar, mas o diálogo dela com os sindicatos diminuiu logo que ela entrou e agora aumentou novamente, aumentou por duas razões. Uma a das manifestações e outra, as eleições que estão chegando (COSTA, 2013).

⁶³ O Manifesto contra a crise é assinado em 26 de janeiro de 2009 pela UGT, CTB, FAESP, FECOMERCIO, FIESP, FS e NCST. Tem como principais propostas a diminuição das taxas de juros, maior periodicidade das reuniões e ampliação dos membros do Copom e redução dos spreads bancários. Sobre isso, ver boletim de informações internacionais, ano II, no. 14, da UGT, disponível em: <http://www.ugt.org.br/upload/ugtglobal/img2-UGT-GLOBAL-14-2009-5868.pdf>

A avaliação positiva do mandato de Dilma aparece principalmente na manutenção das conquistas do período de Lula, e apesar da presidenta ser criticada pelas dificuldades de diálogo durante seu mandato, isso parece ter se alterado a partir de 2013:

Agora no dia 06 de março, no dia de nossa marcha, que ela recebeu as centrais sindicais, entregamos nosso documento e ela dialogou muito conosco. Na reunião anterior que a gente tinha pedido pra que ela acabasse com o desconto de imposto de renda na PLR, na participação dos resultados, fizemos essa reivindicação e na verdade ela atendeu, acabou, até seis mil reais hoje é isento de imposto de renda. Quer dizer, então tem funcionado.(...) Na última reunião agora que nós fomos ela na hora inclusive assinou um decreto de internalização da convenção da OIT, que é aquela convenção de interesse dos servidores públicos, de negociação, direito de greve, essas coisas todas aí, o que permite que o congresso nacional agora realmente trate da discussão da ratificação da convenção 151 (NASCIMENTO, 2013).

A discussão sobre a autonomia reaparece marcada por uma postura também de conciliação, apaziguamento de conflitos e de estabelecimento de relações amigáveis com diferentes atores políticos.

A UGT é plural, temos pessoas de todos os partidos. Então, quando o governo acerta, nós apoiamos. Quando o governo erra, criticamos. Somos ferozes contra a política monetária do governo, contra a desoneração da folha de pagamento sem contrapartida, contra os juros elevados. Temos críticas e, ao mesmo tempo, valorizamos a presidente Dilma quando ela tem projetos para tirar milhões de pessoas da miséria, tem projetos para inclusão social, contra a discriminação e a violência contra a mulher. A relação institucional da UGT é de respeito, mas é uma relação não adesista, não chapa-branca (PATAH, 2013).

Assim como evitam as críticas ao governo federal, tentam estabelecer boas relações com um leque amplo de governos e partidos políticos. Durante as manifestações ocorridas em junho de 2013, o presidente da UGT pronunciou-se em defesa da presidenta Dilma e dos avanços de seu governo, inclusive seus dirigentes afirmam que a postura de Dilma foi de “ouvir o clamor das ruas” com as propostas que apresentou em resposta às manifestações.⁶⁴ Ao mesmo tempo, os dirigentes da UGT desenvolvem uma colaboração

⁶⁴O Presidente da UGT, Ricardo Patah, afirma que as centrais sindicais não defendem um “fora Dilma”, mas apenas um “se liga Dilma” e que a manifestação das centrais não representa uma greve geral. Publicado no jornal Estadão, em 11 de julho de 2013, disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ugt-nao-queremos-fora-dilma-mas-um-se-liga-dilma,1052423,0.htm>

importante com o governo do Estado de São Paulo, com quem realizam atividades em parceria, além da colaboração direta na gestão através do deputado David Zaia, vice-presidente da UGT, que foi secretário de relações de trabalho e secretário de gestão pública durante o atual mandato do governador Geraldo Alckmin.

Em suas resoluções, a UGT afirma que “se tornou uma central sindical que – mantendo e valorizando seu caráter democrático e pluripartidário – soube manter-se de forma independente, livre e autônoma de governos e partidos, na defesa dos trabalhadores”. Ressalta ainda que “não pertence a nenhum partido, mas que todos os partidos estão dentro da UGT”. Contudo, a partir de algumas de suas posições e até mesmo da filiação partidária de seus dirigentes, é possível perceber uma afinidade da central com determinados partidos políticos.

Com a proximidade das eleições presidenciais de 2010, as centrais sindicais CUT, FS, CGTB, CTB, NCST realizaram um grande evento denominado “CONCLAT: Congresso da Classe Trabalhadora”⁶⁵ para aprovar conjuntamente uma plataforma a ser apresentada aos candidatos à presidência da república. Nessa oportunidade, não só a UGT não participou, como seu presidente se pronunciou criticando o fato de as centrais terem gastado quase 800 milhões para reproduzir o slogan do governo (“é preciso impedir o retrocesso”) e “adotar tom eleitoral e o discurso repetido por petistas contra o governo tucano de Fernando Henrique Cardoso”.⁶⁶ No entanto, Patah, ao explicar a posição “neutra” da UGT nas eleições, disse que “Lula foi o melhor presidente da história do Brasil, mas não posso atravessar a opinião das bases”⁶⁷. A pluralidade de opiniões na própria cúpula da UGT a respeito de qual seria o candidato à presidência apoiado pela central foi ressaltada por todos os entrevistados e foi o que levou a UGT a não adotar uma posição unificada com

⁶⁵ Fazendo referência assim à CONCLAT de 1981, que à época discutia a criação de uma central sindical unitária

⁶⁶“Centrais gastam R\$ 800 mil em ato para criticar o PSDB”, disponível no blog de Patah: <http://blogdopatah.blogspot.com.br/>

⁶⁷ “UGT atrai sindicalistas avessos ao lulismo”, Valor Econômico, 27 de fevereiro de 2010. Apesar desse discurso e a despeito da neutralidade da central, a pesquisa realizada sobre o perfil da base da central demonstra que a maioria dos delegados da central votaram no PT nas eleições de 2006 e 2010, como veremos adiante.

as demais centrais naquele momento. Ao que parece, essa mesma posição vai ser mantida nas eleições de 2014.

A constante presença de Serra nos eventos da UGT desde sua criação, e o apoio dado por alguns dos dirigentes da UGT aos candidatos José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV) nas eleições de 2010 ajudam a evidenciar o espectro-político ideológico no qual se situa a UGT. É preciso considerar também que a UGT foi criada a partir da fusão de centrais que defendiam na década de 90 o presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

As preferências político-ideológicas da central ficam evidentes na filiação partidária de seus principais dirigentes, muitos dos quais também são deputados. Isso porque a UGT aprovou em seu estatuto que os deputados e senadores eleitos que sejam de entidades filiadas à UGT, tornam-se vice-presidentes enquanto durar o cargo partidário. Dos vice-presidentes nomeados quando do surgimento da UGT, Antonio Carlos dos Reis, o Salim, foi Deputado Federal pelo DEM e atualmente é vice-prefeito de Carapicuíba (SP) e presidente do DEM na cidade. Outros vice-presidentes que se destacam são: David Zaia, que foi secretário do Trabalho do Estado de São Paulo e presidente do PPS no estado e também Roberto Santiago, Deputado Federal pelo PV de SP.

A seguir elaboramos uma tabela com o conjunto dos vice-presidentes e suas respectivas atuações:

Tabela 28— Informações sindicais e partidárias dos vice-presidentes da UGT

Vice-Presidente	Profissão e Atuação Sindical	Cargo partidário	Filiações Partidárias
Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo (A)	Jornalista e radialista, foi presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade (Contoop). Ministro do Tribunal Superior do Trabalho - TST de 1992 a 2000, Conselheiro Titular da Bancada dos Trabalhadores - UGT, no Conselho Curador do FGTS;		
Lourenço Ferreira do Prado (B)	Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec);		
José Roberto Santiago Gomes (C)	Comerciante, ex - Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Serviços de Aseio, Conservação e Limpeza Urbana, atual Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Serviços de Aseio e Conservação Ambiental, Urbana e Áreas Verdes no Estado de São Paulo. Foi Vice-Presidente Nacional da Social Democracia Sindical (SDS) e Conselheiro do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. Atualmente é Presidente da Fundacentro e superintendente do INSS/SP	Deputado federal pelo PSD(SP, foi filiado ao PV até 2011)	PV, 2005-2011; PSD, 2011-
David Zaia (D)	Foi Presidente do Sindicato dos Bancários de Campinas, Presidente da Federação dos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Foi secretário de emprego e relações do trabalho do Estado de SP e deixou a pasta para assumir a Secretaria de gestão pública em 03/2012.	Deputado estadual de SP pelo PPS	
Severino Ramos de Santana (E)	Comerciante, vice-presidente da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Norte e Nordeste (Feconeste), presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio do Recife, que tem a maior representatividade do Norte-Nordeste de trabalhadores no comércio, com aproximadamente 100 mil comerciantes na Região Metropolitana.	Deputado estadual de PE pelo PMN	
Roberto Alves de Lucena (F)	Teólogo e pastor, líder nacional da Igreja "O Brasil Para Cristo", do CNPB – Conselho Nacional dos Pastores do Brasil, do FENASP – Fórum Cristão Nacional de Ação Social e Política, e de "movimentos cristãos que combatem a pedofilia, o infanticídio, a violência doméstica, a violência sexual, a legalização das drogas e do aborto."	Deputado estadual de SP pelo PV	PV, 2009-
Edson Cunha de Araújo (G)	Engenheiro de pesca, diretor operacional da Cooperativa de Pescadores Artesanais do Maranhão	Deputado estadual do MA pelo PSL	
Ademir Camilo Prates Rodrigues (H)	Médico e advogado	Deputado federal pelo PSD/MG	PSDB, 1991-1997; PPS, 1997-2005; PL, 2005; PDT, 2005-2011; PSD, 2011-
João Eduardo Dado Leite (I)	Agente Fiscal de Renda; Presidente, AFRESP, 1988-2000; Fundador e Presidente, SINAFFRESP, 1989; Diretor, FESPESP, 1990; Fundador e Presidente, FEBRAPITE, 1992; Fundador e Presidente, CIEFAS, 1992; Fundador e Vice-Presidente, SESPESP, 1994; Fundador e Presidente, FUNDARESP, 1995.	Deputado federal pelo SDD (filhado ao PDT até 2013)	PMDB, 1994-1996; PSDC, 1999-2000; PMDB, 2000-2001; PDT, 2001-2013; SDD, 2013-
Gilberto Rodrigues Dourado (J)	Empresário, foi diretor de finanças da Fenatel (Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações) e atual vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações no Estado de São Paulo	candidato a deputado estadual de SP em 2010 pelo PDT, não eleito.	PDT, 2004 -

Fontes:

- (A) <http://www.sincab.org/index.php/sincab/diretoria/diretor-de-relacoes-internacionais>
- (B) <http://www.ugt.org.br/index.php/post/5505-UGT-Contec-entregam-pauta-salarial-dos-bancarios-a--Fenaban>
- (C) http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=141473
- (D) <http://www.sindasp.org.br/Pagina.aspx?IdNoticia=1670>
- (E) <http://ramosfeetrabalho.blogspot.com.br/p/noticias.html>
- (F) <http://www.robertodelucena.com.br/v2/>
- (G) <http://www.robertodelucena.com.br/v2/>
- (H) <http://www.ademircamilo.com.br/biografia.php>;
http://www.camara.leg.br/internet/Deputado/dep_Detalhe.asp?id=133374
- (I) http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=73682;
http://www.joaodado.com.br/quem_sou.aspx
- (J) <http://sintetel.org/novo/diretores.php>; http://www.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/index.php?page=pol_det&cand=109345

Obs: Os campos não preenchidos correspondem às informações às quais não tivemos acesso.

Em 2010, José Moacys Pereira, secretário de finanças da UGT, revelou que estava sendo discutida a formação de um partido da UGT⁶⁸. Porém, em setembro de 2011, o Presidente da UGT e outros dirigentes sindicais anunciaram sua filiação ao Partido Social Democrata (PSD), partido liderado por Kassab e recém-criado. Segundo divulgação da imprensa, Kassab teria oferecido a Patah um cargo na executiva nacional do partido e a gestão de 50% dos recursos do partido destinados a cursos de formação, relação com movimentos e atividades de trabalhadores⁶⁹.

Podemos perceber que, ao menos na cúpula da central, há uma explícita identificação com partidos da ala mais conservadora do país, mantendo, ao menos no nível do discurso, uma oposição aos setores que se reivindicam de esquerda, ligados ao PT. Este partido, tradicionalmente ligado à CUT, conseguiu, durante seu governo, atrair também o apoio da maior parte das centrais, especialmente a Força Sindical, que historicamente fazia oposição ao PT e que passou a compor o governo de Lula no segundo mandato, quando Medeiros assume o posto de secretário de relações de trabalho do Ministério do Trabalho, em 2007⁷⁰.

Entendemos que essa identificação é coerente com a origem dessa central, já discutida no primeiro capítulo, e também com suas posições políticas, marcadas pela tentativa de diferenciação em relação ao PT e às centrais que defendem esse governo. No

⁶⁸ Revista da UGT, n. 4 julho de 2010.

⁶⁹ "PSD filia o presidente da 3ª. Central sindical. In: Valor econômico de 13 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/1004734/psd-filia-o-presidente-da-3%C2%AA-central-sindical> ; "Terceira Maior central sindical administrará 50% dos recursos do PSD", 13 de setembro de 2011. disponível em: <http://oglobo.globo.com/politica/terceira-maior-central-sindical-administrara-50-dos-recursos-do-psd-2698954>

⁷⁰ "Os partidos conservadores devem ser definidos de acordo com suas posições programáticas, já que o conservadorismo muda ao longo do tempo, mas é possível identifica-lo de acordo com as posições que assume. "Nos anos 90, o âmbito mais importante que define a agenda conservadora, tem sido o papel de estados e mercados. Os conservadores em geral, sustentam posições pró-mercado, são mais abertos ao capital estrangeiro e mais favoráveis ao enxugamento do Estado. Eles fizeram oposição a muitas medidas estatísticas da constituição de 1988, apoiaram a agenda neoliberal do Presidente Fernando Collor (1990-1992) e conferiram o mais consistente apoio às reformas econômicas do presidente Fernando Henrique Cardoso. Apesar de terem diminuído nos anos 90 as diferenças entre a política econômica proposta pelos conservadores e os outros partidos, o que diferencia os partidos da direita e de centro dos demais é a defesa do predomínio do crescimento econômico sobre a distribuição, além da defesa da reforma do Estado e do enxugamento estatal, a redução dos gastos públicos e a privatização" (Mainwaring, Meneguello, Power; 2000, p. 34)

entanto, essa diferenciação não representa uma crítica aberta e sistemática, uma oposição firme ao governo, mas sim uma roupagem de neutralidade e pluralidade que permite a esse sindicalismo dialogar e ganhar setores que tenham ou não simpatia pelo governo – e se posicionar conforme parecer mais conveniente no momento.

O atual cenário de disputa em torno das eleições de 2014 parece ilustrar essa aproximação pragmática a determinados governos e a pluralidade como uma forma de acomodar interesses de representantes de diferentes partidos, quer façam ou não parte da base do governo. Com a saída da Força Sindical para integrar a UGT do tesoureiro e presidente da Federação dos Comerciários de São Paulo, Luiz Motta, aumenta a força da bancada ugetista ligada ao PSD, partido que já anunciou apoio à reeleição de Dilma Rousseff. Ao mesmo tempo, a Força Sindical, que estava na base do governo do PT, já anunciou a adesão à candidatura de Aécio Neves.⁷¹ Apesar da possível aproximação da UGT com o governo Dilma, oficialmente, a UGT pretende manter a posição de neutralidade nas eleições.

Assim sendo, é possível concluir que a UGT foi beneficiada pelos governos do PT, que convergiram com seus interesses em momentos importantes como nas políticas contra a crise econômica e no reconhecimento das Centrais.

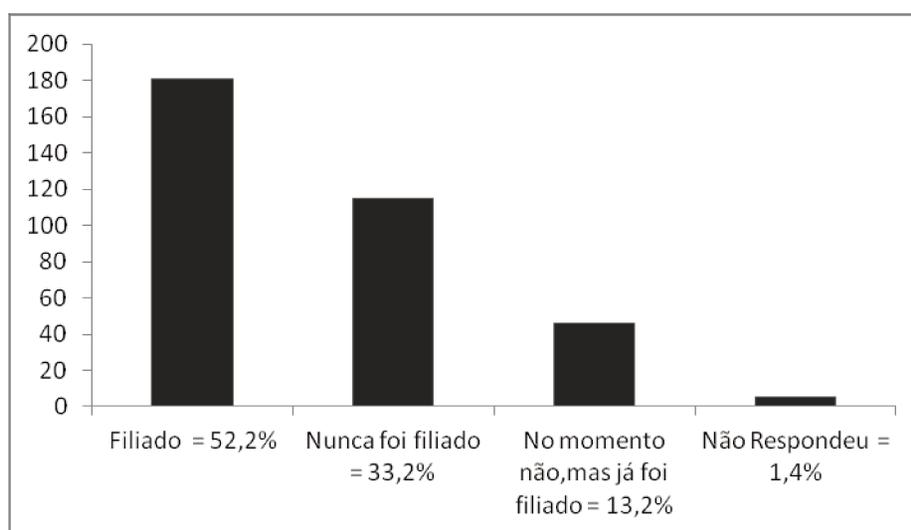
Essas posições ficam evidentes nas declarações no presidente da UGT, que atribui às centrais sindicais o acordo de valorização do salário mínimo, embora considere que as centrais aceitaram um valor menor do que o reivindicado devido ao decréscimo do PIB provocado pela crise econômica iniciada em 2008. No mesmo sentido, em relação à política de combate à crise, Patah reivindica tratamento isonômico com os bancos. Defende que foi acertada a medida do governo de liberar os compulsórios para os bancos, aumentando o crédito, mas vê como um problema o fato de os bancos comprarem títulos públicos ao invés de capilarizarem esses recursos para os bancos menores garantindo

⁷¹“Centrais sindicais se 'reconfiguram' para apoiar candidatos à Presidência”, O Estado de São Paulo, 21 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,centrais-sindicais-se-reconfiguram-para-apoiar-candidatos-a-presidencia-,1111263,0.htm>. Ver também Jornal da Força, que destaca como desafio de 2014 a unidade das centrais, já que estarão em lados opostos no processo eleitoral. Jornal da Força, n. 88, dezembro de 2013. Disponível em: [http://www.fsindical.org.br/portal/arquivos/downloads/28b4dccb6d196f08923f58778c2f09b8R\).pdf](http://www.fsindical.org.br/portal/arquivos/downloads/28b4dccb6d196f08923f58778c2f09b8R).pdf)

crédito ao consumidor. Ao mesmo tempo, esse tratamento de liberar recursos do BNDES para as empresas e a isenção fiscal para as multinacionais, embora seja considerado adequado pela UGT, teria sido insuficiente por não ter uma política correspondente para os trabalhadores. Por fim, Patah afirma ainda que o que permitiu superar a crise através do consumo interno foi o programa Bolsa Família, o salário mínimo, e as conquistas salariais acima da inflação obtidas pelos sindicatos nos últimos anos⁷².

Ainda na tentativa de compreender a relação da UGT com os partidos políticos, apresentamos a seguir o resultado da pesquisa que realizamos acerca da preferência partidária dos delegados da UGT na sua primeira plenária nacional. De acordo com os dados obtidos, 52,2% dos delegados que responderam ao questionário afirmaram ser filiados a algum partido político e 13% já foram filiados, mas não no momento da pesquisa:

Tabela 29 – Distribuição de delegados, por filiação a partidos políticos.



Fonte: Base de Dados da Pesquisa “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo - Quem é a UGT?” - 1ª. Plenária Nacional da UGT, 2009

Dos delegados filiados a partidos políticos, 25% eram filiados ao PT, 10,6% ao PV, 9,4% ao PDT, 9% ao PP/PSDC/PSL/PRB e apenas 6,1% ao PSDB. Em relação ao tempo de filiação, 42% dos delegados afirmaram que eram filiados há menos de cinco anos.

⁷² Entrevista de Ricardo Patah ao programa Jogo do Poder, de 04 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=jYhbSb68jTs&feature=related>

Tabela 30– Distribuição dos delegados filiados a partidos políticos que participaram da pesquisa, segundo partido político ao qual são filiados – 2009.

Partido de filiação	% (*)
PT	25,14
PV	10,61
PDT	9,50
PMDB	8,38
PC DO B	6,70
PPS	6,70
PSDB	5,59
PSB	3,91
PTB	3,91
PP	2,79
PR	2,79
PSDC	2,23
PSL	2,23
PRB	1,68
PMN	1,12
PT DO B	1,12
PTS	1,12
OUTROS	4,47

Fonte: Base de Dados da Pesquisa “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo - Quem é a UGT?” - 1ª. Plenária Nacional da UGT, 2009.

(*) número de respostas válidas: 179 (100,0% do total de delegados filiados a Partidos Políticos = 184, subtraídos 05 que não responderam essa questão)

O resultado do questionário aplicado pelo DIEESE no congresso realizado dois anos após nossa pesquisa revela que algumas tendências se mantêm: do total de delegados que responderam à questão sobre filiação partidária, 55% não é filiada a algum partido político e 45% o são. Dos filiados, 23% estão vinculados ao Partido dos Trabalhadores – PT; 12% ao Partido Popular Socialista – PPS e outros 11% ao Partido Democrático Trabalhista – PDT. Ainda 10% declararam filiação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; 7%, ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; e 5%, ao Partido Verde - PV. A cada um dos demais Partidos são filiados menos de 5%.

Tabela 31 - Distribuição dos delegados filiados a partidos políticos que participaram da pesquisa, segundo partido político ao qual são filiados – 2011.

Partido de filiação	%(*)
PT	22,5
PPS	12,4
PDT	11,2
PMDB	10,1
PSDB	6,7
PV	5,3
PTB	3,7
PCdoB	3,7
PSC	3,4
PTdoB	2,5
PSB	2,5
PP	2,5
PR	2,2
PMN	2,0
PSOL	1,7
DEM	1,7
PTN	1,1
PSDC	1,1
PHS	1,1
Outros	2,5

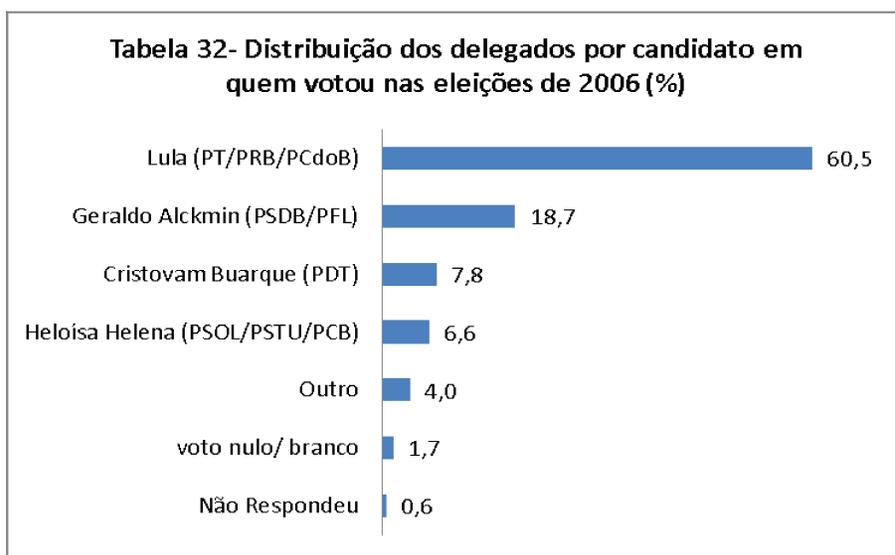
Fonte: DIEESE – Pesquisa Perfil dos Participantes do 2º. Congresso da UGT, 2011
 (*) número de respostas válidas = 356 (100,0% do total de delegados filiados a Partidos Políticos)

Levando em conta que os dados correspondem a eventos de diferentes proporções, ainda assim é possível afirmar algumas tendências. A principal delas, diz respeito à predominância de filiados ao PT nas duas pesquisas, cujo número de filiados é consideravelmente superior aos demais partidos. Desenvolveremos esse aspecto adiante. Além disso, na pesquisa mais recente, o PPS aparece com participação muito maior. Esse provável crescimento parece ter respaldo no papel importante que cumprem o deputado e vice-presidente David Zaia e o Presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, Francisco Pereira, Coordenador Sindical do PPS e Secretário de Organização e Política Sindical da UGT⁷³. Os filiados aos partidos PDT, PMDB e PSDB parecem manter a mesma

⁷³O Partido Popular Socialista reivindica sua origem no Partido Comunista do Brasil. Fundado em 1992, já em 1993 o PPS participa do governo Itamar Franco e defende o parlamentarismo no plebiscito realizado nesse ano, junto com o PSDB e PCdo B. Apesar do apoio a Lula nas eleições de 1994, o partido critica a “estreiteza da frente política e, no tocante à condução da campanha eleitoral, principalmente no grosseiro erro de subestimar e até mesmo ridicularizar o Plano Real e seus alcances para a economia e para o povo brasileiro”. O PPS se define como um partido de centro-esquerda e lançou a candidatura de Ciro Gomes à presidência em 2002, tendo como vice Paulinho da Força Sindical, pelo PTB. Participou da base do governo

faixa de participação, enquanto o PV parece ter diminuído sua participação quando ampliada a base da pesquisa no Congresso de 2011. Cabe lembrar que hoje um dos importantes partidos representados na UGT é o PSD, Partido Social Democrata, criado em setembro de 2011 e que, por isso, não aparece nas pesquisas citadas⁷⁴.

A predominância das filiações ao PT na base da central converge com a posição dos delegados nas eleições de 2006, em que 60,5% dos delegados afirmaram ter votado em Luiz Inácio da Silva no primeiro turno enquanto apenas 18,7% afirmaram ter votado em Geraldo Alckmin (PSDB/PFL) (tabela 31). A pesquisa do Dieese reproduz um cenário parecido nas eleições de 2010: com relação ao voto no 1º turno das eleições presidenciais, 58% dos delegados afirmaram ter votado na atual presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Em 2010, declararam ter sido eleitores de José Serra 21% dos respondentes, e de Marina Silva, outros 17%.



Fonte: Base de Dados da Pesquisa “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo - Quem é a UGT?” - 1ª. Plenária Nacional da UGT, 2009

Lula até 2004 e em 2010 apoiou a candidatura de José Serra (PSDB). Fonte: <http://portal.pps.org.br/helper/show/164906>

⁷⁴ O Partido Social Democrático possui uma plataforma bastante similar à da UGT. Entre seus princípios e valores destacam-se os seguintes: “Apoiamos as políticas sociais aos que mais precisam do amparo do estado, e a necessidade de abrir as portas de entrada do emprego digno para esses cidadãos. Devemos isso ao Brasil que quer e precisa se modernizar, se tornar mais ágil, se libertar das impossibilidades e oferecer, de verdade, igualdade de oportunidade aos que querem se profissionalizar, gerir seu próprio negócio e vencer na vida.”; “Sem violentar direitos e liberdades já conquistados, vamos enfrentar os pontos fundamentais que estão travando e obstruindo o desenvolvimento do Brasil. Com nossas crenças e uma constituinte exclusiva em 2014, vamos à luta unidos para construir um País mais moderno e desenvolvido, mais ético, justo, e solidário.” Disponível em: <http://www.psd.org.br/principios-e-valores/>

Os dados evidenciam uma aparente contradição entre os dirigentes da central – presidente e vice-presidentes, que são majoritariamente ligados a partidos que fazem oposição ao PT e são próximos de políticos ligados ao PSD, PSDB e PPS – e os delegados respondentes das pesquisas, que declaram filiação aos partidos da base governista e apoio majoritário às candidaturas do PT. Apesar de constatar a predominância de partidos que tentam se diferenciar e romper com a trajetória de esquerda do PT na alta cúpula da central, entendemos que a política conservadora da central é capaz de compatibilizar com um amplo espectro partidário. Além disso, o apoio a determinadas políticas desses governos e o amplo campo de alianças que tem conformado as bases dos governos do PT não evidenciam a existência de algum corte ideológico marcante entre essa base da UGT, a alta cúpula da central e os governos petistas. Uma evidência disso é que o PSD recém-criado, já tem divulgado apoio à candidatura petista para as próximas eleições presidenciais. Outro elemento importante é a convergência desses partidos e do governo com a social-democracia. Não só o PT tem se deslocado nesse sentido, como a maioria dos partidos presentes na UGT reivindicam essa tradição.

Diferentemente da concepção clássica reformista, o conjunto desses partidos parece convergir com a trajetória da social democracia desde a década de 90 aos dias de hoje. Os partidos social-democratas que, na tradição europeia eram nitidamente ideológicos até a segunda guerra mundial, passam a se mover por uma lógica de maioria eleitoral, que busca votos em todas as classes sociais e que submete a essa lógica sua identidade reformista. Nessa nova configuração, o projeto de reformas da social democracia é bastante coincidente com o projeto da direita, diferenciando-se destes principalmente no nível do discurso. Exemplo singular desse processo é o governo de Tony Blair, que manteve as novas políticas pragmáticas e deu continuidade à plataforma neoliberal – mas colocando-as sob o discurso dos valores tradicionais da esquerda, como igualdade, participação política, transparência no poder, justiça social e a necessidade de construir uma única comunidade nacional (POWER, 1997).

No Brasil, esses partidos que se autodenominam social-democratas como o PSDB e PMDB, já nascem descolados de uma base social organizada e sem o objetivo

prático de constituir um estado de bem-estar social. Constituem-se, principalmente em oposição à tradição comunista e socialista, numa perspectiva que tenta negar qualquer vinculação ideológica. É nesse sentido que a amplitude do espectro partidário encontrado na UGT não significa uma indefinição quanto a um programa político ou mesmo uma posição exclusivamente pragmática⁷⁵. Ao contrário, a vinculação da UGT com esses partidos é compatível com a relação que a central estabelece com o Estado, com a convergência entre as políticas defendidas e, também, na sua estratégia sindical focada na participação institucional enquanto promotora do diálogo social.

O contraste entre o caráter concentrado dos dados relativos às eleições e os pertencimentos partidários bem mais difusos das direções da central –, filiadas a uma diversidade de partidos, dentre os quais se encontram partidos que fazem oposição ao governo federal –, podem ajudar a explicar a postura de neutralidade e pluralidade da central, que não busca o confronto aberto com nenhum governo. Além disso, outro elemento importante é o papel de Lula e a alta popularidade conquistada por seu governo, além da grande identificação dos setores sindicais com tal personalidade.

A postura de “neutralidade” da UGT, sua tentativa de evitar o conflito e buscar a conciliação com os interesses do governo e empresariado está inserida na perspectiva de superação das diferenças ideológicas numa sociedade caracterizada como “do conhecimento”. Essa postura parece ser bem ilustrada pela tese de um de seus dirigentes sobre o papel de “centro” que cumpre a UGT:

No começo, lá atrás, década de 90 principalmente, em 80 muito mais, havia essa visão de esquerda, de direita, ou governista e antigovernista, e a UGT se localizou nesse nicho de centro e se deu bem, acho que se deu bem, e acho que ela se mantém, mais ou menos nessa situação (COSTA, 2013).

Teria sido essa “brecha” de centro no movimento sindical, a possibilidade para o crescimento e investimento da UGT:

⁷⁵ Estamos entendendo por pragmatismo político uma posição que se pretende não ideológica, que se ocupa “das coisas” sem apelar a “cosmovisões valorativas” que se interponham entre os atores e o tratamento dos problemas sociais. Nesse sentido, os que assumem esse tipo de posição se afastam debates políticos mais gerais e profundos ao passo que supervalorizam os aspectos técnicos e racionais da ação social. Sobre essa definição, ver GEHRI, Gonzalo Gamio. Eficacia, técnica y esfera pública contextos y máscaras del pragmatismo político, disponível em: <http://repositorio.pucp.edu.pe/index/>

Eu acho que a UGT acabou entrando num nicho que sempre existiu no sindicalismo brasileiro, mas que ele não era muito visível. Porque nós temos os espectros, esquerda, direita, essa dicotomia que é muito comum, a gente olhava, hoje não mais, mas naquela época, olhava a CUT como a esquerda e a Força Sindical como a ponta direita. Aqui no meio havia um espaço (...). Então eu acho que a UGT foi a primeira central realmente de centro no Brasil, (...) sem muito radicalismo, sem vinculação partidária e acho que isso propiciou, porque tem público pra isso (...) tem sindicato que não gosta de tá atrelado a partido político, que não gosta de uma visão ideológica (...) Quer dizer, é uma visão muito pessoal, mas na verdade eu acho que a UGT foi a primeira grande central de centro e buscou esse pessoal, esse pessoal que não se identificava com a força, que achava que era muito governista, e que, também não se identificava com a CUT, que na época tinha uma ala bem radical (COSTA, 2013).

Essa visão defendida pelo vice-presidente Laerte parece contradizer nossa hipótese de que a cúpula sindical da UGT atua politicamente em conjunto com setores e partidos conservadores. No entanto, as posições analisadas ao longo dessa pesquisa parecem ir ao encontro das análises acerca dos partidos conservadores no Brasil. Segundo Mainwaring, Meneguello e Power (2000), esses partidos não se apresentam diante do público sob uma forma altamente ideológica. Ao contrário, seu discurso diminui a importância de sua localização à direita. De acordo com esses autores,

ao longo do período democrático, as pesquisas mostram de forma clara que os políticos de esquerda se auto classificam ideologicamente de modo satisfatório, enquanto os membros de partidos conservadores diminuem a importância da ideologia, recusam-se a responder ou se auto classificam em posições distantes da realidade. Em 1987, por exemplo, quando Rodrigues indagou a classificação ideológica a 428 deputados federais em uma escala de cinco pontos, nenhum deles aceitou o rótulo de ‘direita radical’ e apenas 6% se autodefiniram como moderados ou de centro-direita. O restante declarou ser de centro (37%), de centro esquerda (52%) e de esquerda radical (5%). Com ironia, Rodrigues concluiu que “ao julgar pela autodefinição política dos deputados, o Brasil seria um país sem direita” (MAINWARING, MENEGUELLO E POWER, 2000, p.43).

Outro elemento ressaltado diz respeito ao fato de os partidos de direita não se aliarem “de forma vigorosa e defenderem um conjunto coerente de políticas”, dadas as distâncias programáticas amplas no âmbito das elites. Os autores destacam ainda que, mesmo com o avanço do neoliberalismo, os partidos conservadores sempre se colocaram

como seguidores e não como líderes. (MAINWARING, MENEGUELLO E POWER, 2000, p. 42)

No entanto, ao mesmo tempo em que esse aspecto amplo constitui um campo de possibilidades, torna-se também um foco de conflitos internos:

É um equilíbrio difícil, não é um equilíbrio fácil, você tem gente dentro da UGT que quer ir lá e bater na Dilma, tem gente que não, vamos devagar e tal, essas coisas existem e acho que em todas as centrais (...). Então, como a UGT também se pluralizou, isso está no estatuto dela, está na prática diária dela que ela é pluralista, que ela não tem um partido, embora o presidente tenha o seu partido, o tesoureiro tenha o seu partido. Está lá o David Zaia, que é do PPS, outros deputados etc.. Aí, esse pluralismo está de fato exercido. Tanto que na eleição da Dilma, tinha gente que era Dilma, tinha gente que era Marina e tinha gente que era José Serra (COSTA, 2013).

3.5) Relação com as demais centrais sindicais

Já em 2004, CUT, Força Sindical, CGT, CGTB, SDS e CAT realizaram a primeira Marcha da Classe trabalhadora, enfatizando temas como a redução da jornada sem redução de salário, a luta pelo trabalho decente e reforçando a unidade de ação do movimento sindical. Desde então, as centrais sindicais passaram a realizar anualmente essas marchas à Brasília, com exceção do período entre 2010 e 2012. Em 2007, celebraram o acordo com o Governo Federal que impulsionou a aprovação da Lei 12.382, de março de 2011, que estabeleceu a política de valorização do salário mínimo até 2015.

Abaixo, apresentamos a tabela elaborada pelo DIAP com as principais atuações conjuntas das centrais e as principais reivindicações de cada uma delas:

Tabela 33 – Marchas e atividades unificadas das Centrais Sindicais

EVENTO E DATA	BANDEIRAS
<p>1ª Marcha – 2004 13 a 15 de dezembro CUT, Força Sindical, CGT, CGTB, SDS e CAT</p>	<p><i>Durante três dias, mais de 3 mil trabalhadores marcharam a Brasília</i> Bandeiras: recuperação de salário mínimo e correção da tabela do imposto de renda</p>
<p>2ª Marcha – 2005 28 a 30 de novembro CUT, Força Sindical, CGT, CGTB, SDS e CAT</p>	<p><i>Marcha e vigília com 15 mil trabalhadores</i> Bandeiras: política de valorização do salário mínimo e correção da tabela do imposto de renda</p>
<p>3ª Marcha - 2006 6 de dezembro – CUT Força Sindical, CGTB, CGT, SDS, CAT e NCST</p>	<p><i>Marcha de 20 mil trabalhadores pela Esplanada dos Ministérios</i> Bandeiras: reajuste e política de valorização do salário mínimo</p>
<p>Dia Nacional de Luta - 2007 10 de abril CUT, Força Sindical, CGTB, UGT e NCST</p>	<p><i>Movimento nacional</i> Bandeira: manutenção do veto presidencial à chamada Emenda 3, que restringia a atuação dos fiscais do trabalho e previdência social</p>
<p>4ª Marcha – 2007 5 de dezembro CUT, Força Sindical, CGTB, UGT, CTB e NCST</p>	<p><i>Cerca de 40 mil trabalhadores marcharam pela Esplanada dos Ministérios</i> Bandeiras: redução da jornada de trabalho, mais e melhores empregos, fortalecimento da seguridade social, políticas públicas de emprego, trabalho e renda, salário mínimo</p>
<p>5ª Marcha – 2008 3 de dezembro CUT, Força Sindical, CGTB, UGT, CTB e NCST</p>	<p><i>Cerca de 35 mil trabalhadores marcharam pela Esplanada dos Ministérios</i> Bandeiras: Desenvolvimento com Valorização do Trabalho</p>
<p>Ato Unificado – 2009 30 de março CUT, Força Sindical, CGTB, UGT, CTB e NCST</p>	<p><i>Manifestação nacional contra a crise e as demissões</i> Bandeiras: não às demissões; pela ratificação da Convenção 158 da OIT! Redução dos juros; redução da jornada sem redução de salários e direitos; Reforma Agrária já! Por saúde, educação e moradia! Em defesa dos serviços e servidores públicos!</p>
<p>Jornada Nacional - 2009 14 de agosto</p>	<p><i>Manifestações nas capitais e outras cidades</i> Bandeiras: redução da jornada de trabalho sem redução de salários; fim das demissões; reforma agrária e urbana; defesa de direitos sociais; ratificação das convenções 151 e 158 da OIT; redução dos juros; defesa das empresas estatais, fundamentais para financiar o crescimento do país; por uma nova lei do petróleo, que garanta as imensas riquezas do pré-sal para impulsionar o desenvolvimento e a justiça social.</p>

CUT, Força Sindical, CGTB, UGT, CTB e NCST	
6ª Marcha – 2009 11 de dezembro CUT, Força Sindical, CGTB, UGT, CTB e NCST	<i>Cerca de 50 mil trabalhadores marcharam pela Esplanada dos Ministérios</i> Bandeiras: redução da jornada para 40 horas semanais sem redução de salário; ratificação das convenções 151 e 158 da OIT; atualização dos índices de produtividade da terra; aprovação da PEC que destina para reforma agrária toda terra onde for flagrado trabalho escravo; aprovação da lei que sacramenta a política de valorização do salário mínimo. Marco regulatório para o petróleo e gás do pré-sal, destinando à maior parte dos seus recursos no combate às desigualdades sociais; Aprovação do projeto sobre a regulamentação da terceirização; combate à precarização nas relações de trabalho.
7ª Marcha – 2013 6 de abril CUT, Força Sindical, CTB, UGT, NCST e CGTB	As centrais sindicais e representantes de diversos movimentos sociais defenderam as 40 horas semanais sem redução de salário; fim do fator previdenciário; igualdade de oportunidade entre homens e mulheres; política de valorização dos aposentados; 10% do Produto Interno bruto (PIB) para a educação; 10% do orçamento da União para a saúde; reforma agrária; correção da tabela do Imposto de Renda; ratificação da Convenção 158/OIT (fim da demissão imotivada); regulamentação da Convenção da 151/OIT (negociação coletiva no serviço público); ampliação do investimento público.

Fonte: DIAP, publicação de 13 de maio de 2013. Disponível em: www.diap.org.br

Apesar da presença de Centrais Sindicais diversas, as ações unificadas têm servido principalmente para estabelecer uma pauta de negociação com o governo federal e articular algumas mobilizações em torno de reivindicações que são importantes para os trabalhadores, mas que não representam uma ameaça ao projeto governamental estabelecido. Além disso, parte dessas pautas está referenciada em reivindicações históricas do movimento sindical brasileiro, como em relação à redução da jornada e das convenções da OIT, enquanto outras são bastante genéricas, a exemplo do “desenvolvimento com valorização do trabalho”. Além de demonstrar alguma atividade de mobilização, que pode ser uma demanda das bases e mesmo uma maneira de se diferenciar das Confederações, reafirmando seu papel de representação, essas marchas são bastante importantes para entender a atuação e a plataforma defendida pela UGT.

3.6) Plataforma de reivindicações e direitos trabalhistas

A plataforma de reivindicações da UGT, tanto em seus documentos, quanto em suas manifestações públicas, correspondem principalmente à plataforma defendida

pelas Centrais Sindicais nas “Marchas da Classe Trabalhadora”. A central realiza campanhas em defesa dos direitos trabalhistas ao lado de outras centrais e centrando forças nas pautas articuladas à atuação internacional, apoiando especialmente as iniciativas da OIT.

As reivindicações destacadas pelas entrevistas realizadas foram: a redução da jornada para 40%, o fim do fator previdenciário e a ratificação das convenções 158 e 151 da OIT:

A UGT tem trabalhado muito forte contra o fator previdenciário, hoje todo mundo está trabalhando nisso, pela correção da aposentadoria, desses que já a aposentadoria foi defasada no processo inflacionário e outras ideias aí que surgem com as demais centrais (COSTA, 2013).

Nas resoluções congressuais, a UGT anuncia a rejeição “teórica, política e prática da chamada retórica da flexibilização do mercado de trabalho”, reconhecendo que esse discurso desemboca na precarização, informalização, redução de salários e corte de benefícios conquistados por meio das negociações coletivas. Além disso, defendem os direitos inscritos na legislação e rejeitam qualquer reforma trabalhista que retire direito dos trabalhadores. Suas bandeiras abarcam também reivindicações históricas importantes dos trabalhadores, como a redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução de salário.

Porém, as propostas anunciadas pela central a respeito da reforma trabalhista, na medida em que pressupõem a viabilidade e aceitação do empresariado, ou mesmo a preocupação dos trabalhadores com a competitividade das empresas, abrem portas para o rebaixamento de direitos defendidos historicamente. Isso ocorre seja quando participa da aprovação de medidas flexibilizantes, como a aprovação da lei de falências, seja quando se omite na defesa de direitos, priorizando aspectos da política econômica como a redução de juros, como fez, por exemplo, no momento de crise econômica, em 2009.

A UGT defende a redução da jornada baseada no princípio de que “cada um trabalhe menos para que todos possam trabalhar”. Para a central, o aumento de produtividade permite que as empresas absorvam um maior número de trabalhadores sem perder competitividade. Isso lhe leva a apoiar o projeto PLS 254/2005, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). Tal projeto, na linha do que é reivindicado pelas centrais,

propõe a redução da jornada das atuais 44 horas semanais para 36 horas, em regime de seis horas diárias, sem redução de salários, com o compromisso ajustado entre empregados e empregadores de manter, no mínimo, o nível de produtividade obtido com a jornada atualmente em vigor. A adesão das empresas seria voluntária e ao fim de um período de experiência, elas poderiam voltar atrás e reestabelecer a antiga jornada. Na prática, essa proposta, ao invés de avançar na reivindicação histórica de redução da jornada, na prática significa a intensificação do trabalho ou, a depender da empresa, o retorno ao regime atual de acordo com os níveis de produtividade. Assim, acaba se distanciando ainda mais da perspectiva de direitos de proteção aos trabalhadores⁷⁶.

Da mesma maneira, a defesa do fim do banco de horas pela UGT fundamenta-se no descontentamento com o abuso das empresas que passaram a adotá-lo independentemente dos momentos de crise econômica, indiscriminadamente. Isso demonstra, como ficou explícito na discussão das centrais com o governo e patrões sobre a crise econômica em 2009, que é possível aceitar a flexibilização dos direitos na prática até um certo ponto, caso ela seja necessária para a “sobrevivência do setor produtivo”, em nome do desenvolvimento e com a garantia de alguma participação dos trabalhadores nesses processos de (des)regulamentação.

Outro grupo de reivindicações da UGT refere-se a itens já negociados em esferas tripartites. Esses itens constam da pauta do governo e não ferem interesses do empresariado: a proposta de crescimento formal dos empregos com qualidade somada à ampliação de capacidade de investimento, a desoneração do investimento; a inclusão da qualificação na Agenda de Desenvolvimento e a implementação de um Sistema Público de Emprego, Trabalho e renda; o estímulo à Economia Solidária e ao empreendedorismo (UGT, 2011).

Já as reivindicações vinculadas às campanhas da OIT e demais organizações internacionais tratam de temas mais sensíveis e suscetíveis de se chocar com as posições patronais, como a campanha pelo trabalho decente, a erradicação do trabalho escravo e

⁷⁶ Sobre esse projeto, consultar a notícia publicada pelo senado em 07 de janeiro de 2014 – “Pacto empresarial pode reduzir jornada de trabalho”, disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/01/07/pacto-empresarial-pode-reduzir-jornada-de-trabalho/tablet>

infantil, a ratificação da Convenção 158 – que trata das garantias contra a demissão imotivada⁷⁷ - e da Convenção 151 da OIT, que propõe a regulamentação da negociação coletiva no setor público, junto à fixação de data base e regulamentação do direito de greve⁷⁸.

Em relação à Convenção 158, a UGT reforça uma reivindicação importante para a sua base, que é a luta contra a alta rotatividade do trabalho. A demissão imotivada possibilita a substituição do trabalhador demitido por outro contratado por menores salários. A ratificação dessa convenção pelo Brasil, além de melhorar a condição do trabalhador levaria, a uma redução dos gastos públicos com seguro desemprego.

Como parte da campanha contra as Práticas Antissindicais, a UGT propõe também a criação do “Comitê sindical de empresa - (CSE)” com o objetivo de reduzir as reclamações trabalhistas e criar formas mais apropriadas de solucionar conflitos, “com ampla participação dos trabalhadores e em consonância com as necessidades tecnológicas, organizativas e produtivas das empresas” (UGT, 2011, p. 94). Esse comitê teria também como atividade participar e incentivar a responsabilidade social corporativa.

Por fim, destacamos a atuação da UGT em relação à terceirização, pauta que recebeu bastante destaque no ano de 2013 por conta da discussão do PL 4330/2004⁷⁹ e que teve grande repercussão junto à UGT, que conta com importantes sindicatos de trabalhadores terceirizados em sua base:

⁷⁷ A convenção 158 da OIT foi ratificada pelo Brasil em 1995, mas deixou de vigorar a partir de 1997. Para saber mais sobre a convenção que versa sobre o “Término da Relação de Trabalho por Iniciativa do Empregador” consultar o site: <http://www.conjur.com.br/dl/convencao-oit-158.pdf>

⁷⁸ A convenção nº 151 da OIT, Convenção Relativa à Proteção do Direito de Organização e aos Processos de Fixação das Condições de Trabalho na Função pública pode ser consultada no portal do Ministério do Trabalho:

http://portal.mte.gov.br/data/files/8A8181FA2C136B7A012C142C43615871/Conv_151.39492,7606134259.pdf

⁷⁹ O Projeto de Lei nº 4.330 de 2004, de iniciativa do Deputado Sandro Mabel, dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de terceirização de trabalho dele decorrentes. Nos moldes de uma reforma trabalhista disfarçada, esse projeto não garante os mesmos direitos entre contratados diretos e terceirizados, precarizar o trabalho, permitir a terceirização inclusive na atividade-fim, de modo a legalizar toda e qualquer terceirização, sem exigência de responsabilidade ou garantia de direitos a esses trabalhadores. O impacto de um projeto como esse é transformar o trabalho terceirizado em regra geral e anular os direitos garantidos na CLT. Além disso, o projeto também repercute na legislação sindical já que não há definição e garantias de representação desses trabalhadores. Sobre isso, consultar a notícia: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/10/pl-da-terceirizacao-esconde-reforma-trabalhista-e-sindical-1226.html>

Nós temos vários sindicatos chamados sindicatos de trabalhadores em empresas prestadoras de serviços, né, que entre parênteses, seria sindicato das empresas terceirizadas. Nós temos sim, tá certo. Isso é uma nova forma de contratação de trabalho já normalizado pelo poder legislativo e um dos maiores sindicatos do Brasil, como é o sindicato dos trabalhadores de empresas prestadoras de serviços de São Paulo, tem quase 500 mil trabalhadores na base. Esse é um sindicato filiado à UGT. E tem outros sindicatos da mesma categoria também filiados à UGT tá. Então o que a gente tem como princípio aqui é o seguinte é pregar a convivência saudável desse tipo de relação de trabalho porque o trabalho terceirizado não vai se acabar. O governo tem, (...) tem trabalhadores terceirizados em todos os Ministérios (...). As prefeituras têm, pra cumprir a meta orçamentária, você não pode gastar mais do que x por cento em salários e funcionários, mas não pode deixar de prestar o serviços, então tem na área de saúde, na área de educação, em todas as áreas. O Estado tem. Onde você olhar tem o trabalhador terceirizado (NASCIMENTO, 2013).

A posição da UGT segue o tom da declaração do secretário geral. A central procura não apenas defender a regulamentação da terceirização, mas articular outros setores⁸⁰ para a aprovação de um projeto a respeito do tema:

O importante é garantir trabalho e renda, mas sem precarizar. Porém, é preciso entender que a atividade terceirizada é um fato nas relações trabalhistas, mas que precisa ser regulada como forma de dar garantia às partes, em especial aos trabalhadores, pois a insegurança jurídica prejudica também o trabalhador. (...) A terceirização não pode ser sinônimo de precarização. Porém, ela é parte inexorável das mudanças sociais e econômicas no mundo e que refletem diretamente nas relações de trabalho” (UGT, 2011, p.95-96).

Essa argumentação tem o objetivo de reforçar a diferença entre a posição da UGT em relação a outras centrais como, por exemplo, a CUT, conforme explicou o secretário geral:

E as centrais sindicais chegaram inclusive a um denominador comum, que consegui desenhar, vamos dizer assim, alguns critérios para a regulamentação do trabalho terceirizado. Quer dizer, tem entidades de trabalhadores terceirizados na UGT, tem em outras centrais também, a CUT é contra literalmente, acaba com o trabalho terceirizado, é contra, não deve existir etc. e tal, mas não diz isso para o governo, que tem que acabar, tem que dizer também pro governo. Inclusive o Vicentinho que é o deputado do PT que foi presidente da CUT é o relator hoje também da lei de regulamentação do trabalho terceirizado no serviço público. Então nós chegamos a um denominador aqui entre as centrais que criamos

⁸⁰A UGT inclusive impulsionou a criação de uma “Frente parlamentar mista em defesa do setor de serviços”, proposta do deputado Laercio de Oliveira, vice-presidente da UGT, com o objetivo de promover debates e estudos para o aprimoramento da legislação federal sobre o setor de serviços e para a criação de um marco regulatório da terceirização. Fonte: UGT, 15 de julho de 2013.

http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/412.asp

algumas premissas para a regulamentação do trabalho terceirizado (NASCIMENTO, 2013)⁸¹.

Apesar disso, a UGT esteve empenhada na articulação de uma proposta comum, que recebeu o apoio das entidades de trabalhadores da área de prestação de serviços. Essa proposta alternativa ao PL 4330/2004 contempla a principal reivindicação desses setores: a chamada responsabilidade solidária entre o tomador dos serviços, a empresa principal e a empresa subcontratada.

uma das premissas é essa, que o tomador do serviço é responsável solidário por qualquer problema relacionado à condição de trabalho e de previdenciária e de indenização trabalhista daquele empregado. Por isso o empregador principal, que a gente chama, tem que ter cuidado com a empresa que ele está contratando os serviços. Segundo, a empresa principal pra contratar o serviço tem que comunicar ao sindicato da categoria existente (...) Terceiro, tem que dizer por quanto tempo esse trabalho vai demorar e que serviço eles vão prestar, que atividade eles vão atuar. Quarto, a proibição do trabalho terceirizado na atividade fim da empresa. (...). E um outro ponto seria o seguinte: o salário igual também (NASCIMENTO, 2013).

De início, a articulação dessa proposta foi feita pelo Deputado Roberto Santiago, vice-presidente da UGT e relator do projeto 4330/2004. No entanto, isso causou divergências inclusive internamente:

A UGT teve problemas nisso, porque o relator do projeto é um deputado da UGT, o Roberto Santiago. E a área dele, o sindicato dele, é uma área que tem muita terceirização, que é esse negócio do lixo, de empresa pública etc e tal, e isso talvez, deixou ele vulnerabilizado... as pessoas tinham um pouco de desconfiança. Ele é um excelente deputado, (...) mas havia uma certa desconfiança e tal, houve discussões internas na UGT grandes, mas ficou marcado porque diziam olha, será que não são a favor da terceirização? E, na verdade, se você for olhar, todo o sindicalismo brasileiro é contra a terceirização (COSTA, 2013).

Devido a divergências apresentadas pelas centrais com relação ao projeto do Deputado Roberto Santiago, houve a tentativa de construir junto ao governo federal uma proposta alternativa tanto a esse projeto quanto ao PL aprovado na comissão de constituição

⁸¹ Na verdade, a posição da CUT é de negociar a regulamentação da terceirização, mas em termos diferentes do que os propostos nesse projeto. No entanto, em termos genéricos, a CUT afirma ter como princípio a recusa da terceirização. Provavelmente a fala do dirigente da UGT refere-se a essa postura pública da CUT.

e justiça e encaminhado para votação do congresso.⁸² Contudo, com o andamento avançado do projeto de lei, a UGT acabou se descolando das demais centrais e assumindo uma posição mais pró-ativa na defesa do projeto constituído. Em visita ao Diário do Grande ABC, o presidente da UGT, Ricardo Patah diz:

Não sou contra o PL 4330 (que legaliza a terceirização para atividade-fim e ameaça as relações de trabalho, conforme a CLT), sobre a terceirização da mão de obra. A UGT acredita que alguns tópicos do Projeto de Lei precisam ser ajustados, como a questão da precarização do trabalho e a perda de direitos por parte dos trabalhadores. Isso sim, somos contra. No demais, é uma tendência do mercado que as empresas terceirizem serviços, principalmente aqueles relacionados à limpeza e à parte de segurança. É preciso estabelecer um ponto de equilíbrio entre as relações capital e trabalho⁸³.

Dois meses depois, outra notícia é divulgada no Diário de São Paulo, reafirmando o apoio da UGT ao projeto:

Questionamos apenas que o Artigo 4, que não deixa claro que a atividade fim da empresa não pode ser terceirizada. Queremos um enunciado que deixe claro isso. Não somos contra a terceirização, somos contra a precarização. Queremos que só possa continuar sendo passível de terceirização a atividade meio da empresa. Resolvido isso, a UGT não tem nenhuma contrariedade ao projeto, que dá segurança jurídica, resolve uma série de vulnerabilidades a que hoje os trabalhadores estão sujeitos no Judiciário. Isso cria insegurança tanto para o trabalhador quanto para o empresário⁸⁴.

Essa posição favorável ao projeto de lei acaba inclusive contradizendo não só as primeiras manifestações da UGT, como de alguns sindicatos importantes de sua base que anteriormente haviam se posicionado contra o projeto, como, por exemplo, o

⁸² Como não foi conformada uma nova proposta, não é possível comprovar a diferença entre a proposta que estava sendo negociada com o governo e o projeto elaborado pelo deputado Roberto Santiago. Porém, as posições defendidas pelas centrais e o depoimento de Laerte nos fornecem indícios de que a proposta negociada com o governo pressupunha alguma restrição da terceirização a determinados tipos de trabalho e também a garantia de organização sindical desses trabalhadores. Por outro lado, a proposta do deputado Roberto Santiago pode ter despertado desconfiança para os setores mais críticos por contemplar apenas algum critério de corresponsabilidade, em conformidade com a posição final da UGT a respeito do assunto.

⁸³ “UGT é a favor da terceirização mas luta por melhorias”. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/490823/ugt-e-a-favor-da-terceirizacao-mas-luta-por-melhorias?referencia=simples-titulo-editoria>. Publicada em 18 de outubro de 2013.

⁸⁴ “UGT defende lei que discipline terceirização” Disponível em: <http://diariosp.com.br/noticia/detalhe/61507/UGT+defende+lei+que+discipline+terceirizacao>

SINDEEPRES – maior sindicato de representação dos trabalhadores terceirizados no Brasil, que tem base no estado de São Paulo⁸⁵ e a FEMACO, Federação dos Trabalhadores em Serviço, Asseio e conservação ambiental, urbana e áreas verdes no Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo, significa que ao fim do processo, a proposta inicial de regulamentação, mediada pelo deputado Roberto Santiago, acabou ganhando a posição de sua Direção Nacional e dos sindicatos da base.

Com a manifestação contrária das demais centrais sindicais,⁸⁶ que realizaram ato público em agosto em frente às federações estaduais da indústria e, no início de setembro, em Brasília, somadas às críticas do ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Mauricio Godinho Delgado, e o compromisso das bancadas do PT, PCdoB, PSB e PSol de obstruir a votação, o projeto acabou não sendo votado e retornou à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados para receber parecer, tendo agora como relator o deputado Ricardo Berzoini (PT- SP)⁸⁷.

A posição oscilante da UGT nesse tema ajuda a evidenciar tanto suas aproximações políticas com setores predominantes no Congresso Nacional e no empresariado, que defendem a generalização da terceirização, quanto as críticas feitas por sua base de trabalhadores terceirizados, cuja pressão pela regulamentação provocou tensões internas. Ao mesmo tempo, reforça a extensão limitada do combate que a central se propõe a fazer frente à precarização de direitos. Ademais, tal reação constitui um momento exemplar no qual a UGT se posicionou mais favoravelmente à pauta dos empresários do que à própria condição de seus membros filiados. Ao mesmo tempo, a defesa do projeto caminha no sentido defendido pela central, da terceirização como um fenômeno da sociedade moderna, ou mesmo como um processo natural do desenvolvimento econômico,

⁸⁵ “Projeto de terceirização: sindicato denuncia reforma sindical nociva aos trabalhadores”, publicada em 13 de agosto de 2013, disponível em: <http://www.treslagoasms.com/2-jornal-tres-lagoas-ms/13-emprego/182540-projeto-de-terceirizacao-sindicato-denuncia-reforma-sindical-nociva-aos-trabalhadores>, consultada pela última vez em 16 de janeiro de 2014.

⁸⁶ Com exceção da Conlulas e Intersindical, as demais centrais sindicais defendiam uma regulamentação mais ampla e rigorosa.

⁸⁷ Sobre isso consultar: <http://www.d24am.com/noticias/brasil/ministro-estima-que-renda-do-trabalhador-caia-ate-30-com-terceirizacao/95926>; e <http://www.ugt.org.br/index.php/post/6365-Ricardo-Berzoini-e-o-novo-relator-do-PL-n-4330-2004,-que-trata-da-terceirizacao>

que serve de pano de fundo para legitimar esse que tem sido um “nicho de mercado” importante para essa central:

Eu acho que a terceirização sempre existiu. Ela existiu desde os primórdios da economia. Aliás, existiu primeiro do que o registro de trabalhador, não existia, antes era todo mundo contratado por palavra (...). A evolução da economia é que levou a essa evolução da pessoa ser registrada, da pessoa ter carteira assinada no Brasil, diferente de outros países. Por exemplo, na Argentina, falava trabalhar em negro, trabalhar por fora, enfim, a terceirização sempre existiu. O que é preciso regulamentar são as relações. O que não pode, é por exemplo, uma grande empresa multinacional, ter várias empresinhas terceirizadas e aí, o cara não paga o INPS, o fundo de garantia e eles não são responsáveis. A corresponsabilidade acabaria com isso. Então, eu só tenho um palpite nessa lei, criar a responsabilidade tributária. Se criar a corresponsabilidade fiscal e tributária, não tem nenhum problema (COSTA, 2013).

3.7)Estratégia e atuação Sindical

A UGT parte da análise de que vivemos numa nova sociedade em que “a privatização, a desregulamentação da economia, a concorrência internacional, a automação e a terceirização levaram a uma enorme redução e dispersão do número de trabalhadores, diminuindo a influência das políticas sindicais tradicionais” (UGT, 2011a, p.86). Nesse período, ocorreu a entrada de novas empresas, principalmente multinacionais, que ampliaram o contingente já grande de trabalhadores não sindicalizados. Para essa central, esse momento marcado pelas novas tecnologias e por mudanças no mercado de trabalho, exigiu uma postura inovadora, proativa e propositiva do movimento sindical. Para serem bem sucedidos na representação dos trabalhadores, deveriam “mudar o método de trabalho, as agendas de negociações, as prioridades e focar uma ação ampla”, para além das negociações e prestação de serviços direcionados às bases de seus sindicatos.

A central defende a criação de uma cultura de sindicalização para dar credibilidade, fidelizar e promover o crescimento das entidades sindicais. “Os sindicatos têm de reconhecer que a negociação coletiva tradicional não é a única forma de dar respostas aos interesses de seus trabalhadores.(...) o uso de novos métodos de organização e ação sindical e a disponibilização de novos serviços poderão vir a ser necessários para

reforçar as competências sociais e sindicais das entidades”. Os sindicatos terão de se modernizar, investindo mais na sindicalização e integrando sua luta sindical num plano maior. Por isso, a UGT propõe a utilização de técnicas da administração moderna para o planejamento das campanhas salariais e concebe a organização da política sindical do seguinte modo: “a organização das estruturas legais, ou seja, as estaduais; a consolidação do pensamento político e sindical da nossa entidade – autonomia frente aos governos -, e a filiação e fidelização de entidades sindicais à central, com vistas à ampliação da representatividade sindical em face da Lei que reconheceu as centrais sindicais”. Além disso, defende a organização de segmentos profissionais através da criação de secretariados que organizem nacionalmente por profissão (UGT, 2011a, p. 86 e 87).

Para fazer frente às mudanças de conjuntura e seus impactos no movimento sindical, a UGT incentiva seus sindicatos a promover a prestação de serviços como uma das estratégias de ampliação da representatividade. Nesse sentido, ela parece aperfeiçoar a estratégia de sindicalismo de resultados estimulada pela Força Sindical, na medida em que propõe uma “modernização” das práticas sindicais a partir da incorporação de mecanismos gerenciais típicos da administração das empresas capitalistas das últimas décadas, implementando um modelo que parece mais sistemático e “profissional”, aliado a um novo discurso sobre a esfera política.

A caracterização que Trópia faz da FS pode nos ajudar na diferenciação de ambas as centrais:

Com uma prática que combinou um sindicalismo moderadamente ativo e reivindicativo no plano econômico a uma atuação conservadora no plano político e ideológico, a central (Força Sindical) construiu um modelo de sindicalismo até certo ponto inovador para a realidade brasileira (...) a Força Sindical acrescentou ao governismo dominante em suas bases o que os seus expoentes denominavam pragmatismo, ou seja, a inclusão de ações grevistas como forma de pressão na negociação salarial e de ações de massa pela adoção de medidas compensatórias contra o desemprego”. Assim, a FS combinava “trade-unionismo no plano econômico, assistencialismo no plano sindical e conservadorismo no plano político (TRÓPIA, 2009, p. 57, 58,117).

Para pensarmos a comparação entre a UGT e a FS, precisamos levar em conta não apenas a atuação da central isoladamente, mas a conjuntura em que ela se insere. Tal qual a FS, a UGT também reproduz um discurso modernizante e “inovador”, e identifica a

luta sindical, no interior dos sindicatos, como uma luta principalmente econômica. A prioridade dada às questões profissionais, ligadas diretamente às condições de salário e trabalho, e a ausência de bandeiras políticas mais gerais que se posicionem diante das reformas propostas pelo governo, ou mesmo em relação ao neoliberalismo, fornecem evidências para sustentar essa afirmação.

A UGT reconhece a greve como instrumento de luta das categorias de trabalhadores quando não há canais de negociação com os patrões nas reivindicações econômicas, mas rejeita a greve geral como instrumento de luta política, como aconteceu, por exemplo, nas manifestações junto a outras centrais (ver tabela 34). Essa atividade reivindicativa no plano econômico e o conservadorismo político parecem heranças importantes da Força Sindical.

Tabela 34- Posição dos delegados em relação ao instrumento greve.

	N	%
Mesmo legítima, deve ser evitada a qualquer preço	62	17,9
Deve ser usada com moderação	273	78,7
Não Respondeu	12	3,5
Total	347	100

Fonte: Base de Dados da Pesquisa “As bases sociais das centrais sindicais no Brasil contemporâneo - Quem é a UGT?” - 1ª. Plenária Nacional da UGT, 2009.

(*) número de respostas válidas: 347

Porém, há entre as duas centrais diferenças importantes. A UGT surge numa conjuntura de maior estabilidade econômica e melhores índices de emprego – diferentemente da FS, que surgiu no auge do neoliberalismo no Brasil. Além disso, diferentemente do governismo da Força Sindical, que se adaptou inclusive ao governo Lula⁸⁸, a UGT mantém uma política conservadora, mas evita a adesão explícita ao governo, reivindicando, assim, “enfocar uma ação ampla”. Contudo, uma das principais diferenças é que a UGT não rejeita, no discurso, a atuação político-partidária, como fazia FS no momento de sua criação. Pelo contrário, pensa essa atuação como uma maneira de fortalecer a intervenção sindical e o poder de negociação da central, o que converge com a

⁸⁸ Sobre a aproximação entre CUT e FS ver GALVÃO, A. *O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos*. Outubro (São Paulo), v. 14, p. 131-150, 2006.

prioridade que essa central dá à participação em fóruns e conselhos, como já destacado anteriormente.

A UGT parece herdar da antiga CGT sua postura conservadora de conciliação de interesses e a defesa da estrutura sindical. No entanto, parece conformar alguma unidade ideológica no plano político que contrasta com a “ausência de Projeto” apontada por Rodrigues na CGT da década de 80 e 90.

A estratégia focada na participação institucional, que retoma a política de lobbies característica da CGT (como mostramos no primeiro capítulo), toma nova forma e proporções no contexto do governo Lula. Além da atuação junto ao Congresso, a central valoriza os espaços democráticos de concertação e diálogo social de participação da sociedade civil.

Segundo a UGT, esses espaços permitem, através do diálogo, a criação de soluções democráticas:

Não basta participar, a UGT deve ter um papel propositivo e atuar de forma consciente diante dos problemas que se apresentam. É fundamental a ampliação da nossa presença nesses fóruns, é crucial a ampliação da nossa representação política. Isso porque nenhuma luta econômica, por mais vigorosa que seja, pode trazer aos trabalhadores uma melhoria estável se nós tivermos uma baixa representação nos parlamentos e executivos. E para que isso ocorra, não basta a luta econômica. É preciso a luta política em torno de um projeto democrático de transformação da sociedade. (...) A luta pela conquista de nossos objetivos é uma luta essencialmente política. Isso significa (...) conquistar influência nos assuntos públicos, na direção dos parlamentos e dos executivos, na promulgação das leis (UGT, 2011).

Nesse sentido é que a UGT propõe que todas as suas executivas estaduais preparem sindicalistas para as eleições municipais, estaduais ou nacionais (tanto para os parlamentos quanto para os executivos) (UGT, 2011a, p.90). Destaca-se no seu plano de lutas a ênfase na atuação da central para ampliar a participação popular na administração pública, no sentido da cogestão de recursos públicos e defendendo metas de produtividade no setor público a partir da análise da ineficiência da estrutura tradicional de gestão.

A central prega um "sindicalismo cidadão, ético e inovador" e uma política de modernização, que lembra a estratégia da Força Sindical, do “sindicalismo de resultados”, de onde veio uma parte de seus sindicalistas, como mostramos anteriormente. Essa

modernização passa não só pela defesa de novos métodos não tradicionais, ligada à ideia do sindicato como prestador de serviços, principalmente na política de qualificação e requalificação dos trabalhadores, como também uma estratégia que enfoca os segmentos econômicos não organizados, que vêm crescendo nesse último período: comércio, serviços, terceirizados e precarizados em geral, que não possuem tradição de organização e atuação sindical.

Essa estratégia pressupõe também a organização das bases com foco no fortalecimento das categorias e profissões, mesmo que sob o discurso amplo da cidadania. Isso fica evidente no discurso do presidente da UGT na abertura do 2º. Congresso da central:

Esse crescimento que nós tivemos foi basicamente com os trabalhadores da base da pirâmide: homens e mulheres do comércio, homens e mulheres da padaria, homens e mulheres que eram considerados de segunda categoria. Nós queremos políticas públicas para que os trabalhadores sejam considerados cidadãos do nosso país. A UGT quer trazer definitivamente o respeito para todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil (PATAH, 2011).

Ao priorizar reivindicações específicas de cada categoria e profissão e estimular pautas que fortalecem essa concepção fragmentada, como a regulamentação das profissões⁸⁹, a UGT reafirma a concepção corporativista predominante no sindicalismo brasileiro⁹⁰ e consolidada na estrutura sindical. Por essa reafirmação, investe nas especificidades de cada uma dessas fatias do mercado sindical.

Em relação à política de crescimento, a UGT está voltada tanto para a ampliação do número de sindicatos filiados, com presença crescente nas diferentes regiões do país e setores de atividade econômica, como também através de campanhas de

⁸⁹ Uma das principais articulações da UGT para a sua base dos comerciários foi a demanda por regulamentação das profissões: “Senado discute regulamentação da profissão de comerciante” em: www.ugt.org.br. A UGT propõe também a regulamentação de outras profissões como Motorista de ambulâncias, de motoboys, de trabalhadores do telemarketing, etc. (ver: <http://www.ugt.org.br/index.php/Regulamentacao-dos-motoristas-de-ambulancia-segue-para-o-Senado>), <http://www.ugt.org.br/index.php/Regulamentacao-da-profissao-de-motoboy-pode-ser-votada-na-proxima-semana>). Além disso, comemora a existência da regulamentação da profissão de economistas e corretores de imóveis. <http://www.ugt.org.br/index.php/Sindicato-dos-Corretores-de-Imoveis-de-Sao-Paulo-se-filia-a-UGT>.

⁹⁰ Aqui estamos tratando o corporativismo na definição gramsciana de egoísmo de fração.

sindicalização para aumentar a representatividade dos sindicatos e o número de trabalhadores representados pela central. Essa política de crescimento é impulsionada principalmente em função da lei de reconhecimento das centrais. Parte desse crescimento é baseado na disputa com outras centrais, principalmente com o deslocamento de sindicatos da Força Sindical, mas também por desmembramento de categorias já existentes. Esse crescimento tem como foco os setores de comércio e serviços tanto trabalhadores mais qualificados e de maior renda, com perfil mais empreendedor, por conta própria, profissionais liberais etc, como também trabalhadores mais precarizados, como motoboys, motoristas de ônibus, ambulância, frentistas de postos de gasolina, trabalhadores de telemarketing e os trabalhadores terceirizados.

De forma geral, a estratégia sindical da UGT carrega elementos da sua origem no sindicalismo pelego, mais tradicional, que compunha a antiga CGT, assim como as influencias de um sindicalismo de negócios, ou sindicalismo de resultados, que originou a Força Sindical. Essa influência aparece principalmente no que diz respeito à separação entre política e economia e à ideia de um protagonismo na questão econômica. No entanto, se no aspecto econômico a UGT vai se apresentar como bastante ativa, ela também despenderá importantes esforços para ampliar sua influencia política. Evitando uma postura conflitiva com os governos, essa central parece retomar a caracterização que Cardoso (2007) faz da relação que o movimento sindical estabeleceu com o Estado durante o interregno democrático pós Estado Novo (1946-1964). Ao mesmo tempo em que o movimento sindical afirmaria sua autonomia em relação ao Estado ao apresentar-se como capaz de disputar o acesso a outras estruturas estatais de poder através de eleições democráticas, não negava a dependência organizacional em relação à legislação corporativa. Os sindicatos usavam-na, ao contrário, para ampliar seu raio de ação, constituir burocracia sindical profissional e instrumentalizar a relação com partidos políticos. (CARDOSO, 2007, p. 93)

Apoiada na estrutura sindical, a UGT atua politicamente articulada com diversos partidos políticos, valorizando a participação institucional e centrando seus esforços na articulação junto ao Congresso Nacional, inclusive incentivando candidaturas e incorporando os deputados como vice-presidentes. Os dirigentes da UGT participam com

frequência de eventos institucionais, envolvem-se em diversos cargos municipais e estaduais etc. Além disso, conseguem garantir espaço e status para diferentes lideranças, diferindo da Força Sindical que é muito centrada na figura do “Paulinho”.

A não vinculação a um único partido permitiu à UGT maior mobilidade e poder de barganha, assim como possibilitou unificar diferentes setores que, separados, não teriam o reconhecimento legal e as vantagens advindas deste. Ao mesmo tempo, não representa uma demarcação política de oposição ou mesmo crítica aos limites desses instrumentos. Pelo contrário, vinculada a partidos que se autodenominam de tradição social democrata, a UGT defende uma autonomia política frente ao Estado, mas promove uma atuação apoiada no reconhecimento e participação institucional, na perspectiva de um sindicalismo de parceria e de diálogo que, por trás do discurso da transparência e justiça social, converge com um projeto conservador.

A participação institucional é uma forma da UGT manifestar seu caráter “moderno”, permitindo-lhe se afinar com o debate internacional da “parceria”, do “diálogo social” e da participação da sociedade civil. Nesse aspecto, a UGT é bastante influenciada por sua atuação e filiação internacional, herança principalmente da antiga CAT e dos setores de origem cristã, como vimos no primeiro capítulo. Nessa perspectiva, a UGT reproduz uma estratégia que tem caracterizado a social democracia europeia e evidencia, como demonstram alguns autores, uma nova concepção de legitimidade/ representatividade (DUFRESNE,GERMAIN, 2011; TERRY,2003).

Porém, a combinação entre participação institucional e parceria compromete a central com a visão empresarial, com o sucesso dos negócios. Como aponta Terry (2003), esse ponto de partida implica a perda da autonomia da central em relação à perspectiva empresarial, pois mesmo as reivindicações salariais acabam tendo como referência a viabilidade financeira e não a demanda dos trabalhadores. A centralidade da atuação institucional pauta-se, portanto, mais pela conformação do consenso e pela garantia de legitimidade de participação no processo político, em detrimento da representação e da capacidade de mobilização dos membros dos sindicatos (DUFRESNE,GERMAIN, 2011).

Entretanto, mesmo que essa estratégia possa levar a uma perda de autonomia e afetar a credibilidade do sindicato por parte de seus membros, isso pode não ter grande

efeito para os trabalhadores que sempre estiveram excluídos da representação sindical – como, por exemplo, as mulheres, negros e todo o conjunto de trabalhadores com condições muito inferiores e que vivem à margem da legislação vigente e aceitam o rebaixamento de direitos.⁹¹ (TERRY, 2003). Esse pode ser um dos elementos que ajudam a explicar a eficácia dessa estratégia da UGT em ampliar sua base sindical reproduzindo essa atuação que não necessariamente garante a representação efetiva dos interesses de sua base nos espaços institucionais de parceria e diálogo social, ou mesmo pela representação de uma grande heterogeneidade de interesses.

⁹¹ Essa reflexão é análoga à ideia apresentada por Terry, 2003 acerca da condição dos trabalhadores em tempo parcial, minorias étnicas e mulheres na Europa.

CONCLUSÃO

No presente trabalho, buscamos demonstrar que o surgimento da UGT, no contexto da reorganização do movimento sindical durante o governo Lula, foi motivado principalmente pela Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais com o objetivo não apenas de acessar uma fatia do imposto sindical, como também de obter legitimidade enquanto entidade de representação nos organismos tripartites.

Desde 2007, essa central tem organizado parcela significativa das entidades que representam categorias com pouca ou nenhuma tradição de organização, em setores em que já tinham representação e que têm crescido bastante em relação aos demais setores econômicos: sindicatos de trabalhadores do setor de comércio e de serviços. Sua base parece concentrar, então, dois diferentes perfis de trabalhadores. De um lado, a base da pirâmide social, que corresponde ao que alguns autores apresentados ao longo do trabalho definem como trabalhadores precários, proletariado, precariado, batalhadores; de outro, setores típicos de classe média.

No que diz respeito ao seu perfil político ideológico, a UGT combina a defesa da ordem estabelecida, com críticas pontuais às “extravagâncias do neoliberalismo”, ao mesmo tempo em que legitima e reproduz elementos da ideologia neoliberal. Destaca-se na sua estratégia a valorização da participação em organismos tripartites, orientados para o diálogo social, guiada pelo discurso da sociedade civil como espaço para a legitimação do sindicalismo como importante ator social.

A UGT recusa a pluralidade sindical, defendendo reiteradamente a unicidade, assim como o imposto sindical e o conjunto da estrutura que caracteriza a relação de tutela do Estado no que diz respeito aos direitos coletivos do trabalho. Ao mesmo tempo, tem como um de seus princípios fundamentais a pluralidade política. A relação que a UGT estabelece com um amplo espectro de partidos tem apontado para uma afinidade com setores politicamente conservadores, mas que se reivindicam como parte do campo social - democrata, em sua configuração atual.

No que diz respeito à plataforma de reivindicações, a central defende, principalmente, as bandeiras apresentadas pelas Centrais Sindicais nas “Marchas da Classe Trabalhadora”. Apesar de, no discurso, rejeitar as políticas de flexibilização do trabalho, na medida em que pressupõe a viabilidade econômica e aceitação do empresariado e estimula a preocupação dos trabalhadores com a competitividade das empresas, abre portas para o rebaixamento de direitos trabalhistas, a exemplo da aprovação da lei de falências e da discussão em torno da regulamentação da terceirização. Ao mesmo tempo, ao priorizar reivindicações específicas de cada categoria e profissão e estimular pautas que fortalecem essa concepção fragmentada, a UGT reafirma a concepção corporativista predominante no sindicalismo brasileiro e consolidada na estrutura sindical.

Na política sindical levada a cabo pela UGT, concluímos que essa central desenvolve um tipo de sindicalismo que apresenta um discurso de defesa de certos direitos contidos na CLT, mas promovendo uma visão de “modernização” que aceita premissas do neoliberalismo e, com ela, a pactuação com medidas de “flexibilização” das relações de trabalho. Soma-se a isso uma estratégia conciliatória e de “parceria”, voltada para a participação nos espaços institucionais e na ampliação tanto numérica de filiados quanto de espaços públicos ocupados pela Central, o que reforça o corporativismo nas bases e a atuação da cúpula no sentido de uma política conservadora.

A estratégia da UGT parece estar relacionada às suas raízes, mas não se trata simplesmente de manter tradições antigas, oriundas das centrais e sindicatos que se unificaram na sua criação, mas de reformulá-las, adaptando-as aos novos tempos. Inaugura-se, assim, uma nova tendência, de reformulação da concertação social através da difusão do diálogo social. A partir desses elementos é que entendemos que a estratégia levada a cabo por essa central corresponde ao que Hyman chamou de economicismo político. Este se caracteriza pela convivência de ideologias oriundas do sindicalismo de mercado e do sindicalismo de integração social – situando-se, portanto, no campo das tensões entre o mercado e a sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, P. (1980) “Possibilidades e limites do Sindicato”. In: *Oitenta*, vol. 3, Porto Alegre: L & PM Editores.
- ANTUNES, R. (1991). *O novo sindicalismo*. Ed. Brasil Urgente, São Paulo.
- ARAÚJO, A.(org) (2002). *Do corporativismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Boitempo.
- ARAÚJO, A. (1998). *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Scritta.
- BOITO Jr., A. (1991). *O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas (SP): Edunicamp; São Paulo: Hucitec.
- _____ (1999). *Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã.
- _____. (2005). *O sindicalismo na política brasileira*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, *Coleção Trajetória*, n.8.
- _____ (2004), *Classe Média e Sindicalismo*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, *Primeira versão* 123.
- BORGES, A.(org.) (2004). *A reforma sindical e trabalhista no governo Lula*. São Paulo: Anita Garibaldi, Instituto Mauricio Grabois.
- BRAGA, R. (2012) *A política do precariado: do populismo á hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- CARNEIRO, P. (2004). “Avanços e armadilhas da reforma sindical em curso”. In: BORGES, A.(org.) (2004). *A reforma sindical e trabalhista no governo Lula*. São Paulo: Anita Garibaldi, Instituto Mauricio Grabois.
- CAVALCANTE, S. (2012) *Classes Médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- CARDOSO, A. M. (1997.) “O sindicalismo não é mais o mesmo”. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n 48, p. 97-119.

- _____ (1991). Pragmatismo e movimento sindical no Brasil: algumas interpretações. São Paulo: Cebrap.
- _____ (1992). Pragmatismo impossível. *Novos Estudos*, n. 32.
- _____ (2003) A Década Neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo.
- _____ (2007) “Os sindicatos: representação de interesses e ação política de capital e trabalho no Brasil”. In: FERNANDEZ, A.(ed). Estados y sindicatos em perspectiva latinoamericana. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- CARVALHO, G. Relatório sobre o X CONCURTO, mimeo, 2009.
- COSTA, S. (1995) *Tendências e Centrais Sindicais: O Movimento Sindical Brasileiro de 1978 a 1994*. Ed. Anita Garibaldi, Goiânia.
- DAGNINO, E.(2004) “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In: Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tiempos de globalización. Caracas, Universidad Central de Venezuela. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/uploads/FTP-test/Venezuela/faces-ucv/uploads/20120723055520/Dagnino.pdf> Colección
- DRUCK, G. (2006) “Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência”. OSAL, *Observatorio Social de America latina*, ano VII, nº19, CLACSO, Consejo latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina, Julio.
- DUFRESNE, A.;GERMAIN, N.M.(2011) “ De la negociación colectiva al diálogo social: la transformación de las relaciones profesionales en la Unión Europea y Francia”. In: *Revista de Ciencias Sociales*. DS. FCS. V. 24 Nº 29, Diciembre Disponível em: <http://www.fcs.edu.uy/archivos/RevCienSoc%2029-2.pdf>
- FERNANDES FILHO, H.P. (2008) *A atuação do movimento sindical junto ao Fórum Nacional do Trabalho*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Unviersidade de Brasília.
- FILGUEIRAS, L. e GONÇALVES, R. (2007). *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto.

_____, et al. (2010) “Modelo Liberal periférico e bloco no poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos lula”. In: *Os anos lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond.

GALVÃO, A. (2007). *Neoliberalismo e Reforma Trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

_____. (2007b) “O sindicalismo de prestação de serviço e a flexibilização de direitos trabalhistas.” Trabalho apresentado no seminário de Uberlândia.

_____. (2005) “Reforma sindical: as polêmicas por detrás de um falso consenso”. In: *Revista Pucviva* nº 23.

_____. (2003). “As tradições teóricas dos estudos brasileiros” In: *Neoliberalismo e Reforma Trabalhista no Brasil*. Tese de doutorado, p.53-78. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

_____. (2009). “A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula.” *Outubro* (São Paulo), v. 18, p. 175-197.

_____. (2010). “O movimento sindical no governo Lula entre a divisão e a unidade.” In: VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo, Cidade do México.

_____. e TRÓPIA, P. Relatório CONLUTAS, Campinas, 2009, mimeo.

GRACIOLLI, E. J.(1997) “A Força Sindical e o Neoliberalismo”. Boletim do Lapes, n. 3, Uberlândia.

HYMAN, R.(2001) *Understanding the european trade unionism: between market, class and society*. London: Sage.

KREIN, J. D.(2007). “Mapeamento dos pontos polêmicos da reforma Sindical.” *Revista Ariús*, Campina Grande, vol. 13, nº 01, jan/jul.

KREIN,J.D; SANTOS, A.;NUNES,B. (2012) *Trabalho no governo lula: avanços e contradições*. Texto para discussão. Instituto de Economia,Unicamp.

LARANGEIRAS, S. (1998)“Há lugar para o sindicalismo na sociedade pós-industrial? Aspectos do debate internacional”. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, n. 12(1), pp. 174-183.

MAINWARING, S.; Meneguello,R.; Power, T. (2000) Partidos conservadores no brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo, Paz e Terra.

MARCELINO, P.; GALVÃO, A.; TRÓPIA, P.(2010) Relatório Final da Pesquisa As Bases Sociais das Centrais Sindicais no Brasil contemporâneo – Quem é a UGT?.Uberlândia.

_____.(2011) *As bases sociais da União Geral dos Trabalhadores (UGT)* In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba (PR)

OLIVEIRA, R. V. (2002) *Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações de novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. São Paulo: Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

_____. (2002b) *Sindicato Cidadão: Novos Rumos do sindicalismo brasileiro*.

PAULANI, L. (2008). *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo.

POCHMANN, M. (2012). *Nova classe média: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo.

POULANTZAS,N. (2000) *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e terra.

POWER,T.J.(1997) *A social democracia no Brasil e no mundo*. Porto Alegre: Mercado aberto.

RADERMACHER, R.; MELLEIRO, W. (2007) “Mudanças no Cenário Sindical Brasileiro sob o Governo Lula”. *Revista Nueva Sociedad*, n°211.

RODRIGUES, L. M., (1991) "As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais", in. BOITO.Jr., A Org,) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*, São Paulo: Paz e Terra, p.11-42.

_____. (1999) *Destino do sindicalismo*. Edusp, São Paulo.

_____. (1992) “O Declínio do sindicalismo corporativo”. In: GOMES, A.C.(org) *Trabalho e previdência: sessenta anos de debate*. Rio de janeiro: CDPOC.

RODRIGUES, L.M.; CARDOSO, A.M.(1993) *Força Sindical: Uma análise sócio-política*. São Paulo: Paz e Terra.

- SAES, D. (1976). *Classe média e políticas de classe: uma nota teórica*. RJ: Contraponto, ano II n°2
- SECSP.(2007) *O perfil dos comerciários do município de São Paulo*. São Paulo: Dieese.
- SINGER, A.(2012) *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pato conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOUZA, J. (2012) *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- TRÓPIA, P.(2009) *Força sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*. São Paulo: expressão popular.
- _____ (1994) *Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- TERRY, M. (2003) “Can Partnership reverse the decline of British Trade unions?” In: *Work, employment and society*. Vol. 17 (3), p. 459-472.
- VARGAS NETTO, J.G. (2004) “Nem continuísmos nem liberalismos na reforma” In: BORGES, A.(org.) (2004) *A reforma sindical e trabalhista no governo Lula*. São Paulo: Anita Garibaldi, Instituto Mauricio Grabois.

Entrevistas:

- NASCIMENTO, Francisco Canindé Pegado do. São Paulo: entrevista concedida a Patrícia Rocha Lemos em 22/03/2013.
- COSTA, Laerte Teixeira da São Paulo: entrevista concedida a Patrícia Rocha Lemos
- SILVA, Vicente da. Tema: "Discutir a viabilidade da criação de uma contribuição negocial, com a consequente extinção do imposto sindical". Depoimento em Audiência Pública na Câmara realizada no dia 29/11/2011.
- PATAH, discurso de abertura do 2. Congresso Nacional da UGT, 2011.

Documentos:

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Regimento interno do Fórum Nacional do Trabalho*, MTE, 2003.

_____. *Reforma sindical e trabalhista*. Disponível em:

<http://www.mte.gov.br/fnt/default.asp>

_____. *Reforma Sindical: perguntas e respostas*, MTE, 2004.

OIT. Convenção nº 87. Disponível em:

http://www.oitbrasil.org.br/librsind_negcol.php

UGT. Declaração de princípios e manifesto de fundação.

UGT. Caderno de Resoluções do 2o. Congresso: rumo à sociedade do conhecimento com justiça social, julho de 2011a.(1ª. Versão)

UGT. Caderno de Resoluções do 2o. Congresso: rumo à sociedade do conhecimento com justiça social, julho de 2011b.(2ª. Versão)

UGT. Considerações sobre o financiamento público dos sindicatos no Brasil, 2012.

Disponível em: <http://www.ugt.org.br/index.php/iae>

UGT. O Brasil que nós queremos, 2010

SINDEEPRES. As relações do trabalho terceirizado. Disponível em:

<http://www.sindeepres.org.br/images/stories/pdf/pesquisa/terceirizacaoobrasil.pdf>

SINDEEPRES. Trajetórias da terceirização. Disponível em:

<http://www.sindeepres.org.br/images/stories/pdf/pesquisa/terceirizacaoobrasil.pdf>